



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA
MESTRADO PROFISSIONAL
Instituição Associada
IFFluminense – Centro de Referência

FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA E A
(IN) VISIBILIDADE DOS ALUNOS EM SOFRIMENTO PSÍQUICO NO INSTITUTO
FEDERAL FLUMINENSE *CAMPUS CABO FRIO*

ELIANE ANTUNES MARINHO DO PRADO

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ

2023

ELIANE ANTUNES MARINHO DO PRADO

**FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA E
A (IN) VISIBILIDADE DOS ALUNOS EM SOFRIMENTO PSÍQUICO NO
INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE *CAMPUS* CABO FRIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, área de concentração Educação Profissional e Tecnológica, linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Dr. Jonis Manhães Sales Felipe

CAMPO DOS GOYTACAZES - RJ

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P896f Prado, Eliane Antunes Marinho do, 1974-
Formação docente para a Educação Profissional Tecnológica e a (in) visibilidade dos alunos em sofrimento psíquico no Instituto Federal Fluminense Campus Cabo Frio / Eliane Antunes Marinho do Prado. – Campos dos Goytacazes, RJ, 2023.
106 f.: il. color.

Orientador: Felipe, Jonis Manhães Sales, 1991-

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Campos dos Goytacazes, RJ, 2023.
Inclui Referências.

1. Ensino profissional. 2. Estudantes - Saúde mental. 3. Psicanálise e educação. 4. Professores - Formação. 5. Educação - Aspectos sociais. I. Felipe, Jonis Manhães Sales, 1991-, orient. II. Título.

CDD 371.71 23.ed.

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

ELIANE ANTUNES MARINHO DO PRADO

**FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
TECNOLÓGICA E A (IN) VISIBILIDADE DOS ALUNOS EM
SOFRIMENTO PSÍQUICO NO INSTITUTO FEDERAL
FLUMINENSE *CAMPUS CABO FRIO***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 20 de junho de 2023

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Jonis Manhães Sales Felipe

Instituto Federal Fluminense

Orientador

Prof. Dr. Thiago Soares de Oliveira.

Instituto Federal Fluminense

gov.br

Documento assinado digitalmente
CECILIA SOUZA OLIVEIRA
Data: 07/08/2023 21:29:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Cecilia Souza Oliveira

Universidade Federal Fluminense

Dedico este trabalho a todos os meus pacientes adolescentes, que me possibilitaram pensar sobre a hipótese desta pesquisa, e aos meus alunos, nos quais deposito a esperança de um futuro melhor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, meu criador, por sua presença em minha vida, sempre ao meu lado em toda a caminhada.

À minha família, especialmente, à minha mãe Albertina, pelas orações. Aos meus irmãos, que sempre acreditaram em mim, me apoiando e vibrando junto comigo a cada conquista, e, ainda, à minha filha Julyane, por suportar minha ausência, pelos finais de semana dos quais abriu mão junto comigo para a escrita deste trabalho.

Faço um agradecimento especial ao professor Jonis Manhães Sales Felipe pela paciência, pelo zelo e pelo cuidado com o trabalho e comigo enquanto pessoa. Agradeço também aos demais professores, que foram fundamentais para o meu crescimento pessoal e profissional,

Aos técnicos do IFFluminense Campus Cabo Frio, o assistente social Lenon e a psicóloga Maria Carolina, pela cordialidade e pelo apoio dispensado durante a pesquisa de campo.

À minha amiga Rafaela Dumas, minha fiel escudeira nessa trajetória.

Agradeço, ainda, aos professores, alunos e diretores das escolas onde tive a oportunidade de trabalhar que muito me ensinaram a amar a educação.

Enfim a todos que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste sonho.

É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática. (Paulo Freire)

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico	1	–	Gênero	dos	docentes	participantes	60
.....							
Gráfico	2	–	Faixa	etária	dos	docentes	60
.....							
Gráfico	3	–	Formação	inicial	dos	docentes	61
.....							
Gráfico 4 – Formação em nível de pós-graduação dos docentes participantes							62
Gráfico 5 – Tempo de atuação na EPT dos docentes participantes							62
Gráfico 6 – Experiência docente em níveis de ensino e na modalidade de educação profissional							63
Gráfico	7	–	Atuação	docente	fora	do	64
.....							
Gráfico	8	–	Identificação	de	alunos	em	64
.....							
Gráfico 9 – Alunos em sofrimento psíquico de que teve conhecimento							65
Gráfico	10	–	Atitudes	perante	os	casos	66
.....							
Gráfico 11 – A escola como espaço adequado para discutir sobre sofrimento psíquico....							67
Gráfico	12	–	Participação	em	formação	continuada	68
do							68
.....							
Gráfico 13 – Contato com a discussão sobre sofrimento psíquico na formação inicial							68
.....							
Gráfico 14 – Interesse em participar de formação sobre sofrimento psíquico							69
Gráfico	15	–	Oferta	de	formação	continuada	70
no							70
.....							

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Lista de queixas relatadas pelos estudantes aos professores	72
Tabela 2 – Sinais - mudanças de comportamento identificadas pelos professores	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS - Centro de Atenção Psicossocial
CRP - Conselho Regional de Psicologia
CSP - Coordenadoria Sociopedagógica
EMI - Ensino Médio Integrado
EPT - Educação Profissional e Tecnológica
ES - Espírito Santo
FGV - Fundação Getúlio Vargas
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRE - Instituto Brasileiro de Economia
IF's - Institutos Federais
IFF - Instituto Federal Fluminense
IFFluminense - Instituto Federal Fluminense
IFPR - Instituto Federal do Paraná
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC - Ministério da Educação
NAPNE - Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONG - Organização Não Governamental
PE - Produto Educacional
PO - População Ocupada
ProfepT - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
PT - Partido dos Trabalhadores

FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA E A (IN) VISIBILIDADE DOS ALUNOS EM SOFRIMENTO PSÍQUICO NO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE *CAMPUS* CABO FRIO

RESUMO

A pesquisa realizada para a elaboração da presente dissertação tematizou o enfrentamento do sofrimento psíquico recorrente entre estudantes, no âmbito do Instituto Federal Fluminense (IFF), problematizando a necessidade de formação continuada para melhor habilitar os professores vinculados à educação profissional e tecnológica a lidarem com alunos que eventualmente sejam vítimas de problemas que afetam a saúde mental. Empiricamente, investigou-se de que forma se dá a abordagem do sofrimento psíquico presente entre estudantes no âmbito do Instituto Federal Fluminense *campus* Cabo Frio, especialmente no que tange à atuação docente. Utilizou-se uma metodologia híbrida, associando-se a revisão bibliográfica à aplicação de um questionário aos professores, por meio da ferramenta *google forms*, e a entrevistas presenciais realizadas com profissionais técnicos envolvidos com o atendimento multiprofissional de saúde mental (Assistente Social e psicóloga). Os dados coletados foram organizados e analisados por meio da estatística descritiva, quando quantitativos, e em categorias, quando qualitativos. Para o tratamento e a compreensão dessas informações qualitativas, foram tomados como base os fundamentos da análise de conteúdo (organização, codificação e categorização). Os resultados da pesquisa mostraram que os docentes do IFFluminense *campus* Cabo Frio, embora sejam majoritariamente egressos de licenciaturas (fato importante perante a literatura sobre EPT), têm dificuldades na identificação e abordagem da questão, o que pode estar levando a um processo de invisibilização dos casos. Ao mesmo tempo, esses professores reconhecem a necessidade de formação no que se refere à questão do sofrimento psíquico, o que deu subsídios para a concepção e elaboração de um Produto Educacional: uma cartilha destinada aos professores e demais profissionais atuantes na escola, em especial na educação profissional e tecnológica, desenvolvida com a finalidade de compartilhar saberes que contribuam para prepará-los para identificar, lidar, apoiar e encaminhar para atendimento multiprofissional os estudantes com sinais de possível sofrimento psíquico.

Palavras-Chave: Educação Profissional e Tecnológica. Sofrimento Psíquico. Formação Docente. Saúde mental na escola. Assistência Estudantil.

***TITLE OF DISSERTATION TITLE OF DISSERTATION TITLE OF DISSERTATION
TITLE OF DISSERTATION TITLE OF DISSERTATION***

ABSTRACT

The research carried out for the elaboration of this dissertation thematized the confrontation of recurrent psychic suffering among students, within the scope of the Instituto Federal Fluminense (IFF), problematizing the need for continuing education to better enable teachers linked to professional and technological education to deal with students eventually become victims of problems that affect mental health. Empirically, it was investigated how the psychic suffering present among students at the Instituto Federal Fluminense campus Cabo Frio is approached, especially with regard to teaching. A hybrid methodology was used, associating a bibliographic review with the application of a questionnaire to teachers, using the google forms tool, and face-to-face interviews with technical professionals involved with multidisciplinary mental health care (Social Worker and Psychologist). The collected data were organized and analyzed using descriptive statistics, when quantitative, and in categories, when qualitative. For the treatment and understanding of these qualitative information, the fundamentals of content analysis were taken as a basis (Organization, Coding and Categorization). The results of the research showed that the teachers of the IFFluminense campus Cabo Frio, although they are mostly graduates of teachers training (innovative fact in the literature on EPT), have difficulties in identifying and approaching the issue, which may be leading to a process of invisibility of cases. At the same time, these teachers recognize the need to training with regard to the issue of psychic suffering, which provided subsidies for the conception and elaboration of an Educational Product: a booklet aimed at teachers and other professionals working at school, especially in professional and technological education, developed with the purpose of sharing knowledge that contributes to preparing them to identify, deal with, support and refer students with signs of possible psychological distress to multidisciplinary care.

Keywords: Professional and Technological Education. Psychic Suffering. Teacher Training. Student Assistance. Mental Health al School.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 O SOFRIMENTO PSÍQUICO E A EDUCAÇÃO: ANÁLISE DO CONTEXTO ATUAL	17
2.1 AFINAL, O QUE É SOFRIMENTO PSÍQUICO?	17
2.2 SOFRIMENTO PSÍQUICO E JUVENTUDE	20
2.3 O SOFRIMENTO PSÍQUICO NO CONTEXTO ATUAL E OS IMPACTOS DA PANDEMIA .	26
3 DEBATES SOBRE SAÚDE MENTAL E SOFRIMENTO PSÍQUICO NAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES	28
3.1 O PAPEL DA ESCOLA E A OCORRÊNCIA DO SOFRIMENTO PSÍQUICO NO AMBIENTE ESCOLAR.....	28
3.2 A FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E A QUESTÃO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO ENTRE OS ALUNOS	34
3.3 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE	39
3.3.1 A Formação docente inicial	39
3.3.1.1 A formação continuada do docente e a LDB	43
3.4 A FORMAÇÃO DOCENTE, O CONTEXTO SOCIAL E A QUESTÃO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO	44
4 PROFESSORES E TÉCNICOS DO IFFluminense CAMPUS CABO FRIO PERANTE ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE SOFRIMENTO PSÍQUICO: OS ACHADOS DA PESQUISA	50
4.1 A METODOLOGIA ADOTADA.....	50
4.2 A OCORRÊNCIA DO SOFRIMENTO PSÍQUICO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E O PAPEL DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NO IFFLUMINENSE CAMPUS CABO FRIO.....	52
4.3 AS PERCEPÇÕES, A FORMAÇÃO, AS AÇÕES E INTERVENÇÕES DOCENTES NA IDENTIFICAÇÃO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO NO IFFLUMINENSE CAMPUS CABO FRIO	58
5 CARTILHA COMO ABORDAR OS ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE SOFRIMENTO PSÍQUICO NAS ESCOLAS	75
5.1 OS CONTEÚDOS	76
5.2 A FINALIDADE.....	78
5.3 A JUSTIFICATIVA.....	78
5.4 AS BASES TEÓRICAS.....	79
5.5 SOBRE A APLICAÇÃO	80
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	85
APÊNDICES	94
APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL	95
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	96

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA DO TÉCNICO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL	98
APENDICE D – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA O DOCENTE	99
APÊNDICE E – PÁGINA ELABORADA PARA ENVIO DAS RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO DISCENTE	102
ANEXOS	103
ANEXO A – VISITAÇÕES AO CAMPUS.....	104

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa realizada para a elaboração da presente dissertação tematizou o enfrentamento do sofrimento psíquico recorrente entre estudantes, no âmbito do Instituto Federal Fluminense (IFF), problematizando a necessidade de formação continuada para melhor habilitar os professores vinculados à educação profissional e tecnológica a lidarem com alunos que eventualmente sejam vítimas de problemas que afetam a saúde mental. Tendo em vista esse propósito, foi realizada, num primeiro momento, uma revisão bibliográfica concernente a: formação dos professores atuantes na educação profissional e tecnológica; conceitos sobre sofrimento psíquico; presença dos profissionais de psicologia nas instituições de ensino profissional e tecnológico; assistência estudantil voltada à permanência dos alunos da educação profissional e tecnológica; práticas de atendimento aos alunos do IFF com sintomas e/ou queixas que podem caracterizar estados de sofrimento psíquico.

Sobre o Instituto Federal Fluminense (IFFluminense), é importante dizer que este tem uma abrangência territorial de 12 municípios do estado do Rio de Janeiro, num espaço que recobre 12 *campi*, além do Polo de Inovação de Campos dos Goytacazes, do Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação, da Unidade de Formação de Cordeiro e da Reitoria. Nesse cenário, o IFFluminense atende a mais de quinze mil estudantes e conta com cerca de mil e quinhentos servidores entre professores e técnicos (IFF, 2021a). Ressalta-se que a abrangência territorial tem sido de grande valia, pois vem garantindo o acesso à Educação de qualidade a milhares de jovens, consequentemente contribuindo para o avanço e o desenvolvimento da região. O Instituto atua com oferta verticalizada, desde a formação inicial e continuada, incluindo os Cursos Técnicos de Nível Médio, as Licenciaturas, os Cursos Superiores de Tecnologia e os Bacharelados e estendendo a oferta até a pós-graduação *lato e stricto sensu* (IFF, 2021a).

Apesar de se tratarem de instituições voltadas para a formação profissional, os IFs concebem a categoria trabalho de um modo não utilitário, ao assumirem que relacionar a noção de trabalho à constituição humana é compreender o homem enquanto sujeito produtivo e dignificado a partir da criativa interação com os outros homens e com a natureza, possibilitando uma visão do ser enquanto sujeito social. As bases filosóficas dos Institutos Federais defendem que *trabalhar* significa estar no mundo interagindo com outros sujeitos que produzem criativamente seus modos de existir, e não simplesmente ser um “capital humano”, supostamente disponível como meio de suprir as exigências do mercado. Embora eu assumo integralmente este ponto de vista, que implica um olhar mais cuidadoso sobre o papel da

educação profissional atualmente, nem sempre se vê este cuidado aplicado nas relações de ensino/aprendizagem.

Tendo em vista essa perspectiva, o trabalho aqui apresentado teve como objetivo geral investigar de que forma se dá a abordagem do sofrimento psíquico presente entre estudantes no âmbito do Instituto Federal Fluminense *campus* Cabo Frio, especialmente no que tange à atuação docente. Desdobrando-se os seguintes objetivos específicos: realizar pesquisa bibliográfica, de modo a obter subsídios teórico-conceituais consistentes; identificar as demandas mais recorrentes e os encaminhamentos dados pela equipe multiprofissional; desenvolver o mapeamento da qualificação e da percepção dos professores acerca da temática do sofrimento psíquico entre os alunos; analisar a relação entre a formação dos professores e a questão do sofrimento psíquico no ambiente escolar do IFFluminense *campus* Cabo Frio; e formular uma proposta de formação continuada que possa contribuir para que professores consigam identificar e lidar, de uma forma mais tranquila e adequada, com um aluno em situação de sofrimento psíquico.

Buscou-se agregar subsídios teóricos e práticos para elaborar o produto educacional: uma cartilha destinada aos professores atuantes na educação profissional e tecnológica, com a finalidade de compartilhar saberes de psicologia escolar que os habilitem a identificar, lidar e encaminhar para atendimento psicológico os estudantes com sinais de possível sofrimento psíquico.

Trata-se de uma pesquisa de relevância social, pois o adoecimento psíquico do indivíduo é cada vez mais comum, principalmente entre os jovens. A OMS estima que cerca de 350 milhões de pessoas sofram de depressão no mundo inteiro e que este mal acometa, majoritariamente, a população jovem, entre 10 e 19 anos de idade, fase da vida em que os jovens estão cursando os Ensinos Fundamental e Médio.

As condições de saúde mental são responsáveis por 16% da carga global de doenças e lesões em pessoas com idade entre 10 e 19 anos. Metade de todas as condições de saúde mental começa aos 14 anos de idade, mas a maioria dos casos não é detectada nem tratada. Em todo o mundo, a depressão é uma das principais causas de doença e incapacidade entre adolescentes. O suicídio é a terceira principal causa de morte entre adolescentes de 15 a 19 anos. As consequências de não abordar as condições de saúde mental dos adolescentes se estendem à idade adulta, prejudicando a saúde física e mental e limitando futuras oportunidades (OMS, 2022).

De acordo com Santos e Siqueira (2010, p. 2), as doenças da psique estão associadas a comprometimentos de diversas ordens: biológica, social, psicológica, genética, física e química. Pensando no ser humano de maneira plena, a escola não pode parti-lo em pedaços para ministrar ensinamentos que desconsiderem sua complexidade, ou ignorar o indivíduo em suas

particularidades.

O atual cenário mundial complexificado pela pandemia da Covid-19 contribuiu significativamente para a expansão dos casos de pessoas sofrendo em função de diversos transtornos psíquicos, conforme destacado por Schmidt *et al.* (2020). O nível intensificado de sofrimento decorreu, inicialmente, da falta de informações sobre a doença, das incertezas sobre o seu controle, da sua gravidade e da imprevisibilidade sobre o tempo de duração da pandemia. E, mis tarde, dos desdobramentos econômicos e sociais por ela provocados.

No que tange à justificativa pessoal para o desenvolvimento da pesquisa, durante a trajetória acadêmico-profissional da pesquisadora, seja na atuação como professora, seja como psicóloga, foi possível notar o quanto o indivíduo passa despercebido aos olhos dos professores com relação ao adoecimento psíquico, tendo presenciado relatos, atendimentos a casos em que o sujeito tentara suicídio, como também situações com alunos em estado de sofrimento psíquico mais severo. Em boa parte desses casos, havia registro de que os sujeitos demonstraram comportamento adverso, ou sinais claros de sofrimento psíquico, entretanto os professores não perceberam ou não souberam lidar com a situação. Assim a presente proposta investigativa surgiu a partir da perspectiva de que muitos desdobramentos indesejáveis poderiam ter sido e podem ser evitados, caso o professor tenha maior conhecimento para lidar com essas questões.

É recorrente a alegação dos pesquisadores de que grande parte dos professores que atua na educação profissional tem formação apenas como bacharel, tecnólogo ou técnico, ou seja, há quase um consenso afirmando que esses professores não cursam licenciaturas (CARVALHO; SOUZA, 2014; BARBOSA; MACHADO; AFONSO, 2020). Tal afirmação será confrontada, neste trabalho, com os dados coletados na presente pesquisa. Por outro lado, ao observar a matriz curricular de cursos de licenciatura, não é incomum perceber que, de modo geral, não são priorizadas as disciplinas ou os conteúdos de abordagem psicológica ou social que auxiliariam na formação de um docente capacitado para a percepção mais atenta dos estudantes em sofrimento psíquico. Nesse sentido, academicamente, o presente trabalho se mostra relevante porque permitirá uma análise concreta sobre a forma como os professores lidam com essa temática e o quanto se sentem ou não preparados para identificar a atuar com alunos em situação de sofrimento psíquico. Os dados do presente estudo tendem, portanto, a contribuir para a reflexão sobre a formação de professores, em especial dos que atuam com educação profissional e tecnológica.

Nesse sentido, pretende-se, com este trabalho, contribuir para o debate acerca da Educação continuada dos professores que atuam no IFFluminense, ou até mesmo nos IF's de maneira geral. Acredita-se que seus resultados servirão de referência a outros segmentos e

modalidades de ensino de forma bem ampla, pois se trata de temática que vem sendo discutida por muitos dentro do campo da Educação, inclusive na EPT.

De modo a dar conta das pretensões ora enunciadas, esta dissertação encontra-se dividida em alguns capítulos. No primeiro capítulo, apresenta-se uma compreensão conceitual acerca do fenômeno denominado “sofrimento psíquico” e, a partir deste esclarecimento, discute-se a caracterização do estrato populacional designado como “juventude”. Isso feito, apontam-se, brevemente, os processos de subjetivação e os problemas enfrentados pelos jovens brasileiros, mediante contextos regionais, étnico-raciais, de gênero e socioeconômicos específicos e, de forma mais geral, mediante o contexto de configuração individualista e neoliberal da sociedade. Questões relativas às inserções educativas e laborais são mencionadas, oportunamente, ao longo do capítulo, estando inseridas na discussão sobre o sofrimento psíquico e as condições dos jovens diante da conjuntura provocada pelo alastramento da covid-19.

O segundo capítulo discorre sobre a questão do sofrimento psíquico entre os estudantes, levando em consideração a centralidade da instituição escolar em nossa sociedade, abordando seus aspectos sociais e, mais especificamente, as relações entre escolarização, acolhimento da comunidade, contemplando os desafios que esse contexto tem representado para o exercício da docência. Levando-se em conta a formação inicial e continuada da maioria dos professores, os diálogos entre a escola e seus atores, bem como as problemáticas que surgem no cotidiano escolar se tornam por vezes complexas, porque envolvem todos esses aspectos, além de muitos outros que escapam ao escopo da presente pesquisa.

O terceiro capítulo traz os resultados da pesquisa de campo, os quais permitiram retomar as questões anteriormente analisadas, bem como confrontar os dados obtidos a partir do formulário aplicado aos professores e professoras e das entrevistas realizadas presencialmente com o Assistente Social e a psicóloga, ambos atuantes como técnicos da equipe multidisciplinar do *campus* Cabo Frio.

Encerra-se esta dissertação com a exposição do produto educacional, as considerações finais e a apresentação das referências bibliográficas.

2 O SOFRIMENTO PSÍQUICO E A EDUCAÇÃO: ANÁLISE DO CONTEXTO ATUAL

2.1 AFINAL, O QUE É SOFRIMENTO PSÍQUICO?

As pesquisas e reflexões sobre a saúde mental não são algo novo, o marco da conceituação de saúde mental no mundo é datado de 1946, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) apresentou uma nova definição para saúde, englobando: o bem-estar físico, mental e social, (PINTO *et al.*, 2012) sendo destaque a parte psíquica (emocional), como também o reconhecimento do assim chamado sofrimento psíquico.

Mas, afinal, o que significa sofrimento psíquico? De onde vem essa terminologia? Do ponto de vista histórico, Assumpção, Oliveira e Souza (2018) esclarecem que esse tipo de mal-estar (dentro da linguagem freudiana), que muitas vezes é classificado como “depressão”, não pode ser considerado uma descoberta surgida no século XXI. As autoras explicam que a denominação mais comum encontrada para os sintomas ora apontados era “melancolia”. Na Grécia e Roma antigas, as pessoas com esse conjunto de sintomas eram diagnosticadas a partir de paradigmas religiosos e, também, a partir do entendimento dos primeiros químicos, físicos e precursores das ciências médicas. Tudo isso num tempo em que as dimensões religiosa, filosófica e os experimentos pré-científicos se articulavam, de modo complexo, para explicar a vida e todos os seus fenômenos (ASSUMPÇÃO; OLIVEIRA; SOUZA, 2018).

Esse quadro explicativo começou ser modificado com a intervenção dos primeiros filósofos. Isso porque a filosofia se perguntava sobre as causas e essências que explicavam cada coisa e cada ser existente no mundo. Os filósofos eram totalmente comprometidos em desvendar um entendimento minucioso e profundo pela via racional e, em função disso, iniciaram um processo de contestação das explicações baseadas apenas no mito ou na religião, em prol da racionalidade existente na filosofia que, naquele período da história, abrangia todas as formas de reflexão e pesquisa, inclusive as sociais e psicológicas.

Hipócrates, precursor da medicina no mundo grego, criou um sistema explicativo que conectava disfunções da “bílis negra” e da “bílis amarela” às afetações do cérebro, receitando que o paciente deveria mudar seus hábitos alimentares, passando a comer “mandrágora” e “heléboro” para alcançar a cura. Para Hipócrates, a pessoa com melancolia não poderia estar sozinha e deveria ser auxiliada, em seu processo de cura, por meio de conversas e diálogos (ASSUMPÇÃO; OLIVEIRA; SOUZA, 2018).

Talvez se possa ver, nessa recomendação de Hipócrates sobre os benefícios de se conversar com as pessoas “melancólicas”, uma semente dos procedimentos terapêuticos, que

iriam se consolidar bem mais tarde.

A versão católica romana sobre os tipos de mal-estar, ainda conhecidos como melancolia na Idade Média, lançou-lhes o estigma da “demonologia”. E, a partir desse período histórico, o quadro sintomático da antiga “melancolia” passa a ser designado como “*acídia*”, vocábulo também de origem grega, significando “estado de descuido”. O sentido dessa designação teria sido dado por um monge católico medieval, agregando a ideia de que a causa seria o total afastamento da esfera sagrada por parte do indivíduo, e o conseqüente domínio pelo demônio (SCHMIDT, 2013).

Entre os séculos XVIII e XIX, ocorreram várias descobertas sobre os problemas mentais, a partir das experiências e estudos de médicos que se dedicaram a explorar o assunto. Estudiosos escoceses, alemães e franceses se destacaram na realização de experimentos extremamente importantes para a evolução do conhecimento científico sobre o assunto. Gonçalves e Machado (2007) retratam tal evolução, mostrando os diferentes desenvolvimentos dos conhecimentos psicossomáticos, ainda sem grande entrada na visão clássica da medicina, mencionando as primeiras pesquisas que dão margem ao surgimento da psiquiatria.

Uma personalidade importante nessa história é o médico Philippe Pinel, conforme relata Cecarelli (2005). Entretanto, mesmo sendo considerado o fundador da psiquiatria, Pinel ainda utilizava a noção de “melancolia” conforme os estudiosos da antiguidade, abrangendo experiências subjetivas bastante diversas: desde pessoas cujo estado de satisfação demonstrava-se inabalável, até situações em que a tristeza e o isolamento poderiam impulsionar atos suicidas.

Vários desdobramentos e descobertas da medicina e da psicologia ocorreram nos séculos mais recentes, trazendo novos entendimentos, novas classificações e formas de diagnosticar e tratar pessoas afetadas por sofrimentos psíquicos.

O grande marco dessa transformação foi o trabalho de Freud, especialmente seus estudos sobre a histeria, que lhe proporcionaram as evidências necessárias para caracterizar a inegável existência de um universo psíquico com funcionamento próprio, para além dos processos fisiológicos. Ou seja, conforme explica Pinheiro, Aguiar e Mendes (2008), Freud defende e sustenta cientificamente o domínio próprio da análise dos fenômenos psicológicos.

Entretanto, a maior parte dos médicos e outros estudiosos que se dedicavam, no século XIX, a compreender o sofrimento psíquico, enveredaram pela via psiquiátrica, mais do que pela via da psicologia. Esse fato acabou resultando na constituição de um campo de estudos e práticas de cura designado “psicopatologia”. De acordo com Cecarelli (2005, p. 473),

a expressão Psicopatologia, que deu nome ao que muitos médicos faziam, principalmente na França, na Alemanha e na Inglaterra, durante todo o século XIX, inaugurou a tradição médica que se manifesta, até hoje, nos tratados de psiquiatria e

de psicopatologia médica. O aparecimento da Psicopatologia como disciplina organizada se dá com a publicação da Psicopatologia geral de Karl Jaspers, psiquiatra e filósofo, no início do século XX. Jaspers visava descrever e classificar, de forma minuciosa e sistemática, as doenças mentais.

No decurso dos séculos XX e XXI, tanto a psiquiatria quanto a psicologia se desenvolveram e deram origem a uma profusão de pesquisas empíricas e desdobramentos teóricos. Nesse percurso, destacaram-se dois caminhos dominantes: de um lado, os estudos de base psicanalítica (com diversas vertentes), que priorizavam os processos de subjetivação e a manutenção da “escuta” e do lugar de fala dos sujeitos em contexto de ajuda profissional para seus sofrimentos e, de outro lado, uma tendência forte à “patologização” do sofrimento psíquico, promovendo enquadramentos pré-estabelecidos na construção apressada de diagnósticos e na administração de “tratamentos” medicamentosos (GUARIDO, 2007; DUNKER; NETO, 2011; FERREIRA, 2014).

Tendo esse esboço histórico como referência, pode-se concluir esta seção com uma definição abrangente e bem atual de sofrimento psíquico, que abriga inúmeras formas de “mal-estar” emocional/psíquico, conforme apontado por Zanatta *et al.* (2021, p. 93):

O conceito de sofrimento psíquico apresenta-se no panorama dos estudos da Psicologia e da Psicopatologia de modo amplo, englobando não só os quadros clínicos próprios dos estudos psicopatológicos como também, as dificuldades e desajustamentos psíquicos em resposta às condições estressantes ou decorrentes dos conflitos cotidianos, caracterizados como hostis à vida humana. Assim, sofrer psicologicamente equivale a não experimentar bem-estar psicológico para viver.

É preciso ponderar, ainda, que essa definição se expandiu no Brasil após o movimento da Reforma Psiquiátrica na virada dos anos 1970/1980, período em que a sociedade civil organizada em diversos coletivos reconstrói, paulatinamente, os processos democráticos em todas as áreas da sociedade. Esse movimento colocou em xeque os excessos da medicalização e o confinamento das pessoas em sofrimento psíquico, o que resultou num fortalecimento das correntes de pensamento e práticas em psicologia que valorizam perspectivas mais dialógicas, a escuta e o espaço de fala dos sujeitos, entendendo o processo terapêutico como transformativo, com um protagonismo expressivo da pessoa que busca ajuda profissional.

Conforme afirmado anteriormente, essa abordagem difere daquelas que se pautam no entendimento do sofrimento como adoecimento e estabelecem o uso de medicamentos para lidar com o problema, encaixando os sofrimentos particulares em conjuntos de sintomas que perfazem um diagnóstico.

A importância da Reforma Psiquiátrica, do ponto de vista histórico-social, assim como as suas reais conquistas, do ponto de vista dos sujeitos beneficiados pelas suas propostas de

“desospitalização”, foram devidamente analisadas no trabalho de Ilana Paiva (2003), que postula o seguinte posicionamento:

Trabalha-se com a defesa da Reforma Psiquiátrica por ela estar imbuída dos ideais de uma sociedade realmente igualitária e humana, primando pela reinserção social dos excluídos, como são os loucos, baseando-se nos princípios da liberdade, igualdade, fraternidade. Enfim, por uma sociedade livre da opressão, preconceito e ignorância (PAIVA, 2003, p. 21).

Ou seja, no movimento da Reforma Psiquiátrica, as mudanças na área de saúde foram impactantes, especialmente aquelas voltadas à substituição do sistema asilar de tratamento da assim chamada “loucura” por uma rede de atendimento cujos princípios de ação são pautados no respeito pelos direitos humanos e sociais das pessoas que passam por sofrimentos psíquicos.

2.2 SOFRIMENTO PSÍQUICO E JUVENTUDE

Inicia-se a discussão deste tópico a partir da definição do que se considera “juventude”. As tentativas de definição de juventude são sempre atravessadas pelas contradições presentes nos contextos históricos das organizações sociais no mundo capitalista: as acirradas disputas por poder político e econômico, bem como uma lista extensa de desigualdades sociais. Dessa forma, conforme afirma Novaes (2009): “Os limites etários e as características de cada uma das “idades da vida” são produtos históricos, resultados de dinâmicas sociais mutantes e de constantes (re) invenções culturais” (p. 10).

A autora citada aponta que os imaginários sociais sobre a noção de juventude se apresentam em duas direções que são contraditórias. Pois, de um determinado ponto de vista, a juventude é tomada como ideal de saúde, de beleza e de esperança. Nesse sentido, ninguém quer envelhecer, idealizando uma espécie de eterna juventude. De outro ponto de vista, no entanto, os/as jovens são tomados (as) como agentes responsáveis por diversos problemas da sociedade, e ganham rótulos desqualificadores como: “violentos”, “preguiçosos”, “irresponsáveis”, “consumistas”, etc.

Dayrell (2003) concorda com os argumentos de Novaes, acrescentando a ideia de que os “jovens” são sujeitos sociais que impactam os e são impactados pelos contextos sociopolíticos, familiares e culturais em que estão inseridos. Sendo, ao mesmo tempo, protagonistas e alvos de representações presentes no imaginário social.

Tomando as pessoas que se pensam e são pensadas como jovens em nossa sociedade, Dayrell (2003) evidencia que devem ser abordadas conceitualmente e eticamente enquanto sujeitos sociais que precisam ser “levados a sério”, entendendo, também, que essas pessoas

jovens têm capacidade de construir modos específicos de serem jovens, a partir das histórias, memórias, experiências e protagonismos interligados de maneiras peculiares em suas formas diferenciadas de viver.

As reflexões de Pais (1990) também apontam para a necessidade de que os pesquisadores que se dedicam a conhecer mais profundamente a realidade de vida das pessoas consideradas jovens comecem por desconstruir imagens estabelecidas sobre a juventude, as quais o autor chama de “mitos” sobre a unicidade e a homogeneidade das assim chamadas “culturas juvenis”.

O autor argumenta que é necessário romper as barreiras impostas pelo imaginário que se tornou senso comum sobre as identidades e posturas juvenis para que se alcancem conhecimentos mais objetivos e confiáveis sobre este segmento da sociedade, normalmente alocado na faixa etária entre 15 e 29 anos. Na continuidade dessas ponderações, comenta que as categorias que classificam e distinguem fases nas trajetórias de vida das pessoas são elaboradas dentro de histórias e contextos socioculturais específicos e são escalonadas, de um modo geral, nas seguintes fases: infância, adolescência, juventude, meia-idade, velhice.

Pais (1990) adverte ainda que conteúdos significativos muito distintos preenchem os aspectos definidores dessas faixas etárias, dependendo da contextualização histórico-social e cultural dos grupos e das localidades em que vivem as pessoas tomadas como objeto de análise. Sem contar o fato de que há subdivisões com atributos particulares dentro de cada faixa etária: o que os grupos sociais imaginam sobre jovens de 15 anos não é o mesmo que é imaginado sobre quem tem 29 anos, por exemplo. Da mesma forma que as expectativas de participação nas atividades sociais também serão diferentes sobre uns e outros.

Em face do aprofundamento deste tipo de reflexão, o autor citado sugere que os pesquisadores das assim chamadas ‘juventudes’ estejam sempre atentos e se perguntem sobre quais circunstâncias e fatos estão envolvidos em determinadas concepções de juventude e também na percepção social delas. Pois, conforme segue demonstrando, as formas de se abordar o fenômeno estudado fazem aparecer faces distintas deste fenômeno. Assim Pais (1990) afirma que existem abordagens que recortam a existência de aspectos culturais definidores da categoria classificatória ‘juventude’, enquanto outros recortes analíticos apontam o papel sociológico desse segmento da sociedade enquanto reproduzidor de situações e condições de classe social.

Teríamos, por um lado, abordagens que enfatizariam as expressões da ordem da cultura e, por outro lado, abordagens que tomariam o eixo das classes econômicas e produtivas enquanto polos irradiadores das determinações sociológicas reproduzidas pelas gerações que se sucedem, especialmente quanto às oportunidades de ingresso no mercado de trabalho. As

marcações sociais baseadas nas classes econômicas permitem verificar, também, pertencimentos identitários juvenis que se espraiam mais em determinados estratos da sociedade e menos em outros. Exemplos disso são trazidos pelo mesmo autor, numa publicação mais recente sobre os estudantes de Ensino Médio em Portugal: a proporção de jovens que se tornam membros de determinadas tribos (“góticos”, por exemplo) é muito maior nos estratos médios e mais abastados (PAIS, 2020).

O que não significa dizer que adolescentes e jovens que enfrentam situações econômicas mais vulneráveis não constituam determinadas “tribos”. Uma pesquisa realizada na comunidade/favela de Manginhos/RJ, com jovens articulados em torno do movimento musical denominado genericamente de “Hip Hop” demonstra o quanto essas juventudes em situação de vulnerabilidades (econômica, social, territorial, etc.) são capazes de se organizar e, de modos diversificados, se expressar e colocar suas narrativas e reivindicações no mundo (WEIHMÜLLER *et al.*, 2019).

Destaca-se que, para um maior aprofundamento, tornando mais concretas as análises sobre as formas de existência subjetiva e social das juventudes, cabe adotar a postura de pesquisador/pesquisadora que se propõe a escutar o que elas próprias têm a dizer sobre si e sobre o mundo. Nesse sentido, a produção histórico-cultural de modos específicos de ser jovem é abordada do ponto de vista da ocupação do espaço público por Ribeiro e Macedo (2018), ao alertarem que as inúmeras juventudes brasileiras vêm se organizando em muitos tipos de coletivos e colocando suas pautas na cena pública. Esse esforço, que acontecia no passado quase que exclusivamente por meio de movimentos estudantis, vem tomando novas formas de organização, expressão e reivindicação: mobilizações em grupos de dança e música, mobilizações pautadas nas escolhas de gênero, nos pertencimentos étnico-raciais, dentre outros.

Em face dessas mobilizações sociopolíticas juvenis foi-se desenhando, especialmente a partir do século XX, o reconhecimento destes/destas jovens enquanto “sujeitos de direitos”. Segundo Ribeiro e Macedo (2018), essas juventudes conquistaram seu lugar de fala no espaço público, publicizando suas formas de ver, ouvir e narrar o mundo e colocando suas reivindicações. O reconhecimento oficial dessa parte do espaço público assim ocupado surge com a edição oficial do Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013a).

Seguindo-se o caminho conceitual trilhado na construção de políticas sociais voltadas a esse segmento de brasileiros e brasileiras, que fora construído pelos consultores técnicos que coordenaram as pesquisas qualitativas e os levantamentos para embasar tais políticas, é possível dizer que não há uma forma exclusiva e cabal de caracterizar quem são os/as “jovens”, já que

o conceito de juventude é, em princípio, provisório; ou seja, o ponto de partida de

muitos trabalhos, como desta publicação, vem de um conceito demográfico, respaldado por aportes da psicologia. Assim, para facilitar comparações internacionais, regionais e temporais se propõe uma definição que tem por base um ciclo etário que classifica os jovens como aqueles indivíduos que possuem entre 15 e 29 anos (ABRAMOVAY *et al.*, 2006, p. 9).

É esse horizonte etário que se toma como norte para a elaboração da presente dissertação, mas sem perder de vista a multiplicidade de experiências sociais e subjetivas que essa simples classificação não consegue identificar. Há diferenças enormes entre contextos regionais, locais, urbanos, rurais; entre contextos étnicos; entre aqueles/as que têm deficiências e os/as que não têm; entre contextos de maior ou menor vulnerabilidade familiar, social e econômica; entre quem passa ou não por situações de risco; entre quem vive ou não situações de conflito com a lei; e entre quem passa por sofrimentos psíquicos e quem não passa.

Em nível de leitura demográfica, a pirâmide populacional brasileira tem sofrido transformações sucessivas, mas ainda é expressiva a presença da população jovem nacional, conforme relata o Atlas das Juventudes (BARÃO; RESEGUE; LEAL, 2020, p. 13):

Ainda que o Brasil se apresente como uma nação majoritariamente jovem, a pirâmide etária vem se transformando. Nas últimas duas décadas foi possível observar mudanças produzidas pelo declínio da fecundidade, que passou de 6,3 filhos por mulher, em 1960, para 1,61 filho em 2020 e com projeção de 1,5 filho em 2034 (IBGE, 2018). Diante desse cenário, a população jovem de 15 a 29 anos de idade tem apresentado uma diminuição contínua na sua participação relativa na população brasileira, passando de 28,2%, em 2000, para 25,44%, em 2015, devendo alcançar 21,0% em 2030 e 16,24% em 2060 (NERI, 2019), conforme evidenciado na etapa de análise de dados do Atlas.

Diante desse quadro, de um país com maioria de pessoas jovens, os estudiosos e os propositores de políticas públicas têm destacado inúmeras questões com que é necessário se preocupar, tomar posicionamentos e atitudes. Seguindo a exposição articulada no “Atlas”, mencionamos, a seguir, quais seriam elas.

O marco étnico revela a invisibilização das juventudes indígenas bem como suas múltiplas vulnerabilidades. Revela, também, que, se você é jovem, do gênero masculino e negro, suas chances de sofrer violências de todos os tipos, inclusive de ser vítima de homicídio, são infinitamente maiores se comparadas às de pessoas que se enquadram em outro perfil étnico-racial, etário e de gênero. Fato realmente preocupante, uma vez que a população de jovens negros e negras no país corresponde a 61% da população total, contrastando com 38% brancos/brancas; 0,5% amarelos/amarelas e 0,4% indígenas (BARÃO; RESEGUE; LEAL, 2020).

Entretanto é importante observar que as desigualdades geradas pelas discriminações étnico-raciais não se restringem à questão da segurança pública. Atingem, concomitantemente,

as áreas de educação, oportunidades de trabalho e renda, bem como outras oportunidades de desenvolvimento e bem-estar. No caso das jovens negras, além dos problemas já elencados, constata-se que têm sido mães precocemente muito mais vezes que jovens não negras.

Em 2018, no Brasil, a taxa de homicídios entre homens negros era quase o triplo da observada entre os homens brancos. Além disso, independentemente da região do Brasil, adolescentes com baixa escolaridade e negras apresentaram mais chances de estar grávida na adolescência do que meninas não negras (BRASIL, 2020, p. 16).

Com relação ao sofrimento psíquico gerado a partir de determinantes de caráter étnico-racial, cabe mencionar uma publicação do Conselho Regional de Psicologia da 8ª Região (MÄDER, 2019), na qual autores e autoras enfrentam com zelo e minúcia esse importante contexto em que urge intervenções de profissionais devidamente interessados e habilitados, no sentido de contribuir para a desconstrução de realidades tão perversas. Alguns conceitos cunhados pelos pesquisadores da área de psicologia norteiam a abordagem dos impactos do racismo como gerador de sofrimento psíquico.

Destacam-se dois conceitos, os quais se consideram os mais importantes: o conceito de “contingenciamento”, significando “relações intersubjetivas multigeracionais metabolizadas desde o processo colonial, gerando relações assimétricas em que determinados grupos são destituídos do reconhecimento de sua humanidade” (MÄDER, 2019, p. 23), e a noção de “Complexo de Desprezo”, a qual indica.

Signos direcionando a percepção e o imaginário em que se reproduz e se constata o contingenciamento. Mediante à tensão, o sofrimento é mantido alienado das epistemologias que se pautam no aspecto individual ou de uma geração, desdobrando em conflitos intersubjetivos contínuos. Com efeito, o Complexo de Desprezo aponta sintomas como produções sádicas, persecutórias e delirantes (MÄDER, 2019, p. 24).

Ou seja, a publicação supracitada aponta que já existe um campo de reflexões e ações bem estabelecido no que tange à participação dos profissionais de psicologia na produção de conhecimento e em intervenções práticas de combate ao racismo e aos sofrimentos – individuais e coletivos - que se insinuam a partir dele.

Retornando às problemáticas destacadas pelo Atlas das Juventudes (BARÃO; RESEGUE; LEAL, 2020), constata-se que há uma concentração de jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Em 2017,

havia 8,3% de jovens brasileiros vivendo em situação de extrema pobreza e 30,1% em situação de pobreza, o que equivale a viver com US\$ 1,90 e US\$ 5,5 por dia respectivamente; em 2018, cerca de 11,8% dos adolescentes com 15 a 17 anos de idade, que estavam entre os 20% da população com os menores rendimentos, abandonaram a escola sem concluir o ensino básico, um percentual 8 vezes maior que o desse mesmo grupo etário entre os 20% com maiores rendimentos (1,4%) (BARÃO; RESEGUE; LEAL, 2020, p. 20).

Os fatores específicos que geram discriminação e vulnerabilidade se entrecruzam, criando situações de vida complexas para os jovens, que irão repercutir em todos os seus contextos de experiência: ser pobre, ser negro/a ou ser indígena já são características que, por si sós, repercutem nas possibilidades de participação social, de um modo geral, em processos discriminatórios na família, na escola, na universidade e assim por diante. Quando tais características se mesclam na existência de uma pessoa, seu percurso existencial e social se torna ainda mais difícil (NASCIMENTO, 2021).

Por outro lado, a própria ordenação da sociedade capitalista gera uma cultura em que a utilidade, o sucesso e a competição só fazem pressionar ainda mais as pessoas, projetando sobre elas expectativas de produtividade, de alto consumo, e ideais de estética e modos de organização da vida que fogem ao alcance da maioria da população. Tudo isso se prospecta sobre a juventude e tem gerado problemas variados, dentre eles o sofrimento psíquico (MEIRELES *et al.*, 2020).

Outra questão que não se pode deixar de mencionar é aquela ligada aos posicionamentos de gênero, os quais, quando destoam dos padrões cisnormativos e hegemônicos, sofrem pesadas discriminações e mesmo violências e perseguições (GONÇALVES, 2018; PATRIOTA, 2018; BENEVIDE; NOGUEIRA, 2020, 2021). Tais questões são, também, identificadas como fontes de sofrimento psíquico para boa parte da juventude brasileira, na medida em que os jovens/as jovens atravessam processos de construção identitária, sendo o gênero um fator de extrema delicadeza e importância tanto subjetiva quanto social (BARÃO; RESEGUE; LEAL, 2020, p. 305).

Em sintonia com os dados brevemente apontados, de acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde), o sofrimento psíquico é mais recorrente entre os jovens. Rocha (2014) acredita que isso aconteça em razão das intercorrências contemporâneas, dentre as quais, destaca: a violência, a disputa no mercado de trabalho, os laços afetivos e amorosos, as exigências de respostas positivas ao próprio desempenho. Enfim, essa é uma fase da vida na qual o indivíduo encontra-se emocionalmente vulnerável e, assim, mais propenso a diversas formas de fragilização de suas estruturas emocionais.

Nessa mesma linha de pensamento, Paixão, Patias e Dell'aglio (2018) associam tal ocorrência ao fato de que, nessa etapa da vida, o indivíduo passa por mudanças cognitivas, sociais e afetivas, estando, por isso, mais suscetível a sofrer variações na autoestima. É nessa fase também que o jovem experimenta novas emoções: namoros, emprego, em muitos casos a tomada de decisão para escolher a profissão a seguir, dentre outras questões definidoras de identidades e trajetórias pessoais e sociais, conforme apontado nos parágrafos precedentes.

2.3 O SOFRIMENTO PSÍQUICO NO CONTEXTO ATUAL E OS IMPACTOS DA PANDEMIA

No mês de fevereiro de 2020, momento em que foi publicizada a identificação da primeira pessoa com Covid-19 no Brasil, as consequências da doença não estavam desveladas para os profissionais de saúde, nem para os pesquisadores e, menos ainda, para o público em geral. Hoje, três anos depois, a doença continua fazendo mais e mais vítimas, com muitos casos de óbito.

Não há dúvidas de que tal conjuntura compromete seriamente a vida de todos, inclusive o presente e as perspectivas futuras dos jovens. De acordo com a segunda edição do Atlas das Juventudes (BARÃO; RESEGUE; LEAL, 2021) sobre a covid-19, as profundas consequências com que a sociedade brasileira hoje se defronta podem ser assim resumidas: “O aprofundamento das desigualdades sociais e seus efeitos sobre a saúde mental, a segurança alimentar, o processo educativo, a vida profissional e econômica de jovens, além da instabilidade política no país” (BARÃO; RESEGUE; LEAL, 2021, p. 4).

A pesquisa que deu base às conclusões do citado trabalho se efetivou a partir de diálogos com mais de 60.000 jovens brasileiros de todo o território nacional. As análises revelaram que, num conjunto de 10 jovens, 6 deles afirmam estarem sendo afetados por ansiedade e exagerando na comunicação via redes e mídias sociais. Um fato revelado pelos entrevistados (5 a cada 10) é estarem sendo acometidos por uma sensação de permanente cansaço, com alguns relatos de exaustão.

Outro agravante revelado pela pesquisa é que existe uma desigualdade socioeconômica bastante grande entre as pessoas que compõem a juventude brasileira, maior do que aquela presente na população como um todo.

Além disso, a situação de pandemia ainda tem impactado fortemente as oportunidades de obter trabalho e renda, uma vez que os índices de desemprego se tornaram alarmantes. De acordo com dados de levantamentos feitos pelo Instituto Brasileiro de Economia (IBRE)/Fundação Getúlio Vargas (FGV), publicados na revista Conjuntura Econômica, a crise no mercado de trabalho

[...] afetou principalmente os trabalhadores informais e de baixa escolaridade, com destaque para o setor de serviços. A população ocupada (PO) caiu quase 15% entre fevereiro e julho de 2020, com recuperação bastante gradual em seguida. Na última leitura, relativa a julho de 2021, a PO ainda se encontrava 4,4% abaixo do nível pré-pandemia (SCHYMURA, 2021, p. 6).

Evidencia-se, portanto, que o cenário resultante dos impactos da covid-19 agravou ainda

mais o quadro de vulnerabilidade para os jovens, uma vez que muitos perderam determinados suportes familiares, na medida em que os pais e outros provedores ficaram desempregados, ou em condições precarizadas de trabalho e renda. Pois, como descreve Nascimento (2021, p. 8),

[...] os jovens se dividem em dois grupos, aqueles com a oportunidade de preparar-se especificamente a um determinado emprego no futuro e aqueles cuja etapa mais intensa de sua vida é interrompida pelas obrigações e responsabilidades da vida adulta precocemente assumidas. Esse marco é subjetivamente representado com mais força pelas camadas mais vulneráveis da população, que muito conhecem sobre o sofrimento ético e político, recebendo diariamente doses de humilhação, frustração e desgaste físico. Nesse contexto, o trabalho se apresenta como uma força perversa sobre suas vidas, desencadeando crises e patologias em decorrência do sofrimento psíquico.

Ou seja, boa parte da juventude brasileira se vê aturdida pela pressão social deste momento, e muitos ficam desorientados, mesmo que momentaneamente, sobre os rumos a tomar, de modo a se auto ajudarem e, eventualmente, contribuir para o sustento de suas famílias. Nesse processo conflituoso, a formação escolar/acadêmica pode ser secundarizada ou mesmo abandonada. Esse processo de evasão escolar foi evidenciado nas conclusões divulgadas no Atlas das Juventudes sobre a COVID-19: “Há um aumento da proporção de jovens que não estudam e não trabalham, passando de 10%, em 2020, para 16%, em 2021. E, ao mesmo tempo, uma redução de 32% para 25%, em 2021, na porcentagem daqueles que estudam e trabalham” (BARÃO; RESEGUE; LEAL, 2021, p. 15).

Para concluir o presente capítulo, toma-se de empréstimo a ideia, defendida por Edson Saggese (2021), de que a juventude atual se confronta com questões verdadeiramente desnorteantes, pelo fato de que os excessos do individualismo neoliberal lançam uma sobrecarga muito grande, sob a forma de expectativas, sem oferecer estruturas de apoio a essas pessoas em desenvolvimento. Nesse contexto, Saggese (2021) define que temos hoje, em função dos modos próprios de construção histórica e funcionamento da sociedade atual, uma “juventude à flor da pele”. Seguindo o raciocínio do autor, é possível afirmar que o advento da pandemia acarretou o agravamento de situações sociais subjetivadas pela juventude, que foi impactada com mais pressão, menos apoio e, concomitantemente, com mais sofrimento psíquico, uma vez que “a pandemia da Covid-19 acentuou o sofrimento psíquico entre os adolescentes” (SAGESSE, 2021, p. 2).

Essa percepção nos faz concordar com a compreensão expressa pelo autor de que “Se há uma juventude à flor da pele, somos levados a crer que há uma sociedade também à flor da pele. Não podemos dissociar o sofrimento psíquico dos adolescentes e jovens das condições gerais da época na qual vivem” (*idem*, p. 19). Destacamos, também, uma contribuição interessante do autor voltada aos processos educativos em período de pandemia. Segundo dados

informados no artigo supracitado, a obrigatoriedade compulsória de efetivação do ensino de modo remoto fez reacender, a partir de fatos novos, uma discussão sobre didáticas, métodos e suportes de “ensinagem” – como dizia Paulo Freire. Tais discussões, especialmente aquelas embasadas em depoimentos de estudantes e de seus responsáveis, mostram o quanto a presença física, face a face, do mediador pedagógico – o professor/a professora – foi conclamada e reivindicada,

Se a escola fosse só transmissão do saber de uma fonte a um receptor, o online não seria uma cópia defeituosa da lição presencial, mas sua realização plena (tradução nossa). No entanto, não foi isso o que ocorreu e sim a reafirmação da necessidade da presença viva do Outro como condição de uma transmissão. Continua Ronchi (2020): “A presença viva fez sentir toda sua relevância para a didática precisamente quando as condições objetivas a interditavam”. Essa questão atinge diretamente os educadores, cuja presença como um Outro fora da esfera familiar mostrou-se essencial para o desenrolar do processo de aprendizado (SAGESSE, 2021, p. 7).

O contexto atual torna ainda mais urgente a atuação do psicólogo, de modo a contribuir para a minoração dos sofrimentos, sobretudo aqueles desenvolvidos ou desvelados no processo de escolarização/formação acadêmica dos jovens. E, acima de tudo, para dar voz, proporcionando maior protagonismo e reconhecimento a essa “juventude à flor da pele”.

3 DEBATES SOBRE SAÚDE MENTAL E SOFRIMENTO PSÍQUICO NAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES

3.1 O PAPEL DA ESCOLA E A OCORRÊNCIA DO SOFRIMENTO PSÍQUICO NO AMBIENTE ESCOLAR

As interfaces entre psicologia e educação escolarizada datam, no Brasil, pelo menos, da virada do século XIX para o século XX, quando foram fundados, no país, os primeiros ‘laboratórios’ de pesquisa, estudos e experimentações psicológicas (BARBOSA; SOUZA, 2012). Autores que se dedicaram à história da psicologia, enquanto saber autônomo e profissão, reconhecem que seu surgimento está estreitamente ligado ao universo da Educação.

Pode-se afirmar que o processo pelo qual a psicologia conquistou sua autonomia como área de saber e o incremento do debate educacional e pedagógico nas primeiras décadas do século XX estão intimamente relacionados, de tal maneira que é possível afirmar que psicologia e educação são, historicamente, no Brasil, mutuamente constituintes uma da outra (ANTUNES, 2008, p. 471).

Nos primeiros tempos, a tarefa da Psicologia Escolar era dirigida principalmente aos estudantes, buscando destrinçar eventuais “problemas de aprendizagem”, entendidos como decorrentes de constituição de heranças neurológicas específicas de cada indivíduo. Em consequência, a ação psicopedagógica classificava os alunos com dificuldades de aprendizagem, diagnosticando possíveis “fracassos escolares” (PATTO, 1999; SOARES, 2006).

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, a psicologia educacional assume novos olhares e formas de inserção no contexto escolar. O foco psicométrico, baseado em testes de inteligência, sofre fortes críticas, sendo abandonado pela maior parte dos profissionais, embora ainda estivesse presente na perspectiva de análise de alguns, conforme elucidaram Barbosa e Souza (2012). Outros aportes teórico-práticos passam a integrar o repertório de pensamento e das práticas da psicologia educacional e escolar. De modo geral, os psicólogos e educadores são levados a ampliar o escopo das análises, entendendo que as assim chamadas dificuldades na aprendizagem estão interligadas a uma multiplicidade de fatores, e não simplesmente a supostas incapacidades deste ou daquele indivíduo, tomado isoladamente. A psiquê individual ou a herança genética já não mais eram tidos como fontes explicativas adequadas e suficientes.

O trabalho de Maria H. S. Patto (2000) é considerado um marco nesta virada do olhar psicopedagógico brasileiro. A partir dos desvelamentos produzidos pela autora, a escola passou a ser interpretada como coprodutora de um olhar enviesado sobre a realidade, que faz ver fracasso nos estudantes, quando teríamos que lançar luz sobre o fracasso da escola enquanto instituição, na medida em que a escola se organizaria, tradicionalmente, a partir de pressupostos que não se verificam na história concreta das relações entre escola e sociedade no Brasil.

Ou seja, Patto (2000) demonstrou, por meio de extenso e minucioso esforço de pesquisa, que os alunos para os quais a escola é concebida não correspondem à maioria real dos alunos frequentadores das escolas públicas nacionais. A autora explicou como as hierarquias instituídas numa sociedade fundada em desigualdades, como a nossa, atravessam preconceituosamente os entendimentos sobre os estudantes, suas famílias, e sobre como deve ser sua relação com as escolas e os sistemas de ensino.

Tais equívocos jazem sobre os sistemas de ensino federais, estaduais, municipais e suas unidades escolares, atingindo professores e todas as equipes que nelas atuam. Assim, sistemas públicos escolares - que deveriam funcionar bem para todos - funcionam mal para a maioria e só dialogam com quem já está previamente incluído nos estratos privilegiados da sociedade. Numa formulação feita por Magda Soares (2006), a escola pública em vez de ter sido feita para o povo, tem se mostrado, historicamente, contra o povo. Barbosa e Souza (2012) analisaram

que essa perspectiva crítica se instituiria e ganharia espaço a partir dos anos 2000 nos estudos que tratariam da questão do fracasso escolar.

Essa mudança de perspectiva ora enunciada ocorre num período em que a literatura especializada começou a registrar um aumento de casos de sofrimento psíquico por parte de estudantes, principalmente daqueles que cursam o Ensino Médio. De modo sintetizado, dentre as razões apresentadas para esse aumento de casos registrados, os estudos listam as características de instabilidade emocional próprias do período de adolescência, quando a pessoa em desenvolvimento se vê pressionada a realizar diversos processos de identificação pessoal: gênero, escolhas éticas, artísticas, culturais, políticas, morais e profissionais. A tudo isso se somam questões de ordem familiar, econômica, e, dentro de um percurso instrucional, a expectativa de conseguir adentrar o Ensino Superior (BALLESTER, 2021).

Oliveira (2006) chama atenção para o fato de que a constituição processual da subjetividade dos adolescentes é atravessada por múltiplos elementos das dimensões biológica, psicossocial e histórico-cultural. Trazendo esses entrecruzamentos para o contexto atual, a autora afirma que, na contemporaneidade, dentro das sociedades ocidentais, viver a adolescência pressupõe saber lidar com temporalidades e espacialidades cada vez mais múltiplas, a partir, sobretudo, das possibilidades de comunicação virtual, que rompem distâncias e entregam mensagens em tempo real. Tal contexto contribui bastante para que os adolescentes construam e ampliem suas redes de relacionamentos de forma exponencial.

Desse modo, se algumas características do fenômeno “adolescência” parecem estar presentes em diversos contextos e épocas, por outro lado é forçoso compreender que as vivências culturais, englobando um leque de manifestações históricas como, por exemplo, as viabilidades tecnológicas de cada situação contextual específica, tornam a experiência adolescente uma constante renovação.

Nesse contexto, a importância das instituições escolares na vida das pessoas se mostra indiscutível. A imensa maioria da população começa a compartilhar cotidianamente a experiência de escolarização pelo menos desde os 5 ou 6 anos de idade, na Educação Infantil e nas classes de Alfabetização. Não é à toa, portanto, que a temática da saúde mental tem sido notada e levada em consideração com cada vez mais frequência no cotidiano escolar, demandando ações por parte dos psicólogos escolares e da equipe multiprofissional (BALLESTER, 2021). Os desafios que isso tem representado para os professores e, por extensão, para toda a comunidade escolar, é assunto que será retomado adiante, com foco na educação profissional e tecnológica e considerando os agravamentos registrados a partir da pandemia da covid-19.

Diversas investigações da área de saúde psíquica e da educação permitem apontar que aproximadamente 25% das crianças e dos adolescentes brasileiros estão passando ou já passaram por estados de sofrimento psíquico (FATORI *et al.*, 2018). Tal informação é muito importante, considerando-se que essa modalidade de sofrimento acarreta problemas sérios no desenvolvimento humano e em diversos aspectos da vida pessoal e coletiva dessas crianças e adolescentes (FATORI *et al.*, 2018).

Outras pesquisas mostraram que, se as crianças e adolescentes passam por sofrimento psíquico, apresentam, muitas vezes, inúmeros conflitos vivenciados no ambiente escolar, podendo surgir impasses na aprendizagem, que repercutirão nas condições de avanço formativo. Ou seja as disposições emocionais interferem substantivamente nas capacidades e motivações interacionais e cognitivas (D'AVILA-BACARJI; MARTURANO; ELIAS, 2005; D'ABREU; MARTURANO, 2010).

Em pesquisa desenvolvida com 18 profissionais atuantes numa escola pública de ensino básico, situada no interior do Estado de São Paulo (CID *et al.*, 2019), foram identificadas, nas falas desses professores e professoras, duas formas de sofrimento psíquico já apontadas na literatura sobre o assunto: “[...] internalizantes, quando referentes aos comportamentos baseados em depressão, ansiedade, retração e isolamento; e externalizantes, caracterizadas pela hostilidade, pela agressividade e por condutas antissociais” (CID *et al.*, 2019, p. 4).

As autoras comentam que tanto uma manifestação quanto outra impactam negativamente nas oportunidades de interação social e de desenvolvimento pessoal e acadêmico dos alunos. Os docentes e demais profissionais que atuam na escola podem diminuir ou ampliar o isolamento desses estudantes, a depender da abertura cognitiva e emocional por eles promovidas, sendo responsáveis por garantir o bem-estar e a qualidade da aprendizagem dessas crianças e adolescentes na escola.

Como principais conclusões do estudo citado (CID *et al.*, 2019), nota-se que as intervenções que visam a lidar com a realidade psicossocial e pedagógica na escola são bem-sucedidas na medida em que dialogam, desde a concepção até a execução e a avaliação, com todos os estratos envolvidos (gestores, professores, técnicos, estudantes, famílias, comunidade).

Além disso, em vez de serem ações projetadas por antecipação, devem ser propostas a partir das necessidades específicas de cada alunado, de cada realidade escolar. Dessa forma, para além de lançar foco sobre um conjunto de problemas específicos, no caso aqueles relacionados ao sofrimento psíquico dos estudantes, são mais bem recebidas e sucedidas as intervenções que promovem conjuntamente desenvolvimento social e humano para toda a comunidade escolar.

Nos últimos três anos, o mundo enfrentou a pandemia da Covid 19, tornando necessário o isolamento social, que foi um agente disparador de dificuldades emocionais em toda a população. Assim algumas instituições de ensino criaram meios próprios de enfrentar essa realidade e apoiar a comunidade acadêmica.

Nesse contexto, é interessante o registro de como ocorreu a atuação de duas psicólogas em uma equipe multidisciplinar e multissetorial do Instituto Federal do Paraná, quando a instituição tomou a decisão de criar a Comissão de Acompanhamento e Controle de Propagação da Covid 19, em março de 2020 (NEGREIROS; FERREIRA, 2021)¹.

As profissionais participaram de todo o processo de implantação da referida comissão, sendo importante frisar que a iniciativa se deu a partir de percepções e informações compartilhadas entre gestores, técnicos e professores, quanto à necessidade de construir estratégias de enfrentamento à situação social inusitada e altamente preocupante, em termos de saúde pública e de continuidade das atividades cotidianas.

Segundo relatam Negreiros e Ferreira (2021), após constituída a equipe, desenvolveu-se a percepção, quase consensual, de que as estratégias elaboradas, para além de criarem ferramentas e disponibilizarem pessoas para monitorar, propor medidas de contenção à propagação da doença e fornecer informações à comunidade acadêmica em geral, deveriam prestar alguma forma de suporte aos problemas emocionais enfrentados pelas pessoas, em momento social tão delicado.

Foi assim que, consoante essa percepção, as psicólogas foram convidadas a compor a referida comissão. Negreiros e Ferreira (2021, p. 890) descrevem que foram efetivadas três ações, a partir dos trabalhos realizados pelo grupo:

A primeira foi a construção de um Protocolo de cuidados para prevenção da covid-19 no IFPR; a segunda foi o estabelecimento de comissões locais nas unidades para a análise e encaminhamento de medidas mais consoantes a cada contexto; e, finalmente, a elaboração de um seminário organizado em duas etapas: para a comunidade escolar em geral e para as comissões locais (NEGREIROS; FERREIRA, 2021, p. 890).

No “protocolo de cuidados”, escrito colaborativamente pelas profissionais e por outros membros do grupo, um dos capítulos tratava especificamente da saúde mental “*Lidando com as emoções: saúde mental e atenção psicossocial*”, de maneira que foram instalados os comitês de cada unidade, tendo como atribuições: “[...] operacionalizar as ações e garantir o sucesso das providências relativas à recepção, acolhimento e segurança de estudantes e servidores” (NEGREIROS; FERREIRA, 2021, p. 890).

¹ As autoras citadas são as psicólogas participantes da comissão e das ações aqui relatadas.

Já os dois seminários foram elaborados em duas fases: uma formativa, especialmente dirigida aos componentes dos comitês locais, com esclarecimentos sobre o sentido, a aplicabilidade e o manuseio do Protocolo de Cuidados e Prevenção; e outra com ênfase na sensibilização para o compartilhamento e usufruto das estratégias de apoio, então disponibilizadas pelo Instituto Federal do Paraná aos seus quadros, alunos e comunidade.

Ambas as fases, frisam Negreiros e Ferreira (2021, p. 891), contaram com a ativa participação das psicólogas, que coordenaram mesas temáticas em saúde mental, nas quais contaram com a presença de uma psiquiatra.

Para o primeiro grande grupo, a mesa Relações humanas e atitudes de cuidado de si e do outro em tempos de distanciamento físico e a saúde do trabalhador foi planejada a fim de apresentar as diversas consequências da pandemia nas relações humanas e na saúde mental do trabalhador e do estudante e discutir estratégias para lidar com este momento (NEGREIROS; FERREIRA, 2021, p. 891).

Na mesa de discussão, durante as atividades com intuito formativo para as pessoas integrantes dos comitês que deveriam atuar em cada unidade, as psicólogas elaboraram uma exposição que contemplava a sensibilização das equipes para os inúmeros impactos emocionais e formas de sofrimento psíquico decorrentes do isolamento social, da crise financeira, das perdas humanas, etc. como consequências da pandemia. Por outro lado, dedicaram-se a discutir “[...] formas de encaminhamento e acolhimento qualificado às demandas da comunidade escolar” (NEGREIROS; FERREIRA, 2021, p. 891).

É importante pontuar, mais uma vez, que as formas de atuar descritas no relato de experiência se coadunam com as recomendações dos Conselhos Profissionais de Psicologia quanto às intervenções por parte dos psicólogos escolares neste espaço, pelo fato de que não possuem caráter individual e nem clínico. São intervenções pensadas para auxiliar no desenvolvimento coletivo

Ao inserir-se na equipe técnica, a(o) psicóloga(o) Escolar/Educacional poderá ser a(o) dinamizadora(dinamizador) do processo de formação dos educadores, proferindo e organizando palestras, encontros temáticos ou cursos com o objetivo de orientar esses profissionais quanto aos aspectos psicológicos relacionados aos processos cognitivos e metacognitivos implicados na aprendizagem, ou então quanto aos temas que atendam às demandas mais emergentes desses profissionais (MÄDER, 2016, p. 20).

Para finalizar esta seção, importa registrar que, no mês de março de 2022, o Senado Federal aprovou uma emenda (235/19), proposta pelo Senador Fabiano Contarato (PT-ES), que visa à implantação da Lei nº 1393/19, a qual estabelece a presença obrigatória de assistentes sociais e psicólogos nas escolas do país. A emenda inclui esses profissionais no Sistema Nacional de Educação e destina verbas específicas para a efetivação da lei.

3.2 A FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E A QUESTÃO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO ENTRE OS ALUNOS

De acordo com o exposto nas seções precedentes e retomando-se algumas reflexões que são válidas para todos os contextos escolares, em especial para as relações experienciadas pelos sujeitos nestes espaços, faz sentido complementar a presente discussão com um argumento trazido Gomes *et al.* (2019), ao afirmarem que é nas relações interpessoais e com o grupo que as pessoas são constituídas enquanto sujeitos ao mesmo tempo individuais e sociais. Esse fato é sintetizado na categoria classificatória de “sujeito bio-psico-social”, uma visão complexa sobre a elaboração histórica da subjetividade humana que foi incorporada à nossa perspectiva analítica.

Embora as autoras citadas tenham elegido alunos do ensino superior como seu objeto de estudos, a maior parte das reflexões propostas são perfeitamente aplicáveis aos estudantes da educação profissional e tecnológica. “Por isso é fundamental que as relações interpessoais sejam positivas, de modo a promover o desenvolvimento e a motivação na realização das atividades dos acadêmicos no cotidiano universitário” (GOMES *et al.*, 2019, p. 2).

A demanda pela atuação dos psicólogos escolares com professores, alunos e toda a comunidade escolar no âmbito dos Institutos Federais (IFs) tem sido registrada pelas pesquisas nessas instituições, as quais têm mostrado uma realidade em que os estudantes surgem com inúmeras queixas, conforme relatam Tsunematsu, Pantoni e Versuti (2021, p. 71): “problemas de aprendizagem, comportamento, entre outras. Existe uma demanda recorrente de discentes com queixas emocionais e psicológicas que chegam até a Coordenadoria Sociopedagógica (CSP) ou equivalente nos IFs”.

Os autores fazem notar que os estudantes são encaminhados para esses centros de atendimento psicopedagógico, nos quais irão encontrar escuta e, dessa maneira, os psicólogos, com equipes “multidisciplinares”, irão dimensionar formas de intervenção.

Os principais problemas apontados pelos alunos do Ensino Médio Integrado podem ser descritos da seguinte forma:

Os discentes ingressantes do EMI percebem o ambiente escolar dos IFs como gerador de angústia, ansiedade e estresse. Enfrentam, nesse processo de adaptação, experiências de intenso sofrimento psíquico (BRITO, 2017; FARIA 2017; SODRÉ, 2017). Assim, além do acolhimento ao discente, o(a) psicólogo(a) escolar é também requerido a orientar os docentes e familiares sobre estas demandas (TSUNEMATSU, PANTONI E VERSUTI, 2021, p. 71).

Percebe-se, portanto, a complexa e fundamental tarefa do psicólogo escolar junto nas

comunidades escolares dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, cabendo-lhes promover diálogos transformadores entre docentes, discentes e demais participantes do cotidiano escolar.

Por outro lado, é importante frisar que refletir sobre a formação dos docentes para a educação profissional e tecnológica se faz importante, na medida em que a literatura tem reconhecido um tanto de imprevisto e incompletude, do ponto de vista pedagógico, frente ao contexto em que os professores da EPT exercem seu trabalho (BARBOSA; MACHADO; AFONSO, 2020). Tal circunstância pode comprometer também o reconhecimento de possíveis sinais de sofrimento psíquico durante as relações de ensino e aprendizagem.

De acordo com Tardif (2000), só é possível compreender as práticas de ensino dos professores se conhecermos a fundo seus processos e currículos formativos. Ou seja, para esse estudioso, é fundamental que haja uma formação filosófica, histórica, sociológica e didática aprofundada dando bases para que os docentes realmente sejam capazes de se tornarem reflexivos sobre suas próprias realidades de prática. Ainda segundo o autor, não é possível aos professores embasar seu trabalho apenas na experiência adquirida no exercício profissional. É necessário sempre haver uma forte relação com o saber, modulada e mantida pelo hábito de pesquisar. E, para pesquisar, é preciso haver perguntas. Mais do que respostas.

Nesse sentido, as análises de Tardif (2003) se coadunam com o pensamento de Bernard Charlot (2005), que se dedicou a explorar, em suas pesquisas e escritos, as relações com o saber, tanto por parte dos professores, quanto dos estudantes. Charlot (2005) costuma opor a noção de *prática dos saberes* àquela dos *saberes da prática*. Para o autor, os saberes da prática tendem a trazer respostas, ajustes, condutas para responder às demandas do dia a dia nas escolas, em que a maior parte dos problemas que surgem não podem esperar. Já a prática dos saberes diz respeito a uma perspectiva de formação continuada, uma perspectiva de indagação, de pesquisa permanente, tanto ao nível de projetos de pesquisa mais formais, conduzidos em nível de pós-graduação, quanto à ideia de refletir constantemente sobre as realidades enfrentadas, tentando lidar com elas de formas mais perspicazes e criativas e, inclusive, bem-humoradas.

Voltando a Tardif (2003), o autor ressalta a necessidade de mais diálogo entre os professores e os pesquisadores acadêmicos, de modo a superar a usual cisão entre “especialistas da prática” e “especialistas da academia”. Para ele, essa comunicação é essencial para que se exerça um trabalho conjunto que busque avanços no entendimento dos processos de ensino, de uma forma mais abrangente.

Complementando essa abordagem, Antônio Nóvoa (2009, p. 31-32) afirma que

Parece que estamos todos de acordo quanto aos grandes princípios e até quanto às

medidas que é necessário tomar para assegurar a aprendizagem docente e o desenvolvimento profissional dos professores: articulação da formação inicial, indução e formação em serviço numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida; atenção aos primeiros anos de exercício profissional e à inserção dos jovens professores nas escolas; valorização do professor reflexivo e de uma formação de professores baseada na investigação; importância das culturas colaborativas, do trabalho em equipa, do acompanhamento, da supervisão e da avaliação dos professores; etc.

Essas dimensões listadas por Nóvoa (2009) prevalecem tanto na formação inicial quanto na continuada dos professores, que precisam adquirir/atualizar competências em suas áreas formativas. Nessa perspectiva, os processos de capacitação docente, além de incluírem os conhecimentos técnicos necessários, não podem prescindir dos requisitos reflexivos e investigativos citados por Charlot (2000), Tardif (2003) e Nóvoa (2009).

Complementando esses pensamentos, Gatti (2008) apresentou uma visão aguçada e panorâmica sobre a trajetória das ideias e práticas em relação à formação continuada dos professores no Brasil. A autora se refere à formação continuada como uma expressão agregadora de significados e de práticas bem diferentes, incluindo desde o compartilhamento cotidiano de conhecimentos, ferramentas e métodos de ensino entre os pares até a realização de cursos de graduação e pós-graduação que ocorra após o docente já estar exercendo as suas funções.

Gatti (2008) contextualiza suas observações, apontando a pedra inaugural colocada pela promulgação da LDB nº 9394/96, disparando uma onda incessante de colocações oficiais acerca da necessidade premente de capacitação/atualização dos profissionais docentes, sejam aqueles já em função, sejam os que iriam se formar a partir daquele momento.

Com relação à oferta, Gatti (2008) aponta que os programas são múltiplos e muitos deles financiados por empresas (Rede Globo, por exemplo) ou por instâncias internacionais (Banco Mundial, por exemplo) em parceria com ONG's (Organizações não governamentais). Apesar do financiamento e do controle privados, tais programas tornar-se-iam acessíveis a partir de parcerias com os governos, principalmente os estaduais e municipais.

Quanto aos formatos, a autora comenta que têm sido ofertados tanto cursos presenciais, quanto semipresenciais e, também, totalmente à distância. E, comentando os resultados desses diversos formatos, do ponto de vista de professores que passaram por eles, Gatti (2008) indica duas questões importantes: a maioria dos professores entrevistados apresenta um discurso ambíguo, que demonstra, por um lado, uma resistência em admitir que aprendeu alguma coisa e, por outro lado, o reconhecimento de que houve mudanças em suas práticas de ensino após terem passado pelos cursos a que tiveram acesso.

Outro questionamento da autora é referente ao propósito dessa ampliação e diversificação de ofertas para a continuidade dos estudos dos professores. Ela indaga se, de fato, muitos desses cursos, até mesmo graduações e especializações, têm a intenção de formar ou se, em muitos casos, o propósito não seria exclusivamente a certificação, ou seja, a emissão de titulações diversas aos professores, principalmente os já inseridos nos sistemas de ensino. Isso se justificaria pela demanda de manutenção de suas colocações e, ao mesmo tempo, para terem acesso a benefícios – em cargos e salários – oportunizados pela agregação dos títulos (GATTI, 2008).

Parafraseando um título de livro assinado por Gilberto Dimenstein – *O cidadão de papel*, pode-se dizer que Bernadete Gatti nos leva a refletir sobre a realidade de processos que deveriam ser efetivamente formativos, serem ofertados e experienciados apenas como uma “formação de papel”. Fato este que merece a maior atenção de todos que se preocupam com as reais necessidades formativas do professorado em geral e, em específico, com os professores da Educação Profissional e Tecnológica.

A literatura que se dedicou a essa discussão tem reiteradamente constatado a precariedade das trajetórias formativas efetivadas pelos docentes que trabalham na EPT, tanto em redes privadas quanto em públicas, em diversos níveis e modalidades de ensino. Nesse sentido, concorda-se com Carvalho e Souza (2014, p. 884), quando os autores afirmam que a questão da docência na EPT “[...] tem suscitado, nos últimos tempos, debates acadêmicos e políticos na área educacional, no entanto ainda não resultaram em posições conclusivas no que se refere ao processo de formação desse professor”.

Dessa forma, a EPT tem sido estruturada e ofertada - afirmam os autores - a partir da atuação de docentes cuja formação de origem são os bacharelados, resultando deste fato que tais ‘docentes-bacharéis’ venham a exercer o ofício de professor sem terem contado, na graduação, com a oportunidade de sedimentar conhecimentos de caráter teórico/epistemológico sobre os processos de ensinar e aprender, e sem terem acumulado leituras e participado de discussões sobre as políticas educacionais, os múltiplos atravessamentos socioeconômicos que envolvem a educação, as instituições de ensino, a concepção e a efetivação dos currículos, dentre outras importantes temáticas. Essas lacunas são atualmente objeto de análise crítica de inúmeros autores (OLIVEIRA, 2006; MACHADO, 2008; MOURA, 2008; GATTI, 2010; SILVA, 2012; URBANETZ, 2012; CARVALHO; SOUZA, 2014; ALVES *et al.*, 2020; e outros).

Segundo Carvalho e Souza (2014), alguns docentes da EPT têm buscado complementar suas formações iniciais, muitas vezes pautadas em especializações técnicas, com a licenciatura

em pedagogia (ou outras), caminho que traz grandes acréscimos formativos, mas que também precisa ser mais bem adaptado às necessidades didáticas dos professores da EPT. Portanto, se, nas licenciaturas, são abundantes as disciplinas da área propriamente pedagógica, por outro lado as pedagogias diversas não incorporaram a contento o universo do ensino com vistas à profissionalização dos estudantes.

Assim, se existem dificuldades e lacunas sérias na formação de professores brasileiros, de um modo geral, a bibliografia consultada sustenta a percepção de que essa situação é ainda mais grave, complexa e preocupante no caso dos docentes que lecionam na EPT. Cabe destacar, ainda, que a ausência das bases gerais da reflexão pedagógica produz, como consequência mais séria, aquilo que tem sido denominado de “visão pragmatista e utilitarista” sobre a sociedade, a técnica, a tecnologia e a educação.

A partir da literatura e da imersão no campo investigativo, apreendeu-se que a formação dos docentes de educação profissional tem como fundamento o pragmatismo utilitarista, de caráter presentista, posto que é essa a concepção mais adequada à epistemologia da prática que tende a ser dominante tanto no mundo corporativo quanto em boa parte da produção acadêmica contemporânea sobre formação de professores (URBANETZ, 2012, p. 871).

Essa “epistemologia da prática”, criticada por Sandra Urbanetz (2012), precisa ser bem compreendida. Isso porque não se trata aqui de abandonar as dimensões concretas dos saberes e fazeres humanos. Muito pelo contrário, trata-se de não reduzir esses saberes/fazeres à condição exclusiva de técnicas que supostamente possam dispensar a mediação da reflexividade pedagógica para serem ensinadas/aprendidas, pelo fato de serem supostamente fenômenos “neutros”, cujo pleno entendimento e aplicação estariam isentos de atravessamentos socioeconômicos e ético-políticos. São estes últimos os pressupostos a serem evidenciados e recusados na perspectiva crítica da autora.

Outro caminho, que recusa tal epistemologia da prática, incluindo as dimensões históricas e concretas dos fazeres/saberes humanos, é apontado pela literatura. A exemplo, têm-se as colocações de Carvalho e Souza (2014, p. 887):

Defendemos a necessidade de se avançar para uma epistemologia da formação com bases na concepção de práxis, que propicia a articulação dialética entre a prática social e seus fundamentos teóricos, históricos, econômicos etc., capazes não apenas de compreendê-la, mas também de transformá-la.

As reflexões proporcionadas pelos trabalhos citados nos levam a compreender que ainda está em aberto a questão do tipo de formação inicial e continuada mais adequado aos professores da EPT, bem como ainda é um desafio a construção de pedagogias especialmente formuladas para essa modalidade de ensino.

3.3 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE

3.3.1 A Formação docente inicial

As Políticas Públicas desempenham importante papel na formação docente, conforme enunciado por Gatti (2008). A LDB nº 9394/96, que rege a educação nacional, traz alguns artigos que possibilitam a discussão e impõem uma formação adequada para os profissionais da educação.

Art. 62-A. A formação dos profissionais a que se refere o inciso III do art. 61 far-se-á por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013b)

Parágrafo único. Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013b)

O artigo mencionado regulamenta a exigência da formação superior para o professor do ensino básico, embora ainda seja possível atuar nas séries iniciais do Ensino Fundamental tendo apenas a habilitação do curso de Formação de Professores de Nível Médio. Frisa-se, no entanto, que a legislação citada é uma forma de incentivar a busca de uma formação inicial com maior especialização, evitando-se o desenvolvimento do que Carvalho, Barreto e Rodrigues (2021) chama de “*docente remendado*”, aquele que vai adquirindo saberes, aleatoriamente, ao longo dos anos, e acaba com uma formação fragmentada.

Em busca de possibilitar formação integral aos docentes que já atuam na Educação Básica, a legislação prevê a eles prioridade no ingresso em cursos de nível superior. Aponta ainda três novidades no que se refere à formação do educador: 1) Manter curso de formação para profissionais da Educação Básica “inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental” (BRASIL, 2006²). 2) Programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de Ensino Superior. 3) Formação de profissionais de educação para planejamento, inspeção, administração, orientação educacional e supervisão (*idem*, 2006³).

Essa exigência da formação docente como pré-requisito para a ocupação de qualquer cargo técnico-administrativo, como direção, supervisão, orientação educacional, assistência

² Artigo 63, inciso I.

³ Artigo 64.

técnico-pedagógica e coordenação de área curricular, pode ser considerada um avanço, na medida em que contribui para impedir o tão conhecido distanciamento entre os especialistas e a realidade das escolas. Ainda sobre a formação inicial, destaca-se, na legislação, o artigo 65, que trata da carga horária mínima para a certificação do docente, incluindo as trezentas horas de prática.

O conhecimento adquirido na formação inicial, seja em nível médio ou em nível superior, é o que dá a base para o exercício da profissão. Trata-se de uma etapa de grande importância para a vida do futuro professor. Por isso, essa formação inicial deve ter uma base sólida e de boa qualidade. Conforme aponta Carvalho, Barreto e Rodrigues (2021, p. 63), “é necessário que o profissional da educação reconheça a importância da formação inicial, mas que encare essa apenas como a primeira etapa para uma vida profissional recheada de significações”.

No caso da Educação Profissional e Tecnológica, retomamos aqui algumas ponderações essenciais para obtermos um panorama acerca dos processos formativos que têm ancorado as carreiras dos profissionais que nela têm assumido a posição de docentes.

Há efetivamente um consenso quanto ao fato de que bacharéis não têm, em suas bagagens acadêmicas e profissionais, o conjunto de saberes/fazeres que sustentam o exercício bem fundamentado do magistério. Ao mesmo tempo, conforme mencionamos na seção precedente, não se tem muito claro, a nível de formação inicial dos professores para a EPT, um projeto estruturado de graduação que contenha, em igual proporção, os conteúdos conceituais, socioeconômicos, ético-políticos e didáticos (próprios das licenciaturas) e os conteúdos provenientes dos saberes específicos voltados à EPT.

Tal fato acaba por ocasionar uma formação fragmentária e insipiente desses professores. Buscando explicações de ordem macrossocial para isso, Moura (2008) compreende que, dentre as dificuldades que atrapalham os debates acerca do assunto, a maior delas é a ausência de clareza sobre as implicações e determinações sócio-político-econômicas que envolvem a esfera da educação, de um modo geral, e a educação com escopo profissionalizante, em particular.

De saída, afirma o autor, isso faz proliferar indefinições sobre a construção e a efetivação do projeto de expansão da EPT, porque deixa sem resposta uma pergunta fundamental: “[...] estamos construindo um modelo de EPT que deve ser coerente com que modelo de desenvolvimento socioeconômico?” (MOURA, 2008, p. 27).

O autor segue enumerando as características que considera as mais determinantes para estabelecer um panorama sobre a sociedade em que vivemos. No conjunto dos fatores citados, encontra-se a questão da dependência tecnológica do modelo produtivo vigente na atualidade,

marcado pela acumulação da riqueza nas mãos de ínfima parcela da população; uma ideologia liberal/individualista que responsabiliza exclusivamente cada pessoa por suas conquistas e insucessos, inclusive por não reunir em sua trajetória condições adequadas de empregabilidade, quando a verdade é que o desemprego é gerado pela estruturação socioeconômica do capitalismo em sua versão neoliberal.

Nesse modelo de organização tecnológico-dependente, os aparatos de tecnologia são supervalorizados no imaginário empresarial e também pelas mídias e outros aparelhos ideológicos vigentes, resultando no fato de que

[...] a tecnologia é assumida como um valor positivo a priori, gerando a hegemonia da racionalidade tecnológica sobre a racionalidade ética. Essa racionalidade passa a organizar o mundo com base na razão instrumental e nos princípios da produtividade, lucratividade e qualidade total (MOURA, 2008, p. 27).

De posse dessa visão macro, o autor argumenta que, se não se dispõe de clareza sobre essa conjuntura histórica, não é possível objetivar propostas claras e bem estruturadas para a EPT, e, menos ainda, para aqueles que atuam/atuarão nela como professores. Acrescenta Moura (2008) que propor transformações no perfil da docência profissionalizante implica, necessariamente, ter, no horizonte ético-político, a possibilidade de construir novas formas de organização socioeconômica da sociedade em que vivemos.

Uma sociedade que tenha o ser humano e suas relações com a natureza, por meio do trabalho, como centro e na qual a ciência e a tecnologia estejam submetidas a uma racionalidade ética ao invés de estarem, quase exclusivamente, a serviço do mercado e do fortalecimento dos indicadores econômicos. Nessa sociedade, a pesquisa em geral e a aplicada, em particular, também pode estar voltada para a busca de soluções aos problemas comunitários, notadamente das classes populares (MOURA, 2008, p. 26).

O autor prossegue defendendo que não é o caso de esperar que um dia se conquiste esse modelo alternativo de sociedade para que se tome a iniciativa de executar ações pautadas nessa reflexão crítica. Pelo contrário, defende que “cabe-nos o imenso desafio de construir esse novo caminho nas brechas que cavamos no tecido social, político e econômico vigente” (MOURA, 2008, p. 27).

Dentro dessa visão, entre outros apontamentos, o autor frisa o compromisso intrínseco da EPT com algumas questões referentes aos seus egressos:

[...] o poder da EPT de contribuir com o aumento da capacidade de (re)inserção social, laboral e política dos seus formandos; com a extensão de ofertas que contribuam à formação integral dos coletivos que procuram a escola pública de EPT para que esses sujeitos possam atuar, de forma competente e ética, como agentes de mudanças orientadas à satisfação das necessidades coletivas, notadamente as das classes trabalhadoras (MOURA, 2008, p. 28).

O que seria preciso, na prática atual da EPT para ir construindo transformações nas “brechas do tecido social vigente”, como propõe o autor? A resposta dada recai sobre a atuação cada vez mais contextualizada das instituições e cursos oferecidos por elas:

[...] é necessário aproximar mais a ação de cada instituição de EPT do seu respectivo entorno para que possam penetrar mais na realidade social, econômica e laboral onde estão imersas e, dessa forma, contribuir para a sua transformação na direção anteriormente delineada [...] (MOURA, 2008, p. 29).

Diante da complexidade inerente à efetivação da EPT no contexto analisado, é retomada a questão da ausência de formações específicas para atuação docente na EPT. O autor sugere que, para preencher emergencialmente esta lacuna, sejam ofertados cursos de especialização em nível de pós-graduação *lato sensu*, os quais deveriam ser transformados em *stricto sensu*, paulatinamente. Tais especializações deveriam ter uma carga horária bem superior ao mínimo de 360h e uma sólida base pedagógica e reflexiva sobre a complexidade de aspectos que se enovelam na EPT (MOURA, 2008).

As sugestões do autor, feitas em 2008, têm-se efetivado por meio de inúmeros Programas de Mestrado ofertados por muitas instituições de ensino superior, dentre elas os Institutos Federais, cuja expansão se deu exatamente a partir daquele ano. Entretanto ainda está por ser feito um levantamento analítico sobre os impactos dessas oportunidades formativas sobre a atuação do professorado em exercício na EPT.

No caso da docência exercida no âmbito do Ensino Médio com escopo profissionalizante, devemos lembrar que, na Reforma ocorrida em 2017, foi estabelecido que profissionais poderiam lecionar neste nível de ensino apresentando como credencial o “Notório Saber”. Segundo Alves *et al.* (2020, p. 63),

Por “notório saber” compreende-se o reconhecimento do conhecimento adquirido por meio da experiência e que não tenha sido, necessariamente, validado formalmente pelos sistemas de ensino. É um esforço cultural para considerar que as instituições formais de ensino não constituem a única via para a aquisição de conhecimento. Nessa perspectiva, o notório saber traz implícita uma noção freireana de educação, uma concepção mais ampliada de formação, isto é, não restrita aos espaços formais de escolarização. Embora nessa acepção o notório saber ganhe contornos democráticos, tendo em vista seu esforço em considerar a formação de modo transversal, democrático e articulado com a vida laboral, muitos estudiosos brasileiros [...] têm denunciado uma apropriação do conceito com fins escusos a partir da Lei 13.415/2017, que inseriu no art. 61 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) a possibilidade de profissionais com “experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado” atenderem à formação técnica e profissional.

Assim, a partir da modificação do artigo 61 da LDB nº 9394/96, o legislador passou a oficialmente autorizar que o exercício do trabalho e a atuação em sala de aulas sejam credenciais

suficientes para a docência na EPT. Com isso, conforme explicita Alves *et al.*, (2020, p. 63) “o legislador acabou por ampliar a noção de notório saber, permitindo um atalho formativo à licenciatura que, nos termos do Art. 62 da LDB nº 9394/96, constitui um lócus formativo ideal para a atuação na educação básica” (BRASIL, 1996).

Esse “golpe” interpretativo e legislativo fez valer, mais uma vez, o pragmatismo utilitarista ora mencionado, no qual a noção de “prática” prevalece, em detrimento da noção de práxis, defendida por Carvalho e Souza (2014). Significa, pois, mais uma tentativa de esvaziamento político-pedagógico das práticas educativas e do entendimento sobre o ensino profissionalizante, prejudicando a formação de uma identidade profissional consistente para seus professores.

Seguindo o pensamento de Gatti (2010), defende-se que o trabalho dos professores da EPT não pode ser exercido por pessoas que não sejam devidamente graduadas, a partir de cursos que aprofundem as questões pedagógicas, bem como a compreensão das conjunturas socioeconômicas, históricas e ético-políticas que integram as estruturas e afazeres educativos.

Não há consistência em uma profissionalização sem a constituição de uma base sólida de conhecimentos e formas de ação. Com estas conceituações, estamos saindo do improvisado, da ideia do professor missionário, do professor quebra-galho, do professor artesão, ou tutor, do professor meramente técnico, para adentrar a concepção de um profissional que tem condições de confrontar-se com problemas complexos e variados, estando capacitado para construir soluções em sua ação, mobilizando seus recursos cognitivos e afetivos (GATTI, 2020, p. 1360).

Encerra-se este breve momento reflexivo sobre a formação inicial para a EPT, tendo esboçado, em linhas gerais, o quão complexa é essa discussão. Se, por um lado, é consensual a noção de que as bases estruturantes existentes nas licenciaturas são essenciais para atuar no ensino da EPT, por outro lado, também se compreende que tais cursos precisam ser repensados com direcionamento para agregar pedagogias e conteúdos que abracem a formação de docentes da EPT. Nesse sentido, é importante continuar discutindo essas questões e resistindo aos ataques do pensamento pragmatista utilitário, que tenta tornar hegemônica a ideia de que a densidade intelectual, reflexiva e crítica, marca da identidade profissional do magistério, é algo desnecessário e obsoleto num mundo de praticidades.

3.3.1.1 A formação continuada do docente e a LDB

Conforme estabelece o artigo 67 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394 de 1996, a formação continuada é uma obrigação dos sistemas de ensino e deve estar atrelada, inclusive, aos planos de carreira do magistério. No inciso II, há direcionamentos promissores

voltados tanto para a melhoria da formação como para o “aperfeiçoamento profissional contínuo”, incluindo-se o “licenciamento periódico remunerado”, consagrando-se a noção essencial de que o aprimoramento profissional faz parte da profissão (BRASIL, 1996, p.21). A importância da prática na formação do professor foi muito enfatizada por Freire (2007, p. 57), o qual afirmou que, “[...] na formação permanente dos professores, o momento mais importante é o da reflexão crítica sobre a prática”.

O inciso V do mesmo artigo estabelece “[...] período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho” (BRASIL, 1996, p. 21) Nessa perspectiva, pode-se considerar que a formação docente não abrange um período específico, logo não se finda ao término do curso de licenciatura, mas avança por todo seu caminho dentro das instituições acadêmicas e da carreira do magistério. Tal perspectiva é assumida por André (2010), quando afirma ser evidente a necessidade de que o professor se relacione com o saber continuamente, mirando a formação integral do sujeito. Caso isso não se efetive, pode-se estar apenas formando pessoas aptas a transferir conhecimentos com habilidade técnica para tal, mas não profissionais conscientes do papel de educadores e transformadores da sociedade.

O artigo 67 ainda determina que os Estatutos e os Planos de Carreira do Magistério público assegurem aos profissionais da educação: piso salarial profissional, progressão funcional baseada na titulação e na avaliação do desempenho; e período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga horária de trabalho (Incisos V e VI). Os investimentos precisam acontecer, pois a formação continuada do professor deve ser parte integrante dos sistemas de ensino, havendo discussões sobre a temática e trocas de experiências, ou seja, capacitação contínua. A formação continuada de professores não pode, portanto, reduzir-se a cursinhos periódicos de “reciclagem” ou à participação em eventos promovidos pelas Secretarias de Educação.

3.4 A FORMAÇÃO DOCENTE, O CONTEXTO SOCIAL E A QUESTÃO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO

Os professores, no seu dia-a-dia, estão em contato com alunos concretos, pertencentes a uma sociedade concreta. Dessa maneira, não há como considerar uma formação que não esteja voltada para a realidade dos alunos e dos profissionais. Como já foi abordado, especialmente no caso dos estudantes jovens, um dos aspectos mais latentes tem sido a questão da saúde mental e da ocorrência de casos de sofrimento psíquico, percebidos no interior das escolas.

A prática pedagógica inicia-se na formação docente, pois a educação só adquire

significado se vinculada à realidade existencial dos alunos, estando voltada para a resolução de problemas advindos do contexto social. Assim, na formação docente, o professor deve aprender formas de atuação que forneçam instrumentos teóricos e práticos que permitam ao aluno a análise e a ação sobre sua prática social (TORRE, 2011).

Mediante as considerações anteriormente colocadas, verifica-se que é importante retomar a reflexão sobre o significado da escola, especialmente no que tange às situações de sofrimento psíquico dos estudantes. Em nossa sociedade, a escola é a instituição responsável por oferecer educação formal e, para além disso, trata-se de um espaço onde ocorrem inúmeras interações, fazendo com que a instituição escolar desempenhe um destacável papel socializador.

Nesse sentido, Candau (2011) explica que o modelo de escola pública que se tem na América Latina é um modelo importado da Europa, trazido num momento em que estava sendo construída a ideia de “nação”. A ideia de nação depende de que as instituições sociais consigam elaborar um discurso comum a todos os cidadãos, contribuindo para um relativo apagamento de diferenças de todos os tipos, em favor da constituição de um padrão de subjetividade, que deverá contribuir para a valorização da “identidade nacional”. Sobre esse aspecto da instituição escolar, Emília Ferreiro discorre:

A escola pública, gratuita e obrigatória do século XX é herdeira da do século anterior, encarregada de missões históricas de grande importância: criar um único povo, uma única nação, anulando as diferenças entre os cidadãos, consideradas como iguais diante da lei. A tendência principal foi equiparar igualdade à homogeneidade. Se os cidadãos eram iguais diante da lei, a escola deveria contribuir para gerar estes cidadãos, homogeneizando as crianças, independentemente de suas diferentes origens. Encarregada de homogeneizar, de igualar, esta escola mal podia apreciar as diferenças (FERREIRO, 2000, p. 105).

Sob esse aspecto padronizador desempenhado pelo ensino escolar obrigatório, tendo em vista a questão da saúde mental dos estudantes e, evidentemente, de toda a comunidade escolar, o artigo de Caponi e Daré (2020) traz interpretações que se prestam a compreender o significado da instituição escolar na sociedade neoliberal em que estamos vivendo. As autoras esclarecem que a visão neoliberal da escola e suas funções se contrapõem radicalmente ao paradigma humanista e democratizante. Isso porque, nas escolas organizadas sob o prisma neoliberal, desde a mais tenra idade,

[...] as crianças serão impregnadas por uma ideologia de autossuperação, estimuladas a permanentemente estarem em busca de melhores rendimentos, de serem criativas, proativas, insistindo-se que seus resultados devem promover impacto na vida social. Ao mesmo tempo, as crianças, do mesmo modo que os adultos serão constantemente responsabilizadas por esses resultados, visto que a fonte de toda a eficácia está no indivíduo. Vemos, assim, repetir-se na escola a mesma lógica aplicada na empresa, pela qual o sucesso e o fracasso também são de inteira responsabilidade dos sujeitos, sejam trabalhadores ou estudantes (CAPONI; DARÉ, 2020, p. 312).

Dessa forma, a partir desse olhar neoliberal, o padrão de subjetividade valorizado e planejado para ser construído pela escola é o de um indivíduo autorresponsável por tudo o que lhe acontece no mundo. “Fatores explicativos macrosociais são eliminados das análises, como se apenas cada um pudesse ser a causa e o efeito de suas próprias competências, habilidades e atitudes” (CAPONI; DARÉ, 2020, p. 313). Segundo as autoras citadas, este paradigma neoliberal, assumido por muitos gestores e educadores, paira como pano de fundo para a multiplicação de diagnósticos psiquiátricos no cotidiano escolar. Isso porque as fragilidades inerentes a qualquer ser humano são interpretadas pelo neoliberalismo como fracassos com causas exclusivamente individuais, com o entendimento de que os sujeitos acometidos teriam sido “maus empreendedores de si”, sendo a complexa rede de causalidades normalmente envolvidas em situações de sofrimento psíquico desqualificadas como explicações reais. Desse modo,

isolamento social, competição, existência virtual, violência, precarização, desigualdade social e exigências cada vez maiores para conquistar o sucesso são as marcas sociais com as quais se depara a criança ou jovem estudante que, pelo reducionismo explicativo da psiquiatria, receberá um diagnóstico psiquiátrico e um medicamento cujos efeitos colaterais são altamente prejudiciais (CAPONI; DARÉ, 2020, p. 316).

Sob uma perspectiva crítica e na contramão dessa visão neoliberal, Candau (2011) afirma que o educador de hoje tem como tarefa primordial refletir sobre a herança histórica da escola, entendendo o lado positivo do papel padronizador da escola, que foi a expansão da escolarização para todos e tentando resgatar as diferenças, lutando contra o seu apagamento no discurso e no processo didático. Na prática, isso significa estar atento a todos os tipos de experiências vivenciadas na escola, especialmente aquelas que envolvem o relacionamento professor – aluno, pois o processo didático não é simplesmente um agenciamento técnico de “transmissão de conhecimentos” de quem supostamente sabe (professores) para quem supostamente não sabe (alunos) (FREIRE, 2007).

Essa relação entre docentes e discentes foi discutida por Freire (2007), que defendia o que chama de “rigoriedade”, ou seja, o ato de assumir responsabilidade pelo compartilhamento de conhecimentos, valores e horizontes ético-políticos, de modo a contribuir para uma formação humanista, com viés democrático, propiciando uma inserção crítica no mundo da cultura. E, acrescenta Freire (2007), tal “rigoriedade” precisa ser associada à “amorosidade”, que se pode definir como uma grande empatia para com todos os seres humanos, a partir de um patamar de igualdade tecido pelo fato de sermos todos - professores e alunos - “seres inacabados”.

Esse “inacabamento” é justamente o fundamento filosófico da aprendizagem, ou seja,

aprender a ser e fazer diferente do que já fomos e fizemos ontem é virtude própria dos seres humanos, à diferença de outras espécies. Retomando a questão dos relacionamentos discente/docente, temos, portanto, que é altamente desejável que ele seja permeado por vínculo afetivo, o que Leonardo Boff (2003) chamou “ética do cuidado” e Celso Antunes e Dagmar Garroux (2010) interpretaram e exploraram enquanto uma “pedagogia do cuidado”.

A pesquisa de Lyra *et al.* (2013) trouxe conclusões muito interessantes para o presente trabalho, uma vez que as autoras problematizaram a percepção dos professores sobre eventuais alunos passando por sofrimento psíquico como um recorte mais abrangente e, a partir dele, desdobraram a questão de acordo com dois critérios: professores (eles próprios) passando por sofrimento psíquico e aqueles que não apresentavam esse quadro – haveria percepções diferentes sobre o sofrimento psíquico dos estudantes, em cada um desses conjuntos de professores? O trabalho de campo envolveu profissionais vinculados ao ensino básico, na Rede Municipal de São Gonçalo/RJ, os quais foram abordados pelas pesquisadoras entre 2006 e 2009.

Os dados analisados e demonstrados por Lyra *et al.* (2013) apontam diversas conclusões que iluminam a nossa discussão, quais sejam: 1) A sensibilidade de alguns professores em identificar o sofrimento psíquico embasando problemas comportamentais dos alunos contribui significativamente para a busca de ajuda especializada e, de imediato, suaviza a situação do aluno doente no contexto escolar. Entre os participantes da citada pesquisa, verificou-se que os docentes que vivenciam a situação de sofrimento psíquico desenvolvem maior sensibilidade do que os demais para realizar a identificação, sugerindo e incentivando que os estudantes e seus responsáveis busquem profissionais e agências especializadas para o auxílio necessário. 2) É necessário analisar de que modo são realizados os encaminhamentos, em virtude das dificuldades diversas encontradas nos municípios, em face da ausência de uma “rede de cuidados” próxima à maioria das escolas. 3) A maioria das unidades escolares sequer conta com profissionais e setores que possam prestar uma primeira assistência aos estudantes em situação de sofrimento psíquico. 4) A maioria dos professores entrevistados afirmou não ter preparo para lidar com esses alunos.

Nesse sentido, se as autoras demonstram o quão crucial é o papel do professor na identificação do sofrimento psíquico e encaminhamento para a busca de ajuda, por outro lado, demonstram, também, que eles não tiveram uma formação que os habilite a esse importante papel, o que gera, inúmeras vezes, dificuldades, não só para os próprios estudantes adoecidos, mas também para os docentes, que se veem em apuros, sem saber o que fazer. Lyra *et al.* (2013) destacam que a gestão escolar precisa se preocupar em oferecer alternativas tanto para uns,

quanto para outros.

Uma formação adequada (inicial e continuada) é, portanto, ponto de partida e de chegada para entender esses alunos e realizar as intervenções necessárias, pois é preciso conhecimento para agir sobre alguma coisa, seja ela qual for, principalmente em se tratando de seres humanos.

A partir do reconhecimento da imperiosa necessidade formativa dos professores, ressalta-se, mais uma vez, que é essencial insistir sobre a centralidade da exigência de formação pedagógica adequada para quem atua como docente na EPT. Pois, como boa parte desse professorado é proveniente dos bacharelados, mais agravantes se tornam os dilemas a serem por eles enfrentados diante de situações complexas no cotidiano escolar, como são aquelas suscitadas em função do sofrimento psíquico por parte de alguns alunos.

Se, conforme vimos, mesmo os professores devidamente habilitados em licenciaturas já enfrentam dificuldades diante da problemática de como lidar com tais situações, mais difícil se torna este enfrentamento quando não existe qualquer habilitação pedagógica por parte do docente.

Por outro lado, da mesma forma que foi sugerido que os cursos de pedagogia precisam repensar suas estruturas para incorporar o universo educativo profissionalizante (CARVALHO; SOUZA, 2014), sugere-se que as licenciaturas, incluindo o curso de pedagogia, agreguem às suas matrizes curriculares discussões sobre o sofrimento psíquico e sobre as formas de com ele lidar nas situações escolares. Tanto o processo formativo dos professores quanto os respectivos estudantes só teriam a ganhar com essas iniciativas.

Nesse sentido, é importante retomar a noção de que uma das vertentes de atuação do psicólogo escolar é justamente dentro de uma perspectiva de formação continuada dos professores, técnicos e gestores. É possível, por meio de palestras, minicursos e outras dinâmicas, trazer sempre a renovação de saberes que impactem positivamente os relacionamentos e os múltiplos diálogos necessários no contexto escolar, para que o fluir da vida neste espaço seja mais leve, mais criativo e mais bem-humorado, como propôs Charlot (2005).

4 PROFESSORES E TÉCNICOS DO IFFluminense CAMPUS CABO FRIO PERANTE ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE SOFRIMENTO PSÍQUICO: OS ACHADOS DA PESQUISA

4.1 A METODOLOGIA ADOTADA

A primeira fase investigativa desenvolvida no presente trabalho foi uma pesquisa exploratória, com a realização de leituras sobre o sofrimento psíquico, buscando a conceituação e a especificação de como isso costuma ocorrer no caso dos jovens. As leituras permitiram, ainda, elaborar reflexões sobre a importância do professor na identificação de situações de sofrimento psíquico e adoecimento mental dos alunos. Em seguida, realizaram-se investigações acerca da formação dos professores para lidar com sofrimento psíquico e, finalmente, sobre a importância de uma equipe interdisciplinar na escola. A leitura refletida constituiu a etapa da pesquisa que visou a delinear o “estado da arte”, ou seja, investigar o que outros pesquisadores já discutiram sobre a temática para, assim, promover um movimento reflexivo entre teoria e objeto.

Os textos selecionados e analisados são provenientes de plataformas e repositórios academicamente respeitáveis, tais como o Portal de Periódicos da CAPES/MEC, a Biblioteca Eletrônica do Scielo, o Banco de Teses e Dissertações do Observatório do Profept e da CAPES a partir da utilização dos seguintes descritores: “sofrimento psíquico” e “estudantes”, “educação” ou “educação profissional”; “saúde mental” e “educação profissional” ou “formação de professores”. A pesquisa nessas plataformas e repositórios teve início no dia 02 de abril de 2021, às 14h30 e foi encerrada no dia 02 de março de 2023, às 22h42.

Concomitantemente ao levantamento bibliográfico, iniciou-se a etapa de pesquisa de campo, composta de entrevistas e questionários com técnicos envolvidos com o atendimento multiprofissional de saúde mental e com professores, ambos pertencentes à comunidade do IFFluminense (Instituto Federal Fluminense) *campus* Cabo Frio.

Dentre as ferramentas que poderiam ser adotadas para a execução da coleta de dados em campo, optou-se por utilizar, para os professores, em função de comporem um universo maior de sujeitos, um questionário com perguntas objetivas e, também, com perguntas que admitiam livre manifestação (MINAYO; SANCHES, 1993). Com os profissionais técnicos representados pelo Assistente Social e pela psicóloga, aplicou-se o instrumento entrevista não-estruturada na modalidade focalizada, na qual “há um roteiro de tópicos relativos ao problema que se vai estudar e o entrevistador tem liberdade de fazer as perguntas que quiser: sonda razões

e motivos, dá esclarecimentos, não obedecendo, a rigor, a uma estrutura formal” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 197).

Dessa maneira, a pesquisa caracterizou-se por ser tanto exploratória quanto descritiva, assentada sobre uma abordagem empírica quali-quantitativa, conforme elaborou Thiollent (2011), a que se acrescentam as observações de Minayo e Sanches (1993, p. 247):

A relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um continuum, ela não pode ser pensada como oposição contraditória. Pelo contrário, é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais “ecológicos” e “concretos” e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa.

A opção pelo questionário, no caso dos professores, se deu por se tratar de uma técnica que nos pareceu mais adequada para ter acesso a esse conjunto, que totaliza 80 sujeitos. Conforme será visto adiante, o questionário foi enviado a todos, porém nem todos contribuíram com a pesquisa. No caso dos técnicos, mesmo que tivéssemos incluído os profissionais de enfermagem (01) e de nutrição (01), os quais não foram incluídos pelo fato de não estarem diretamente ligados ao processo de encaminhamento dos alunos com sinais indicativos de possível sofrimento psíquico ao atendimento interno ao IFF e aos setores especializados da saúde pública, o universo pesquisado seria bem menor, portanto a técnica da entrevista tornou-se viável.

Conforme exporemos adiante, nenhuma das técnicas de coleta de dados representou um percurso mais ou menos fácil. Houve dificuldades de retorno, tanto via questionário, quanto via entrevista.

Dessa maneira, por meio das entrevistas, foram analisadas as seguintes variáveis:

- I - Quais os tipos de demandas mais comuns;
- II - Os encaminhamentos recebidos que partem diretamente dos alunos;
- III - Quais profissionais mais encaminham alunos aos setores;
- IV - O perfil socioeconômico dos alunos que recebem atendimento do setor;
- V - As características gerais dos alunos que recebem atendimento, como, por exemplo, gênero, raça, idade;
- VI - Qual a recorrência dos atendimentos realizados;
- VII - Necessidade de atendimentos externos;
- VIII - Quais interlocuções e os tipos de assistência realizados com os professores;
- IX - Relatos mais frequentes dos professores em relação à temática

Para a aplicação dos questionários com perguntas abertas e fechadas, foi utilizado o *google forms*, tendo sido feitos contatos eletrônicos e telefônicos, para chamada à participação, como meio para alcançar o maior número possível de docentes do *campus lócus* desta pesquisa. Para esses profissionais, foram utilizadas as seguintes variáveis:

- I - Experiência profissional como professor, em especial na EPT;
- II - O itinerário formativo dos profissionais para serem docentes, em especial na EPT;
- III - Relatos de contato com casos de alunos em sofrimento psíquico na sala de aula;
- V - Iniciativas tomadas pelo professor quando identifica situações de sofrimento psíquico;
- IV - Percepções acerca da própria preparação para identificar e encaminhar o aluno em (possível) sofrimento psíquico;
- V - Participação em cursos de formação continuada sobre saúde mental nas instituições escolares;
- VI - Interesse em participar de algum curso de capacitação sobre saúde mental nas instituições escolares.

Quanto à caracterização dos profissionais respondentes, os dados referentes ao gênero, idade, formação, dentre outros, são apresentados nas análises dos gráficos de 1 a 7.

Os dados coletados foram organizados e analisados por meio da estatística descritiva, quando quantitativos, e em categorias, quando qualitativos. Para o tratamento e a compreensão dessas informações, utilizaram-se os fundamentos da análise de conteúdo (Organização, Codificação e Categorização).

4.2 A OCORRÊNCIA DO SOFRIMENTO PSÍQUICO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E O PAPEL DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NO IFFLUMINENSE *CAMPUS* CABO FRIO

Seguindo as diretrizes que foram apontadas na início do capítulo de metodologia, apresentamos os resultados alcançados na etapa da pesquisa de campo. Expõe-se, inicialmente, a análise de uma entrevista realizada com dois técnicos (Assistente Social e psicólogo), membros da equipe multiprofissional que dá atendimento em saúde mental à comunidade do IFFluminense (Instituto Federal Fluminense) *campus* Cabo Frio.

O Assistente Social foi entrevistado em vinte e dois de abril de 2022 e quis iniciar a entrevista apresentando a amplitude do IFFluminense *campus* Cabo Frio, que abrange os municípios de: Armação dos Búzios, Cabo Frio, São Pedro da Aldeia, Araruama, Iguaba

Grande, Arraial do Cabo, tendo também alguns alunos provenientes de Rio das Ostras. O Campus oferece os cursos técnicos em Química, Hospedagem, Cozinha, Eventos e Eletromecânica, integrados ao Ensino Médio e, ainda, o Técnico em Química pós-médio, ou concomitante ao médio fora do *campus* (em outra instituição). Além disso, oferece diversos cursos de nível superior: três licenciaturas (em Biologia, em Química e em Física); Bacharelado em Engenharia Mecânica; Tecnólogo em Hotelaria e Tecnólogo em Gastronomia. Atendendo a uma média de 800 a 1000 alunos, que estão aos poucos retornando no pós-pandemia, já que, antes de 2020, contava com quase 1.500 alunos.

O Assistente Social, que atua no IFFluminense há onze anos, ao falar sobre como têm ocorrido os fatos relacionados ao sofrimento psíquico no *campus* Cabo Frio, relatou que tais demandas costumam ser encaminhadas ao *setor de qualidade de vida*, entretanto alguns encaminhamentos são feitos ao *Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)*. Neste caso, de acordo com as explicações oferecidas pelo profissional, embora os fatores motivadores do encaminhamento sejam as dificuldades de aprendizagem, no fluxo do processo, muitas vezes, se desvela que há alguma forma de sofrimento psíquico desencadeada por dificuldades de aprendizagem. Segundo ele, os técnicos de ambos os setores atuam em conjunto de modo a encontrarem o melhor caminho para auxiliar o/a estudante.

Levando em consideração essas duas “portas de entrada” para a atenção em saúde mental oferecida no IFFluminense *campus* Cabo Frio, no caso do *setor de qualidade de vida*, o Assistente Social informou que, antes da pandemia da Covid-19, as ocorrências de maior relevância na instituição manifestavam-se como crises de ansiedade, por meio de “choros, medos, e sintomas correlatos”. Conforme relatou o técnico, a equipe realiza o acolhimento do estudante e, em seguida, convoca o/a responsável (quando menor de idade), de modo a verificar se o aluno em questão tem algum tipo de acompanhamento profissional. Caso o estudante seja maior de idade, as perguntas são dirigidas ao próprio aluno.

No *setor de qualidade de vida*, disse o entrevistado, a equipe é formada atualmente por uma Psicóloga, uma Enfermeira, um Assistente Social, uma Nutricionista e um Assistente em Administração, alocado no cargo de coordenação. No NAPNE, trabalham uma Pedagoga, um Técnico Administrativo em Educação e uma psicóloga, a qual se encontra no cargo de coordenadora.

O Assistente Social esclareceu que, em geral, são os próprios alunos que buscam auxílio, geralmente para algum colega que manifestou crise na instituição. Podendo ocorrer encaminhamentos provenientes de professores ou coordenadores. O que, segundo pondera o entrevistado, raramente acontece. O técnico informou, ainda, não possuir dados atualizados

sobre a incidência dos atendimentos.

Na sequência da interlocução, o servidor informou que, quando o aluno chega ao setor, procura-se saber se já está em tratamento e, caso não esteja, se precisa de encaminhamento para serviços públicos. Completa dizendo que, quando já existe um acompanhamento, procura-se detalhar informações sobre o andamento do processo. Relata, ainda, que a instituição criou um guia, disponível em *QRcode*, para que o aluno possa conhecer um pouco sobre o que sente e sobre as formas de procurar ajuda em setores da Saúde Pública que possam acolhê-los (ambulatórios e CAPs). O guia foi pensado pela psicóloga como uma proposta de autocuidado⁴, concluiu o entrevistado.

Informa, também, que, na instituição, há um trabalho chamado *Trabalho de Orientação em Saúde*, que é divulgado para os alunos, de modo que possam levar suas demandas. Após o momento da escuta, avalia-se a necessidade de fornecer orientações e, quando esta é confirmada, faz-se um encaminhamento para atendimentos mais específicos, conforme mencionado. No entanto, o assistente social ressalta que, segundo avalia, não há uma rede de diálogo estabelecido entre as equipes do IFFluminense e os profissionais que atendem nos setores da Saúde Pública. O entrevistado comenta, ainda, que não existe um canal direto entre o IFFluminense e essas instituições públicas, de modo que nem sempre há bons resultados quando os encaminhamentos são feitos.

No que diz respeito à idade dos alunos que buscam ajuda, conforme sua estimativa, uma vez que não possui dados sistematizados atuais, a maior parte dos estudantes que chega ao setor tem entre 14 e 17 anos. Em geral, são alunos do Ensino Médio integrado ou técnico concomitante. Prossegue indicando que não há predominância de um dos gêneros. Quanto à raça/etnia, afirma que não possui este registro, como também não há o perfil socioeconômico dos estudantes atendidos. Quanto à recorrência dos sintomas, o entrevistado relatou que, durante o ano de 2019, houve um aumento significativo da demanda por ajuda, mas não sabe indicar números precisos. Segundo informou, houve muitos casos de alunos com ideação suicida e também casos recorrentes de alunos com crises de ansiedade em casa e também na instituição.

Em relação às interlocuções desses setores de atendimento aos alunos com os professores, o entrevistado informou que, nos casos em que há interferência no desempenho e

⁴ Trata-se do *Guia do aluno - saúde e cidadania*. O texto inicial elucida o fato de que qualquer pessoa pode ser afetada por sofrimento psíquico, e alerta para a necessidade de buscar ajuda especializada. Finaliza com os contatos da Rede de Atenção à Saúde Mental do SUS, em Cabo Frio, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Iguaba Grande e São Pedro D'Aldeia (IFF, 2021b).

na participação do aluno em sala de aula, os professores são chamados para conversar com a equipe, de modo que haja uma interação em prol de melhores resultados, bem como em favor do bem estar e da permanência do estudante. Prossegue dizendo que os professores participam do atendimento, algumas vezes, fornecendo relatórios que possibilitam apreciações mais completas sobre as necessidades dos discentes. Por outro lado, menciona que, algumas vezes, os professores são procurados quando precisam ser informados sobre o fato de o aluno apresentar algum tipo de restrição relativa ao comparecimento às aulas.

O Assistente Social afirmou que recentemente os professores têm trazido alguns relatos sobre sintomas que podem indicar sofrimento psíquico, tais como: isolamento; infrequência; choros constantes. Há, ainda, situações em que os estudantes revelam suas queixas aos seus professores, os quais os orientam a buscarem o setor de qualidade de vida.

Uma observação a ser destacada é o fato de que, segundo avalia o assistente social, a comunidade escolar ainda não conhece muito bem o papel do psicólogo dentro da instituição, acreditando, equivocadamente, que o tratamento será feito por esse profissional dentro do próprio instituto, quando, na verdade, não se pode oferecer exatamente um tratamento, mas um acolhimento do estudante por meio de uma escuta qualificada e, eventualmente, encaminhamentos para tratamento. O entrevistado relatou que a primeira escuta é feita em equipe e, conforme o caso, pode ocorrer de um dos técnicos se encarregar dos próximos passos. Comenta que não se têm, ainda, meios para garantir um *feedback* para a instituição dos encaminhamentos feitos a setores da saúde pública, implicando que dificilmente se tenha informações sobre o desfecho dos casos. É importante ressaltar que, nesse ponto, há divergência de informação entre os dois profissionais entrevistados, pois, como será visto adiante, a psicóloga informou que existe *feedback* sobre os encaminhamentos realizados aos setores da saúde pública.

Para complementar as informações sobre a atuação técnica na instituição, realizou-se a entrevista com a psicóloga, em dois de março de 2023⁵. A profissional atua há seis anos com psicologia escolar e há quatro no IFFluminense. Ao relatar sobre os tipos de questões que afetam os alunos que chegam ao setor, afirmou que há casos de ideação suicida, depressão, bem como conflitos de gênero e sexualidade. Seu depoimento repete a narrativa do assistente social no tocante ao fato de que a maior parte dos estudantes chega ao setor por vias próprias, sendo raramente encaminhados por docentes ou coordenadores. Santos e Gondim (2021), ao analisarem as publicações que abordam a importância dos professores e professoras no

⁵ Diversos contratemplos dificultaram o agendamento desta entrevista, inclusive o período de licença maternidade da entrevistada.

relacionamento com seus alunos e alunas em sofrimento psíquico, informam que

a literatura analisada demonstrou que o professor lida quase que diariamente com demandas advindas dos seus alunos, seja de cunho educacional ou emocional, tentando conduzir da melhor forma possível, diante das possibilidades do contexto. Porém, os estudos apresentados nesta revisão abordam as contribuições da relação professor-aluno nos cuidados referentes ao adoecimento psíquico infanto-juvenil de uma forma abrangente, havendo lacuna no que diz respeito aos elementos específicos dessa relação que precisa ser preenchida por estudos futuros. Ainda assim, os estudos demonstram que essa relação é significativa e que o professor pode ser visto como uma figura importante no suporte à promoção da saúde mental dos educandos (SANTOS; GONDIM, 2021).

Destaca-se, portanto, a constatação do quanto os docentes podem ser identificados como importante fonte de apoio e referência pelos alunos acometidos de problemas em sua saúde mental. Tal constatação leva à indagação sobre as possíveis razões justificadoras do fato de os alunos do IFFluminense *campus* Cabo Frio chegarem aos setores de orientação e apoio por iniciativa própria, e não encaminhados ou acompanhados por seus professores e professoras. Os desdobramentos da presente pesquisa, conforme será visto adiante, a partir da análise das respostas ao formulário eletrônico, permitem apontar como principal razão para isso a carência de acesso a informações qualificadas sobre o assunto durante a formação inicial e continuada docente.

Os docentes se sentem tecnicamente despreparados para lidar com o sofrimento psíquico, declarando-se interessados em participar de cursos, oficinas, palestras, dentre outras atividades que lhes acrescentem conhecimento sobre a temática. As declarações do corpo docente participante da pesquisa permitem concluir que o produto educacional elaborado no escopo deste trabalho, a cartilha *Como abordar os estudantes em situação de sofrimento psíquico nas escolas*, responderá a uma real necessidade e atenderá a uma demanda por formação continuada, conforme pôde ser identificado nos achados da pesquisa.

Retomando-se os depoimentos da psicóloga, esta afirmou que, geralmente, os professores são convocados a participarem do processo de atendimento aos alunos, mediante a expectativa de que o docente seja a referência para o aluno e, quando possível, acompanhe os desdobramentos dos casos de seus alunos fora da instituição, devendo fornecer alguma forma de *feedback*. A psicóloga complementa dizendo que ainda não existe um formulário próprio para esse encaminhamento.

Cabe refletir aqui sobre o fato de que, embora os professores possam atuar de modo diferenciado, apoiando melhor seus alunos em situação de sofrimento psíquico, a partir do momento em que adquiram mais conhecimento, isso não significa que se deva lançar sobre eles responsabilidades que extrapolam os contextos da sala de aula e do ambiente escolar. O

processo de encaminhamento, acompanhamento e *feedback* sobre o andamento e desfecho dos casos cabe aos profissionais habilitados para isso, que atuam em equipe multidisciplinar nos setores de orientação e atendimento já citados.

A entrevistada comentou, também, que percebeu uma queda nas demandas dos estudantes durante 2020 e 2021, a qual atribui à questão da Covid-19. Por outro lado, tanto a psicóloga quanto a Pedagoga estavam até recentemente desfrutando de licença-maternidade, o que, segundo seu entendimento, fez com que os estudantes não soubessem mais a quem procurar para verbalizar suas queixas, já que, em geral, chegavam ao setor pedindo diretamente para falar com o psicólogo. Sobre isso, comentou:

Percebo aqui que há um vácuo, porque não está claro a quem procurar, (no setor), não está estabelecido este fluxo, e isso se perde. E no momento, com o retorno da psicóloga, estão voltando a procurar porém lentamente... não digo que os casos acabaram, apenas não estão sabendo muito bem onde procurar (Entrevistada - psicóloga).

Quanto ao perfil dos alunos que recebem atendimento do setor por demandas de sofrimento psíquico, confirma-se que são os jovens entre 14 a 17 anos, mas não há observações específicas sobre gênero e raça/etnia. Já em relação ao perfil socioeconômico dos atendidos, informou que os estudantes do IFFluminense, de um modo geral, possuem rendas familiares de 1 a 1 e $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita*, estando incluídos no público-alvo do atendimento da assistência estudantil, conforme Decreto Federal nº 7.234 de 2010 (BRASIL, 2010).

Concordando com os relatos do assistente social, a psicóloga disse que a maior incidência de atendidos provém dos cursos Médio/Técnico, especialmente, alunos do primeiro e do segundo ano. Todavia pontua que o atendimento pode não exprimir a totalidade das necessidades, porque acredita que os demais podem sofrer também, porém sem buscar ajuda. A ausência de dados disponíveis sobre os atendimentos realizados aparece também nas colocações da psicóloga. Entretanto, segundo sua percepção e experiência, em quase 100% dos casos recomenda-se encaminhamento a setores da saúde pública, mais especificamente aqueles direcionados à atenção básica de saúde ou o CAPS. Nesse ponto, o depoimento da psicóloga diverge daquele do assistente social, na medida em que informa haver um bom relacionamento com os profissionais que atuam na rede externa, sendo os encaminhamentos realizados via ficha, e o trabalho externo, acompanhado pelos profissionais do IFFluminense.

Quando foi perguntada sobre algum tipo de assistência aos professores, a psicóloga disse considerar essa ação ainda superficial, pois não consegue fazer as intervenções que julga necessárias, já que precisa se dividir entre o NAPNE, que atende alunos com deficiência e/ou transtornos globais de desenvolvimento, e a atenção aos alunos e professores que eventualmente

procuram orientações. Sobre os alunos em sofrimento psíquico, informou que o comentário mais comum dos professores é a respeito de alunos hipermedicados.

A profissional compartilha a reflexão e a preocupação com o fato de que o instituto conta com apenas 8 psicólogos para atender a todos os *campi* (total de 12). No campus Cabo Frio, de modo específico, há cerca de 1000 alunos e apenas 1 psicólogo para atender a todas as demandas. Complementa dizendo que percebe que os professores chegam muito afoitos e desesperados com as situações. E pondera que não se faz nenhuma reflexão sobre a própria instituição contribuir para o deslanchar do adoecimento psíquico.

Muitos nos procuram porque o aluno não avança na aprendizagem e apresenta saúde mental debilitada, porém não avaliam e/ou analisam seu trabalho e o vácuo de comunicação entre aluno e professor! A carga horária é absurda, recebem alunos cotistas (negros, índios e trans), mas na verdade não existe uma real abertura por parte de todos... não pode resistir abertamente a isto e querem que o psicólogo dê conta (Entrevistada - psicóloga).

Dificuldade similar foi encontrada na aplicação dos questionários junto aos professores, uma vez que a pesquisadora precisou contatar os professores de nove a dez vezes para conseguir que o questionário da pesquisa fosse respondido por uma parcela representativa, tendo encontrado bastante resistência. Nessa mesma linha, a entrevistada comentou:

Há aí uma dualidade, pois, questionam sempre que não há ação da saúde mental e, quando se deparam com uma pesquisa que irá trazer benefícios para eles e suas ações, não valorizam. A escola não vai dar conta dos problemas que são estruturais, que são econômicos, que são sociais. Mas ela pode interferir no simbólico, no campo da educação para cidadania, que isso fortalece o sujeito, interferir na educação em saúde. Já há um projeto nesta área dentro do campus, e pode frear todo esse processo que a instituição escolar promove como meio de sofrimento psíquico e se colocar como promotora de saúde (Entrevistada - psicóloga).

Finaliza-se a exposição analítica das entrevistas, reafirmando-se que, de fato, é bastante controverso que os professores tantas vezes se mostrem arredios em participarem de determinadas discussões e processos acadêmicos de pesquisa. No caso específico da temática do sofrimento psíquico, embora tenha havido bastante dificuldade na obtenção das respostas dos docentes, eles próprios afirmaram ter grande interesse em participar de atividades de capacitação para que obtenham mais informações e tenham mais propriedade no trato com os alunos em situação de sofrimento psíquico, conforme ora comentado.

4.3 AS PERCEPÇÕES, A FORMAÇÃO, AS AÇÕES E INTERVENÇÕES DOCENTES NA IDENTIFICAÇÃO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO NO IFFLUMINENSE *CAMPUS* CABO FRIO

Com relação aos docentes, foram aplicados questionários com perguntas abertas e fechadas, utilizando-se o *google forms*. Foram chamados à participação por meio de contatos eletrônicos e telefônicos, como meio para alcançar o maior número possível de respondentes. Para esses profissionais foram utilizadas as seguintes variáveis:

- I - Experiência profissional como professor, em especial na EPT;
- II - O itinerário formativo dos profissionais para serem docentes, em especial na EPT;
- III - Relatos de contato com casos de alunos em sofrimento psíquico na sala de aula;
- V - Iniciativas tomadas pelo professor quando identifica situações de sofrimento psíquico;
- IV - Percepções acerca da própria preparação para identificar e encaminhar o aluno em (possível) sofrimento psíquico;
- V - Participação em cursos de formação continuada sobre saúde mental nas instituições escolares;
- VI - Interesse em participar de algum curso de capacitação sobre saúde mental nas instituições escolares.

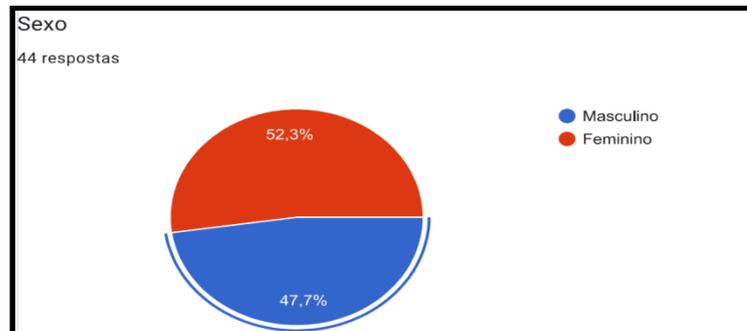
Os dados quantitativos referem-se mais ao perfil profissional e acadêmico dos docentes e à recorrência de queixas e sintomas por eles identificados entre os alunos, o que não necessariamente corresponde à recorrência de casos de sofrimento psíquico, o que mereceria uma pesquisa específica e com outra metodologia.

Para a aplicação deste questionário, todos os professores e professoras atuantes na instituição em foco foram contatados via e-mail institucional, ou seja, um total de oitenta (80) profissionais. Inicialmente, a pesquisadora buscou contato com as coordenações dos cursos para criarem juntos estratégias de acesso aos professores, momento em que imaginaram o e-mail como o melhor recurso para atingir maior número de participantes. As mensagens solicitando-lhes a colaboração para a execução da pesquisa foram reenviadas por quatro vezes por esse meio de comunicação; o *QRCode* que dava acesso ao questionário também foi afixado no mural da sala dos professores e nos corredores mais movimentados do *campus*; foi feito, ainda, contato com os docentes via aplicativo *whatsapp*, com auxílio da coordenação dos curso e da servidora do setor de comunicação do *campus*. A pesquisadora compareceu pessoalmente cerca de nove a dez vezes na instituição, permanecendo na sala dos professores explicando sobre a pesquisa e solicitando a contribuição dos docentes com o objetivo de alcançar o maior índice de participação possível. Além disso, o questionário esteve disponível para acesso na plataforma *google* durante noventa dias.

Mesmo com todo o contato realizado, apenas quarenta e quatro (44) docentes

responderam ao questionário, contribuindo para os achados dessa pesquisa, o que representa 55% do universo investigado. A maioria dos respondentes se identificou como pertencendo ao sexo feminino, conforme demonstra o gráfico 1.

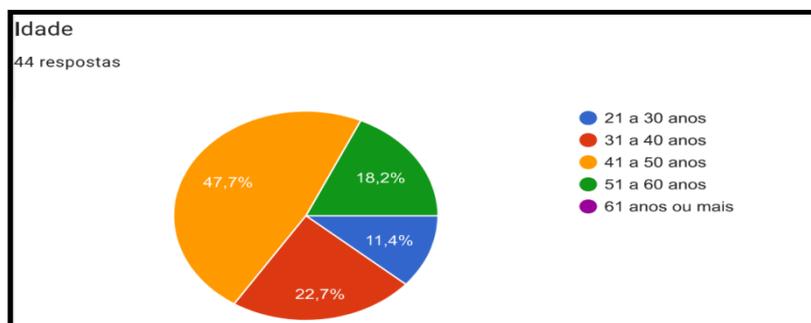
Gráfico 1 – Gênero dos docentes participantes



Fonte: Elaboração própria, 2022.

No que diz respeito à idade, a faixa etária de 41 a 50 anos foi a que mais concentrou os professores que participaram da pesquisa. Cabendo observar que não ocorreram respondentes com mais de sessenta anos, como mostra o gráfico 2.

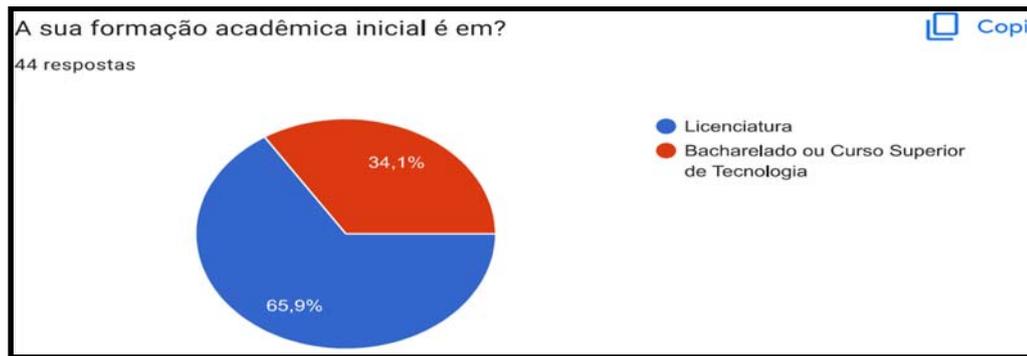
Gráfico 2 – Faixa etária dos docentes participantes



Fonte: Elaboração própria, 2022.

Quanto à formação em nível de graduação, a maior parte dos professores é graduada em cursos superiores que conferem Licenciaturas, estando os bacharéis e tecnólogos numa quantidade minoritária, embora significativa, entre os participantes, o que pode ser acompanhado no gráfico 3.

Gráfico 3 – Formação inicial dos docentes participantes



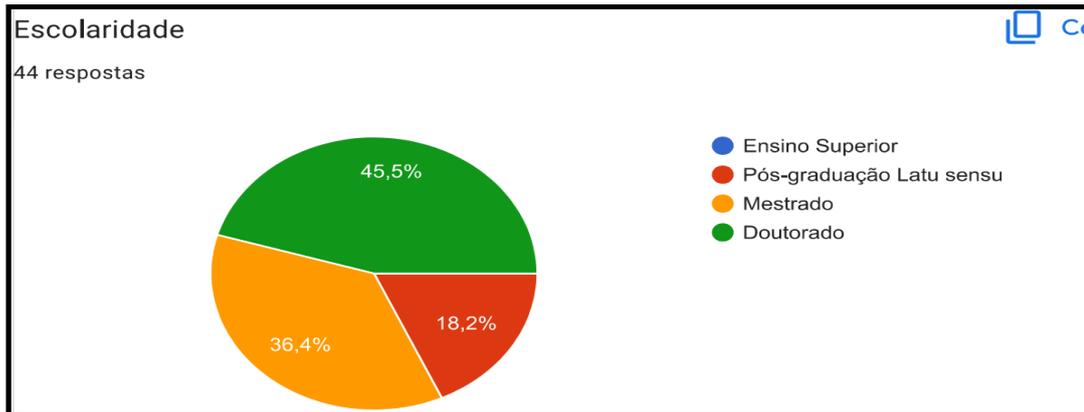
Fonte: Elaboração própria, 2022.

Tal resultado chama atenção e precisa ser destacado por trazer dados diferentes para o campo pesquisado, oferecendo uma visão diversa daquela que tem sido majoritariamente identificada pela literatura voltada à investigação sobre a formação de professores para a EPT. Pois, conforme foi apresentado no segundo capítulo do presente trabalho, tem sido recorrente, entre os pesquisadores, a declaração de que a maioria dos docentes engajados na EPT são egressos de bacharelados (MACHADO, 2008; MOURA, 2008; GATTI, 2010; OLIVEIRA; SILVA, 2012; URBANETZ, 2012; CARVALHO; SOUZA, 2014; ALVES *et al.*, 2020).

Para o caso analisado, no entanto, evidencia-se um quadro diferente, na medida em que a maioria dos docentes que contribuíram para a pesquisa é egressa de licenciaturas. Deve-se ponderar que isso pode significar a detecção de uma diferença específica do campo pesquisado, ou seja, o *campus* Cabo Frio. Também seria possível inferir uma mudança de perfil do professorado da EPT atuante no IFFluminense, entretanto essas hipóteses não podem ser confirmadas a partir dos dados alcançados na presente pesquisa, podendo tornarem-se objetos de investigações futuras, uma vez que nem todos os professores do *campus* responderam ao questionário e não houve definição de amostragem estatística pelo próprio perfil da pesquisa. Comentários complementares sobre este aspecto da formação inicial e continuada dos docentes serão feitos mais adiante, na apresentação dos dados representados no gráfico 14.

Dando continuidade à descrição do questionário aplicado, além da graduação, os professores, em maioria, têm títulos de Mestrado e Doutorado, sendo apenas 18,2% do total aqueles que têm como pós-graduação cursos de especialização Lato Sensu, conforme o gráfico 4.

Gráfico 4 – Formação em nível de pós-graduação dos docentes participantes

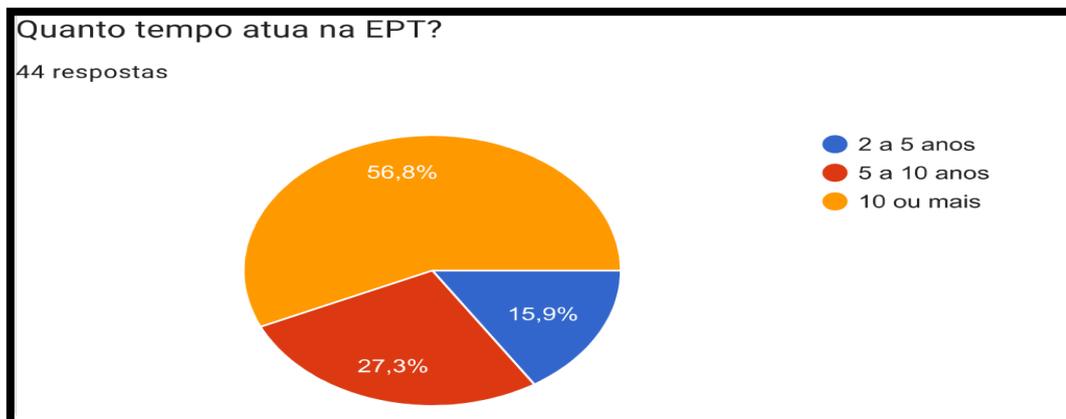


Fonte: Elaboração própria, 2022.

A formação continuada em nível de pós-graduação também é uma temática que foi abordada no capítulo 2, principalmente a partir dos argumentos de Gatti (2008; 2020), ao destacar uma amplitude de possibilidades para a efetivação da continuidade do processo de atualização de saberes por parte dos profissionais docentes. Além disso, outras reflexões foram feitas a partir do trabalho de Moura (2008), apontando-se a necessidade de maiores investimentos em políticas de educação que venham a propiciar formações específicas para atuação na EPT.

Em relação ao tempo de atuação, a maior parte dos docentes que colaborou com a nossa pesquisa atua na Educação Profissional e Tecnológica há mais de dez anos. Menos de 30% está neste segmento de ensino por período compreendido entre cinco e dez anos, enquanto apenas 15,9% está nele atuando entre dois e cinco anos, conforme evidenciam os dados sistematizados pelo gráfico 5.

Gráfico 5 – Tempo de atuação na EPT dos docentes participantes

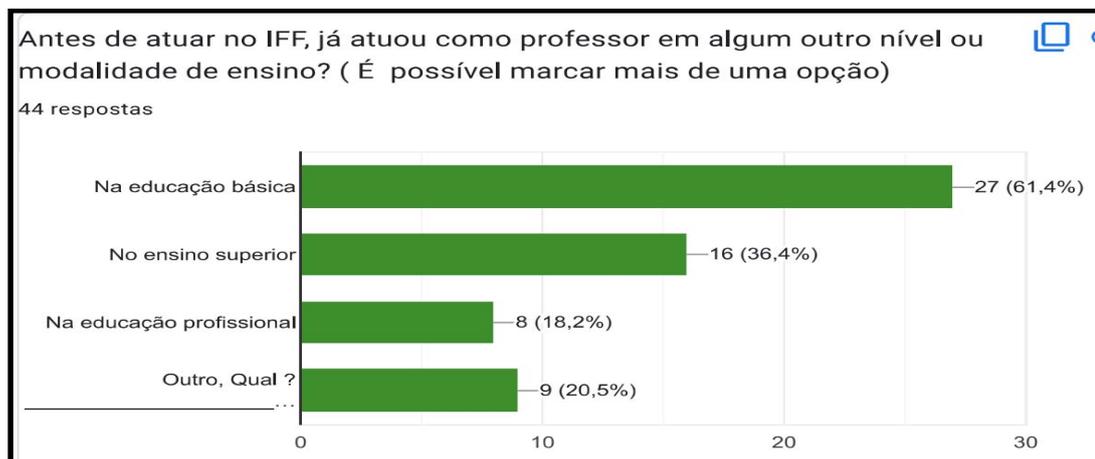


Fonte: Elaboração própria, 2022.

No que se refere à atuação profissional anterior ao IFFluminense, esses professores

trabalhavam majoritariamente na Educação Básica. Em seguida, está a atuação no Ensino Superior. Menos de 20% atuou em cursos de Educação Profissional fora do IFFluminense e pouco mais de 20% relatam outras experiências profissionais. Chama-se atenção para o fato de que o mesmo profissional apresentou dois ou mais tipos de experiências em sua carreira, o que explica a totalização das respostas ultrapassar os 100%: Esse resultado se coaduna com as observações feitas na bibliografia consultada, a qual explica que a maioria dos docentes que se engajam na EPT chegam a este segmento educacional sem formação dirigida para tanto e, também, sem ter experiência em magistério nas áreas técnicas e/ou profissionalizantes (OLIVEIRA; SILVA, 2012; CARVALHO; SOUZA, 2014).

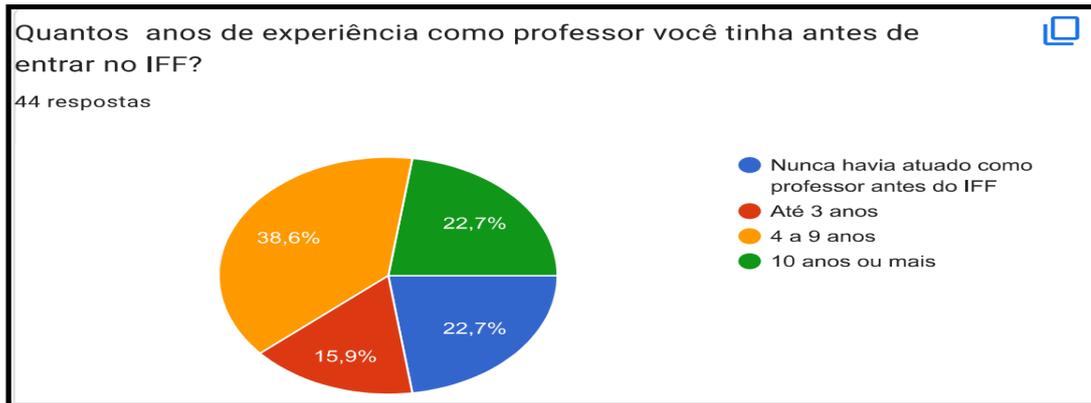
Gráfico 6 – Experiência docente em níveis de ensino e na modalidade de educação profissional



Fonte: Elaboração própria, 2022.

Quanto ao tempo de experiência que tinham antes de trabalharem no IFFluminense, a maioria revelou ter entre quatro a nove anos, seguidos de empate entre aqueles que afirmaram não terem qualquer vínculo anterior e os que apontaram ter mais de dez anos. A minoria apontou até três anos de experiência.

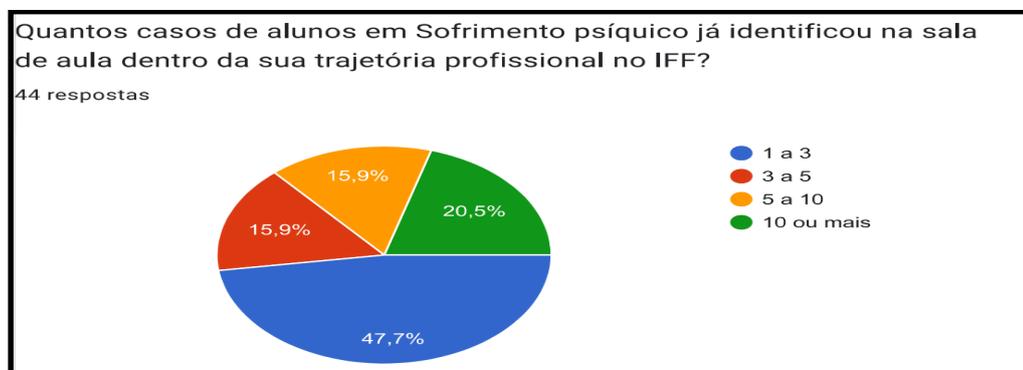
Gráfico 7 – Atuação docente fora do IFFluminense



Fonte: Elaboração própria, 2022.

No que diz respeito à identificação de alunos acometidos de sofrimento psíquico em suas salas de aulas, os docentes afirmaram, majoritariamente, terem identificado de um a três casos durante a trajetória profissional no IFFluminense. Pouco mais de vinte por cento afirmaram já terem identificado mais de dez alunos em tal situação. O mesmo número de docentes afirmou ter identificado entre cinco e dez casos e entre três e cinco casos. A representação figurativa deste resultado pode ser verificada no gráfico 8.

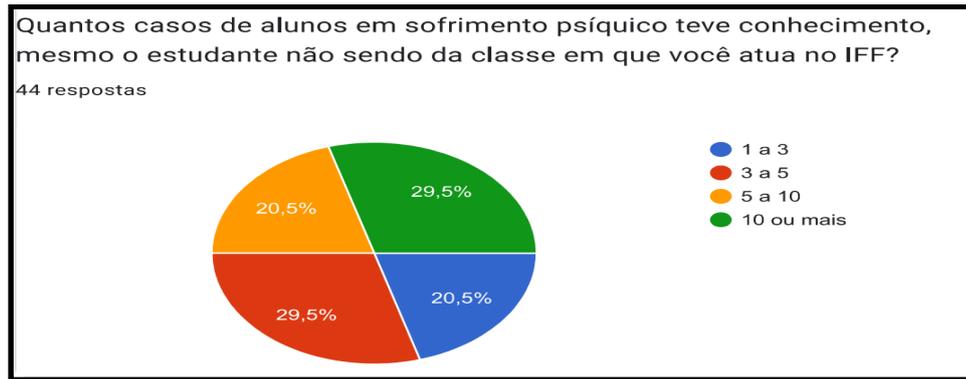
Gráfico 8 – Identificação de alunos em sofrimento psíquico



Fonte: Elaboração própria, 2022.

No gráfico 9, demonstra-se que os docentes tomam conhecimento dos casos de alunos em sofrimento psíquico mesmo quando estes não ocorrem em suas classes. Quase 30% afirmaram já terem tomado conhecimento de três a cinco situações. O mesmo percentual já soube da situação em mais de dez casos, o que também entre aqueles que souberam do problema afetando cinco a dez estudantes e os que souberam sobre um a três alunos ficaram igualmente empatados. Esses dados demonstram que há uma recorrência de comunicações sobre essas ocorrências dentro da equipe pedagógica, mesmo que eventualmente não se saiba exatamente como lidar com as referidas situações.

Gráfico 9 – Alunos em sofrimento psíquico de que teve conhecimento

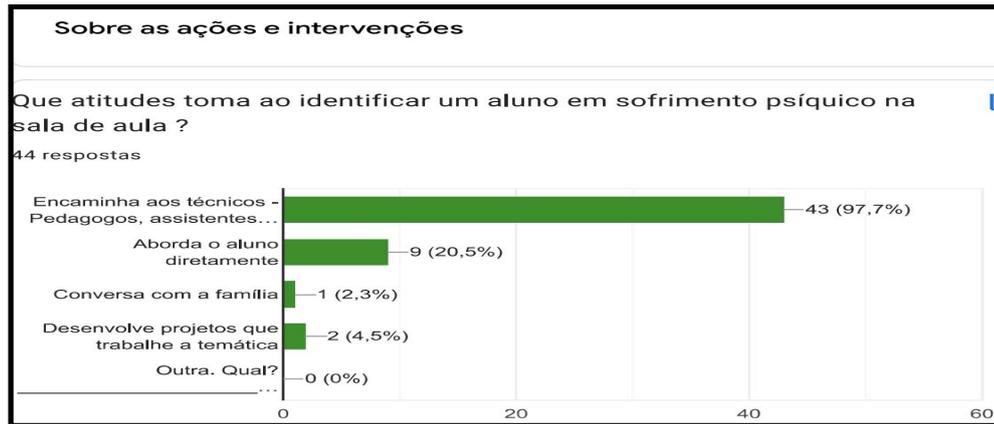


Fonte: Elaboração própria, 2022.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022), o sofrimento psíquico é muito recorrente entre os jovens. Rocha (2012) demonstra que tais eventos estão ligados a determinadas circunstâncias sociais do tempo presente, a exemplo da exposição à violência, aos ambientes de trabalho excessivamente competitivos, dificuldades emocionais nos relacionamentos interpessoais, bem como uma cobrança exagerada por sucesso. Paixão, Patias e Dell'aglio (2018), por sua vez, destacou o fato de que há um conjunto de vulnerabilidades emocionais recorrentes na faixa etária compreendida como *juventude* (15 a 29 anos), derivadas das diversas pressões relacionadas à definições e escolhas exigidas destes sujeitos que, no entanto, precisam ser considerados como pessoas em desenvolvimento.

Destaca-se ainda que tanto o assistente social quanto a psicóloga registraram em suas entrevistas a baixa procura de docentes para informarem sobre casos de sofrimento psíquico entre alunos, apontando que a maior parte dos atendimentos ocorre por demanda espontânea. Essas informações, ao serem correlacionadas, sinalizam uma provável invisibilidade dos casos de sofrimento psíquico, considerando-se o extenso tempo de instituição e de experiência dos docentes. Isso pode estar ocorrendo por uma dificuldade dos próprios professores em identificar e/ou abordar alunos nessa situação, uma vez que setenta e sete por cento (77%) afirmou não ter participado de qualquer formação sobre essa temática nos últimos três anos, sessenta e oito por cento (68%) informou desconhecer qualquer curso de formação continuada sobre o assunto oferecido pelo IFFluminense e oitenta e quatro (84%) informou nunca ter tido contato com esse assunto durante a formação inicial como professor.

Gráfico 10 – Atitudes perante os casos de sofrimento psíquico



Fonte: Elaboração própria, 2022.

A síntese representada anteriormente diz respeito às ações e intervenções do corpo docente quando identificam estudantes em sofrimento psíquico. Assim quase 100% disseram realizar encaminhamento de alunos a outros profissionais. Cerca de 20% também realizam algum tipo de abordagem direta ao aluno. Conversar com as famílias, desenvolver projetos sobre o tema e outras ações possíveis foram as opções com menores índices de respostas, como se pode visualizar no gráfico 10.

As explicações para o estado de vulnerabilidade emocional que afeta a juventude atual foram registradas por diversos autores, dentre eles Carvalho, Barreto e Rodrigues (2021, p. 154), que descrevem as situações que normalmente afligem os estudantes dos Institutos Federais:

[...] a realidade vivenciada pelos estudantes no ambiente escolar de institutos federais, majoritariamente adolescente, é transversalizada pelos mais variados contextos de vida, estando sujeitos a uma série de riscos vinculados à necessidade de aceitação por grupos de amigos, ao desejo de experimentar diferentes comportamentos, à sensação de onipotência, grandes mudanças corporais, além do início do envolvimento afetivo, do aumento da impulsividade e da busca de sensações novas, a execução de ações de promoção à saúde torna-se imprescindível com a finalidade não apenas de assegurar seu êxito na formação e sua permanência escolar, mas também como mecanismo para favorecer sua qualidade de vida global.

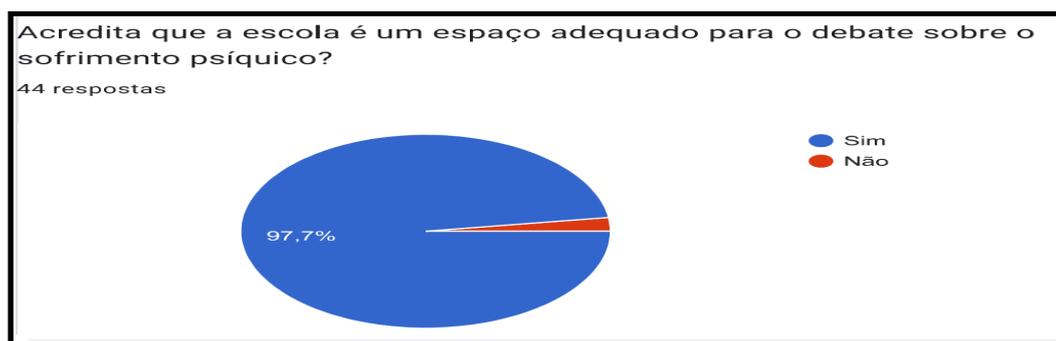
Nesse sentido, as equipes multiprofissionais que atuam em setores que prestam assistência estudantil dentro das estruturas administrativas dos IF's, embora estejam normalmente mais focadas na gestão da concessão dos assim chamados "benefícios" e incentivos projetados para fortalecer a permanência dos estudantes, têm sido interpeladas a lidarem com alguma forma de atenção à saúde psíquica dos alunos, tendo em vista que essa tem sido uma demanda cotidiana, em diversos *campi*. No *campus* Cabo Frio, em especial, isso foi confirmado por meio das entrevistas realizadas com os técnicos que prestam atendimento aos alunos (assistente social e psicóloga). O trabalho de Pessanha, Azevedo e Matos (2021) também

mostra o quanto os técnicos têm buscado encontrar caminhos de atuação que os levem a lidar de modo mais afetivo com esta realidade.

Quanto às ações e intervenções do corpo docente quando identificam estudantes em sofrimento psíquico, aproximadamente, noventa e oito por cento (98%) dos professores dizem realizar os encaminhamentos dos alunos a outros profissionais do IFFluminense. Dentre estes últimos, apenas vinte por cento (20%) também realizam algum tipo de abordagem direta ao aluno, o que é um percentual relativamente pequeno.

Ressalta-se que saber abordar, acolher e escutar os alunos é extremamente importante para o professor, pois ele é o profissional que lida diretamente com os estudantes durante a maior parte do tempo na instituição. Esse relevante papel do professor pode ser também percebido na visualização do gráfico 11, o qual aponta que quase a totalidade dos docentes vê o espaço escolar como adequado aos debates e esclarecimentos acerca do tema.

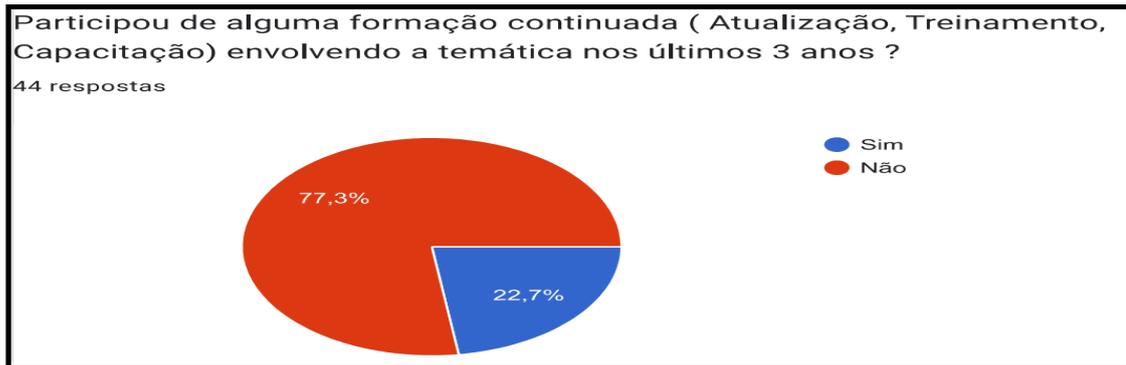
Gráfico 11 – A escola como espaço adequado para discutir sobre sofrimento psíquico



Fonte: Elaboração própria, 2022.

Embora o espaço escolar seja percebido como local em que se faz importante promover diálogos e debates sobre a temática em pauta, quase 80% dos docentes afirmou que essa oportunidade não tem sido disponibilizada, conforme ilustra o gráfico 12. Em face dessa necessidade formativa apontada pelos docentes do IFFluminense - *campus* Cabo Frio, compreende-se o quanto é oportuna a disponibilização da Cartilha *Como abordar os estudantes em situação de sofrimento psíquico nas escolas*, elaborada como Produto Educacional.

Gráfico 12 – Participação em formação continuada nos últimos três anos, abordando a temática do sofrimento psíquico



Fonte: Elaboração própria, 2022.

A questão exposta no gráfico 13 incidiu diretamente sobre a problemática que estimulou a pesquisa em que se baseia a presente dissertação, já que indaga sobre a formação inicial desses docentes, buscando saber se a temática do sofrimento psíquico integrou alguma das disciplinas que compõem a matriz curricular dos cursos por eles realizados. As respostas demonstram que, mesmo que a maioria desses professores tenha formação em licenciaturas, ou seja, cursos de graduação que privilegiam currículos que focam na formação para o exercício do magistério, os quais geralmente contam com a disciplina “psicologia da educação”, não tiveram acesso, durante a graduação, a informações e discussões cientificamente embasadas sobre o sofrimento psíquico e seus impactos sobre a juventude e o cotidiano escolar.

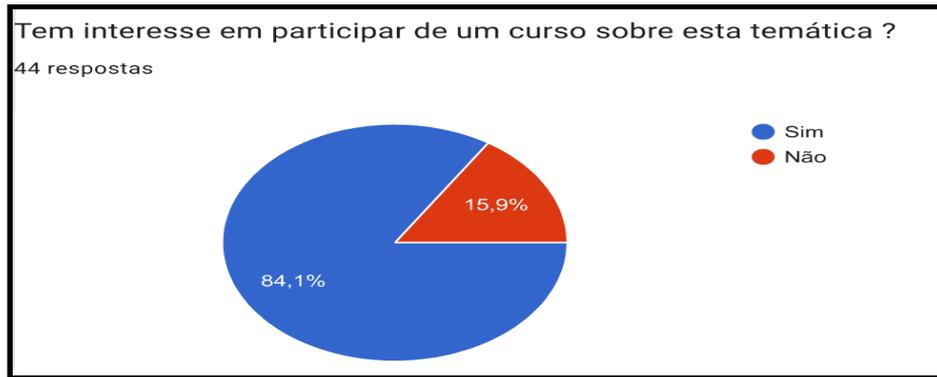
Gráfico 13 – Contato com a discussão sobre sofrimento psíquico na formação inicial



Fonte: Elaboração própria, 2022.

O fato de não terem estudado essa temática durante a formação inicial pode ter contribuído para que a maioria dos professores demonstrasse interesse em participar de algum curso que aborde a temática do sofrimento psíquico, conforme ilustrado no gráfico 14.

Gráfico 14 – Interesse em participar de formação sobre sofrimento psíquico



Fonte: Elaboração própria, 2022.

Diante da constatação desse interesse, torna-se necessário refletir sobre o que surge como uma aparente incoerência: como compreender que professores se mostrem nitidamente abertos a aprender mais sobre como identificar e lidar melhor com casos de sofrimento psíquico se, no processamento da pesquisa de campo, encontraram-se dificuldades para obter as respostas ao formulário que está sendo analisado?

Acredita-se que uma possível explicação para este descompasso no posicionamento dos professores, nos dois momentos - ao hesitarem ou demorarem a contribuir com o trabalho e, logo em seguida, ao darem suas respostas - possa ser encontrada na entrevista feita com a psicóloga. Esta profissional problematizou vários aspectos relacionais e pedagógicos encontrados no cotidiano escolar do IFFluminense *campus* Cabo Frio que, segundo ela, não têm sido considerados como passíveis de produzir casos de sofrimento psíquico no alunado: relações entre alunos e professores nem sempre afetivas e humanizadas; excesso de carga horária; excesso de atividades com prazos curtos de entrega, dentre outras questões.

Em face desse contexto, a profissional entende que tais aspectos da própria realidade escolar da instituição em foco possam ser responsáveis por deslançar muitos casos de sofrimento psíquico, o que seria ignorado ou escamoteado por grande parte do corpo docente, pela gestão e pelos demais setores. Levando-se em consideração as ponderações da psicóloga, pode-se entender a resistência em participar de uma investigação científica que porventura viesse a colocar este questionamento.

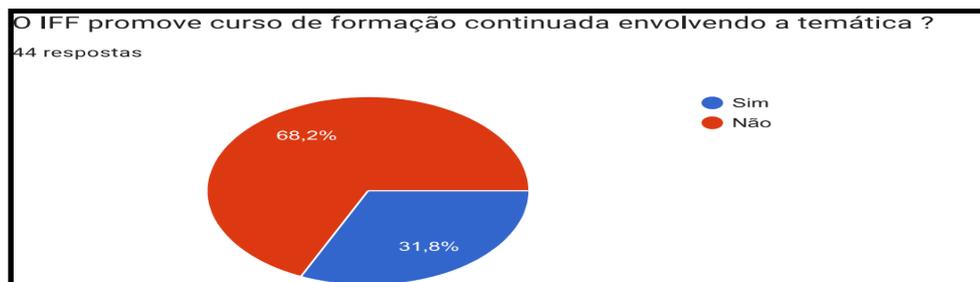
Não se pode ignorar, portanto, que a própria organização escolar configura-se, muitas vezes, como um determinante social para o sofrimento psíquico, em especial, no momento em que individualiza a responsabilidade pelo fracasso escolar no estudante e na família, quando teríamos que lançar luz sobre o fracasso da escola, conforme já salientou Patto (2000). Além disso, pesquisas como as de D'Avila-Bacarji, Marturano e Elias (2005), D'Abreu e Maturano (2010) e Ballester (2021) demonstram a influência direta dos conflitos vivenciados no ambiente

escolar sobre a aprendizagem e a saúde mental dos estudantes. Portanto as relações escolares, que incluem o trabalho pedagógico e as interações entre os professores e alunos, interferem diretamente nas condições emocionais e, conseqüentemente, na aprendizagem dos estudantes.

Deve-se, no entanto, destacar que as perguntas propostas no questionário respondido não interpelaram os docentes sobre a questão. Conforme se pôde acompanhar, no desenvolvimento destas reflexões, tais correlações analíticas foram trazidas à pauta pela psicóloga que atende os estudantes em situação de sofrimento psíquico, dando a orientação e o encaminhamento adequados. Como se trata de uma profissional que atua diretamente com a questão temática da pesquisa, não se poderia deixar de trazer essa contribuição analítica, ao menos enquanto uma hipótese, que pode, inclusive, ser aprofundada em investigações futuras.

Cabe, oportunamente, reforçar a importância do Produto Educacional que complementa a composição desta pesquisa de dissertação - a Cartilha *Como abordar os estudantes em situação de sofrimento psíquico nas escolas*, que tende a contribuir para o processo de formação continuada dos professores e professoras do IFFluminense, preenchendo os interesses e necessidades de estudantes, docentes, técnicos e gestores, trazendo melhorias para o cotidiano escolar e, em especial, para a permanência estudantil.

Gráfico 15 – Oferta de formação continuada no IFFluminense sobre a temática do sofrimento psíquico



Fonte: Elaboração própria, 2022.

A partir das respostas exibidas no gráfico 15, observa-se que, embora seja alto o interesse demonstrado pelo corpo docente, quase 70% dos pesquisados afirmaram que o IFFluminense não tem oferecido atividades de formação continuada que abordem a problemática do sofrimento psíquico em contexto escolar. 31,8% dos respondentes, entretanto, disseram que o IFF costuma ofertar oportunidades formativas incluindo o tema. Um modo possível de esclarecer a aparente discrepância em relação à questão seria ter consultado a documentação oficial da instituição, ação que não nos ocorreu no decurso do trabalho de campo. De todo modo, é importante lembrar que nossa pesquisa ocorreu num momento em que as

atividades se tornaram quase que integralmente remotas, em função dos cuidados impostos pela pandemia da Covid-19.

Mesmo considerando que tenha havido ações formativas ofertadas pelo IFF, envolvendo debates sobre o sofrimento psíquico no ambiente escolar, os resultados da pesquisa empírica ainda legitimam a escolha do Produto Educacional que complementa esta dissertação, uma vez que a maioria dos docentes mostrou desconhecer, ou não se lembrar de tais iniciativas. Hipoteticamente, pode-se supor que elas tenham acontecido há bastante tempo, ou que ocorreram sem que todos ficassem sabendo, denotando talvez alguma ineficácia na divulgação. Ressalte-se que a Cartilha *Como abordar os estudantes em situação de sofrimento psíquico nas escolas* carrega a potencialidade de ser mais acessível ao professorado do que a oferta presencial de um ciclo de palestras ou mesmo de um curso. Por consequência, pode atender a um maior número de docentes, oferecendo-lhes uma oportunidade formativa que pode adequar-se aos seus interesses e às disponibilidades de tempo/horário de cada um. Constituindo, ainda, um material facilmente compartilhável com outras pessoas, o que simplifica o processo de divulgação e acesso.

As demais questões do questionário pediam para que os pesquisados mencionassem livremente as queixas que mais lhes têm sido levadas pelos estudantes. Em seguida, foi solicitado aos professores que apontassem o que lhes parecem ser sinais de sofrimento psíquico, conforme experiência com os estudantes do IFFluminense.

Expõe-se, a seguir, uma breve sistematização das categorias elaboradas a partir dos resultados obtidos nesse bloco do questionário. Será apontado, também, quantas vezes a referida categoria classificatória apareceu nas respostas, em ordem decrescente. Um esclarecimento importante refere-se às noções de queixa e de sinal. Quando se transpõem essas classificações para o campo da psicologia, pode-se dizer que a queixa (ou sintoma) é uma percepção subjetiva apresentada pelo indivíduo, ou seja, depende da verbalização/relato do paciente por meio da qual o profissional de saúde solicita ou realiza exames, avalia e diagnostica (quando necessário). Já os sinais são as manifestações de comportamento observáveis num dado sujeito por outra pessoa, no caso em questão, pelos professores. Nota-se que o número de menções é maior do que o número de respondentes, pois vários participantes listaram mais de uma queixa (também designada como *sintoma*) ou sinal.

Estas categorias, queixa (sintoma) e sinal, foram adotadas por sintetizarem aspectos relevantes nas situações de sofrimento psíquico, e que são utilizadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2022) conforme as definições a seguir. Denominam-se sinais como fatos que podem ser vistos/percebidos por um observador externo, e que nem sempre são verbalizados

pelo sujeito afetado. Enquanto queixas (ou sintomas) são fatos narrados a um interlocutor pelo próprio sujeito afligido pelo sofrimento psíquico.

É, portanto, a partir desta concepção mais ampla que se categorizaram as respostas registradas pelos docentes em duas listas, conforme segue⁶:

Tabela 1 – Lista de queixas relatados pelos estudantes aos professores

LISTA DE QUEIXAS	MENÇÕES
Dificuldade, desânimo ou desinteresse nas tarefas escolares	12
Ansiedade	9
Dificuldades de comunicação, interação e de relacionamento	9
Cansaço ou sono excessivo	8
Dificuldade de concentração	5
Dificuldade para dormir	3
Sentimento de tristeza	3
Relato de problemas familiares	2
Sentimento de raiva ou irritação	2
Uso de drogas ou remédios	2
Sintomas físicos	2
Sentimento de desespero	1
Vontade de morrer	1

Fonte: Protocolo de Pesquisa, 2022.

Tabela 2 – Sinais - mudanças de comportamento identificadas pelos professores

LISTA DE SINAIS	QUANTAS MENÇÕES
Isolamento	18
Apatia/desânimo/desinteresse	16
Queda de desempenho ou frequência escolar	12
Choros	7
Ansiedade	6
Irritação/agressividade	6
Dispersão/falta de concentração	5
Tristeza/depressão	3

⁶ Todas as categorias apresentadas nas tabelas foram obtidas diretamente dos professores que participaram da pesquisa. Em função disso, não existe nenhuma precisão diagnóstica, no sentido clínico, relacionadas aos termos “ansiedade”, e “depressão”, vocábulos que já fazem parte da linguagem do senso comum, podendo indicar comportamentos mais agitados e tensos do que o normal (*ansiedade*) e introspecção e/ou tristeza excessivas (*depressão*), não correspondendo, portanto, a uma visão especializada, possível apenas aos profissionais atuantes na área de saúde.

Comportamento inconstante	2
Cansaço/fadiga	1
Agitação	1
Uso excessivo de mídias sociais	1

Fonte: Protocolo de Pesquisa, 2022.

É possível observar que o sinal mais identificado pelo professor é o isolamento, com 18 menções. Em seguida vêm a apatia (16 menções); depois, a queda repentina no desempenho escolar (12 menções); choros (7 menções); ansiedade e irritação/agressividade (6 menções cada); dispersão e falta de concentração (5 menções). Há sinais que foram apontados com menor incidência como tristeza, cansaço comportamento inconstante, por exemplo. Interessante notar que há uma correlação direta entre as *queixas* relatadas pelos estudantes aos professores e os *sinais* por eles percebidos, principalmente nas primeiras categorias das duas tabelas. Nesse sentido, fatores como dificuldades de interação/isolamento, desinteresse/apatia/queda no rendimento e na frequência ganham destaque na identificação de estudantes em sofrimento psíquico.

A literatura que apoiou a nossa pesquisa mostrou, em consonância com os resultados aqui analisados, que o sofrimento psíquico é mais recorrente entre os jovens, e que a temática da saúde mental tem surgido como demanda cada vez mais presente no cotidiano escolar, suscitando a atuação dos psicólogos escolares e das equipes multiprofissionais (FATORI *et al.*, 2018; PESSANHA; AZEVEDO; MATOS, 2021; BALLESTER, 2021; CARVALHO; BARRETO; RODRIGUES, 2021).

Os sintomas e queixas apontados pelos docentes do IFFluminense *campus* Cabo Frio coadunam-se com percepções registradas por pesquisadores que constataram que, se os jovens estão em estado de sofrimento psíquico, podem se envolver em inúmeros conflitos vivenciados no ambiente escolar, cujas consequências recaem sobre a aprendizagem, fato que impactará negativamente as condições de avanço formativo. Ou seja, as disposições emocionais interferem substantivamente nas capacidades e motivações interacionais e cognitivas dos sujeitos afetados (D'AVILA-BACARJI; MARTURANO; ELIAS, 2005; D'ABREU; MARTURANO, 2010).

Retomando aqui a questão da preparação profissional dos professores e professoras para lidarem com a incidência de sofrimento psíquico entre os estudantes, cabe-nos observar que os resultados da presente pesquisa empírica, feita com docentes do IFFluminense *campus* Cabo Frio, mostra justamente que mesmo a maioria dos professores sendo formados em cursos de Licenciatura, ainda assim existem lacunas no processo de formação para lidar com a temática

do sofrimento psíquico, seja na formação inicial ou continuada. Nesse sentido, sem a pretensão de dar uma resposta final a questionamentos altamente complexos, a pesquisa demonstrou que mesmo quando os professores atuantes na EPT são egressos de licenciaturas isto não garante, no contexto estudado, que saibam lidar melhor no cotidiano escolar com os estudantes em sofrimento psíquico.

Assim, se é verdade que os professores formados sem licenciatura não desenvolveram, em seus processos formativos, conhecimento e habilidades voltados ao magistério profissional e tecnológico, também é verdade que as licenciaturas não são capazes de preencher todas as lacunas e necessidades para ser professor (MOURA, 2008; CARVALHO e SOUZA, 2014; GATTI, 2010; 2020). Conforme defendido por Gatti (2010) é preciso haver sempre uma continuidade formativa, que venha a responder pelas necessidades de atualização e de adequação a demandas que surgem em épocas e contextos específicos. Nisto se enquadra a demanda dos professores participantes da pesquisa por processos de capacitação que lhes habilitem a lidar de modo mais adequado e efetivo com os estudantes em situação de sofrimento psíquico.

Por outro lado, no contexto de atuação profissional no IFFluminense *campus* Cabo Frio, a pesquisa permitiu verificar que não houve, ou não chegou ao conhecimento dos docentes, nos últimos três anos, a oferta de atividades de formação continuada para fornecer informações de ordem conceitual e prática sobre formas de identificar e lidar com o sofrimento psíquico que eventualmente afeta os alunos do *campus* Cabo Frio do IFFluminense.

Já com relação aos esforços de atendimento a esta demanda voltada à saúde mental dos discentes, é importante mencionar que têm surgido iniciativas importantes no âmbito da Assistência Estudantil, entendendo que se trata de um aspecto que interfere de forma contundente na permanência estudantil. Dessa forma, o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFFluminense (2018-2022, p. 248), prospectava a construção da Política de Atenção à Saúde dos Discentes do IFFluminense, com base numa visão ampliada de saúde, considerada como um processo relacionado à promoção da saúde, prevenção de doenças, atenção à qualidade de vida dos sujeitos e acesso aos demais direitos sociais, cujo principal objetivo seria promover uma atenção ao discente como um “ser integral”, viabilizando sua permanência no Instituto. Até o momento, no entanto, não foram encontrados registros sobre ações concretas dentro desta proposta.

Sintetizando os aspectos destacáveis de nossa análise, no cotejo da literatura com os achados do campo de pesquisa se pôde constatar que os professores e professoras reconhecem que têm lidado de um modo ou de outro com estudantes em situação de sofrimento psíquico.

Ao mesmo tempo em que também reconhecem que necessitam de oportunidades de formação continuada de forma a obter melhores informações para habilitá-los a oferecer aos estudantes mais apoio e uma melhor assessoria.

Há outro ponto que merece atenção especial, principalmente porque abre espaço para a prospecção de futuras pesquisas. As análises dos dados obtidos em campo mostraram que as trajetórias formativas dos docentes estabelecidos no IFFluminense- *campus* Cabo Frio são pautadas em licenciaturas e não em bacharelados e/ou cursos superiores que formam tecnólogos, como majoritariamente afirmado pelos especialistas da área. As razões que explicam este fato não podem ser elucidadas com os dados obtidos nesta pesquisa, pois, tanto isto pode significar uma peculiaridade do campo analisado, como uma transformação mais geral que pode abranger outros *campus*, indicando que outras formações teriam sido recorrentes até um passado recente, mas que, atualmente, predominam graduados licenciados no âmbito da EPT. Para sanar esta dúvida seriam necessários dados recentes que abrangessem um universo de pesquisa bem maior, o que foge ao escopo do presente trabalho.

5 CARTILHA COMO ABORDAR OS ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE SOFRIMENTO PSÍQUICO NAS ESCOLAS

O Produto Educacional elaborado como complemento ao trabalho de pesquisa desenvolvido nesta dissertação foi um livreto denominado *Cartilha*, tendo em vista a proposta

de que fosse um material escrito em linguagem simples, clara, acessível aos professores e professoras de todos os segmentos de ensino e de todas as áreas de formação oferecidas pelo IFFluminense, bem como aos demais servidores da instituição. O produto foi intitulado: *COMO ABORDAR OS ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE SOFRIMENTO PSÍQUICO NAS ESCOLAS*.

5.1 OS CONTEÚDOS

Descrevendo seus conteúdos, após uma breve introdução apresentando a pesquisa realizada, seus propósitos e a estrutura do questionário respondido pelos docentes do IFFluminense, *campus* Cabo Frio, cujas respostas foram o ponto de partida para a confecção da Cartilha, é colocada a definição do que significa a categoria *sofrimento psíquico*. Viu-se que este evento se define como um conjunto de sentimentos ou emoções desagradáveis e/ou desconfortos psicológicos que interferem nas ações cotidianas do sujeito.

Em seguida, a cartilha destaca os principais determinantes sociais que explicam o surgimento de várias formas de sofrimento psíquico entre os jovens. Foi mencionada a expansão de diversos tipos de violência; o enfrentamento precoce de disputas no mercado de trabalho; as dificuldades emocionais que surgem dos laços afetivos e amorosos; as cobranças provenientes das famílias, da escola e dos próprios pares, em termos de *sucesso* e *bom desempenho* em contextos marcados por competição.

Para um entendimento mais profundo de como a juventude pode ser atingida pelo sofrimento psíquico, a Cartilha ressalta que nesta etapa da vida o indivíduo passa por mudanças cognitivas, sociais e afetivas bastante densas, estando, portanto, mais suscetível a sofrer variações na autoestima.

Desse modo, elaborou-se um fluxograma, no qual estão dispostos alguns fatores sensíveis, passíveis de serem acionados como vetores de sofrimento psíquico: a vivência da exclusão social proveniente de intolerância religiosa; os conflitos internos e externos resultantes da constituição das identidades sexuais e de gênero; conflitos variados sofridos no seio familiar; ser vítima de violência sexual; a experiência do luto; atividades escolares em excesso; a autocobrança que pode ser reflexo de cobranças sociais; criação de metas inalcançáveis com os recursos e oportunidades de que se dispõe; falta de reconhecimento por suas qualidades, realizações e valores; sociedade excessivamente competitiva.

O próximo tópico da Cartilha traz alguns resultados obtidos a partir do questionário respondido pelos membros do corpo docente que participaram voluntariamente da pesquisa, no

IFFluminense, *campus* Cabo Frio. Com relação à identificação de sofrimento psíquico nos estudantes do *campus*, todos os participantes afirmaram ter conhecimento de pelo menos entre um e três casos, durante suas trajetórias na instituição.

No tocante às medidas tomadas quando esses docentes identificam sintomas ou recebem queixas que potencialmente sinalizam sofrimento psíquico por parte do alunado, quase 100% realiza encaminhamento dos alunos a outros especialistas. Dentre estes últimos, alguns (quase 20%) também realizam algum tipo de abordagem direta ao aluno. Conversar com as famílias, desenvolver projetos sobre o tema e outras ações possíveis foram as opções com menores índices de respostas.

Outro resultado muito importante informado na Cartilha é o fato de que todos os professores concordaram que o espaço escolar é adequado para os debates e esclarecimentos acerca do sofrimento psíquico, o que serviu para motivar a elaboração deste material informativo e formativo, oferecido nesta Cartilha.

No próximo tópico, apontam-se alguns dos principais sinais e sintomas reconhecidos como sinalizadores de sofrimento psíquico pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), dentre os quais alguns foram listados pelos docentes do IFFluminense, *campus* Cabo Frio: *Cansaço excessivo, irritabilidade, inquietação, falta de concentração, falta de paciência, alterações de sono*. Os demais sinais e sintomas reconhecidos pela OPAS seriam: *alterações no apetite, abusos de álcool, drogas ou medicamentos, taquicardia e dores no peito, tensões musculares, dores de cabeça, problemas digestivos*.

O próximo ponto esclarecido no texto da Cartilha é sobre as classificações de risco, que servem para orientar os regimes de urgência no atendimento aos usuários das redes de saúde pública. Tal classificação é estabelecida no Brasil pelo Protocolo da Rede de Atenção Psicossocial do Ministério da Saúde, e descreve as condições em que os sujeitos podem ser classificados nos níveis de risco, sinalizados pelas cores: *Vermelho: Caso gravíssimo, com necessidade de atendimento imediato. Condições em que o usuário apresenta risco de morte ou sinais de deterioração do quadro clínico que ameaçam a própria vida ou de terceiros. Laranja: Risco significativo. Condições que potencialmente ameaçam à vida e requerem rápida intervenção. Amarelo: Casos de gravidade moderada. Condições que podem evoluir para um problema sério, se não forem atendidas rapidamente. Verde: Condições que apresentam um potencial para complicações. Azul: Condições não agudas, não urgentes ou problemas crônicos, sem alterações dos sinais vitais*.

Alerta-se para que os professores e mesmo os servidores atuantes no ambiente escolar devem prestar atenção nos sinais e sintomas, atrelados às classificações de risco, de modo que

ocorra, o mais prontamente possível, aproximação e escuta desses estudantes, para que se evite a evolução dos casos para níveis de risco mais graves.

Nesse sentido, a Cartilha oferece, na sequência, um passo a passo, orientando os procedimentos aconselháveis na interação com os sujeitos em sofrimento psíquico: *Conversar e escutar a pessoa sobre o porquê de tal comportamento; O afeto é importante, escutar sem fazer julgamentos; Criar um ambiente tranquilo e propício para a escuta; Permitir que a pessoa compreenda que um tratamento adequado irá amenizar o sofrimento; Converse abertamente com a pessoa sobre o que ela realmente sente; Oriente a busca de apoio especializado; Evite relacionar o que a pessoa sente com a fé, ou valores; Não duvide da veracidade de suas intenções; Não compare o sofrimento da pessoa que você escuta com o de outras pessoas, nem tente minimizar a sua dor.*

As possibilidades de busca de ajuda com especialistas, nas redes públicas de saúde, são listadas no tópico seguinte da Cartilha. São citadas as Unidades Básicas de Saúde (UBS); os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS); Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS - AD); Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSI), entre outras unidades públicas de atendimento.

Em seguida, são descritas as unidades de atendimento oferecidas pelo próprio IFF, tais como Núcleo De Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e o Setores de Assistência Estudantil e de Saúde e Qualidade de Vida do discente.

5.2 A FINALIDADE

A organização da Cartilha *Como abordar os estudantes em situação de sofrimento psíquico nas escolas* se presta a suprir a necessidade de informações qualificadas sobre a caracterização do sofrimento psíquico, seus sinais e sintomas, formas de abordagem e encaminhamentos, de modo a oferecer subsídios aos professores e também aos servidores das instituições que compõem o IFFluminense, em especial o *campus* Cabo Frio, para que possam dar melhor suporte nessa área aos seus estudantes.

5.3 A JUSTIFICATIVA

O trabalho de pesquisa desenvolvido para a elaboração da dissertação ora defendida, abordou a temática do sofrimento psíquico, tendo constatado que grande parte dos professores atuantes no IFFluminense *campus* Cabo Frio não conta, em suas formações inicial e continuada,

com aprendizagens especificamente relacionadas à problemática do sofrimento psíquico. Complementarmente a esse contexto, nas respostas ao questionário, os docentes registraram interesse em atualizar seus conhecimentos sobre o assunto, considerando o espaço escolar como plenamente adequado à obtenção dessa capacitação.

Levando em conta tal necessidade e interesse, dentre inúmeras possibilidades de oferecer essa formação, optou-se pela elaboração desta Cartilha, mediante o fato de se tratar de um material escrito em linguagem clara, simples e objetiva, a ser disponibilizado em formato digitalizado, oportunizando alcançar com rapidez um número bem maior de interessados do que um curso presencial, palestra, simpósio, ou oficina.

5.4 AS BASES TEÓRICAS

De acordo com Macêdo (2018, p. 4), o sofrimento psíquico se define como um conjunto de sentimentos ou emoções desagradáveis e/ou desconfortos psicológicos que interferem nas ações cotidianas do sujeito: “Nesse sentido, entende-se que o sofrimento psíquico é essencial e inerente ao ser humano, se constrói e se expressa nas relações”. Faz parte da vida, o que não significa que não deva suscitar atenção e intervenção, uma vez que se trata de um sofrimento que pode trazer consequências graves.

As ideias de Paixão, Patias e Dell’aglio (2018) contribuíram para as bases conceituais que organizam esta Cartilha, na medida em que demonstraram que os jovens em idade escolar têm sido afetados pelo sofrimento psíquico, por se tratarem de sujeitos sociais que são suscetíveis a vulnerabilizarem-se, uma vez que, nesta etapa da vida, passam por inúmeras mudanças relativas a diversas ordens de sua existência, principalmente cognitivas, sociais e afetivas, o que tem como consequência a possibilidade de passarem por problemas emocionais e de autoestima. Estes últimos podem resultar do fato de sentirem que seus corpos, cabelos, rostos, etc. não se adequam a determinados padrões de beleza considerados desejáveis. Da mesma forma que as diferenças étnicas, em função do preconceito e da discriminação existentes na sociedade, podem também ser a fonte de sofrimento e desconforto. Este conjunto de variáveis capazes de ser a fonte do sofrimento psíquico dos sujeitos jovens foi tematizado por diversas fontes bibliográficas consultadas para a realização do presente trabalho, como o Atlas das Juventudes (BARÃO; RESEGUE; LEAL, 2020), Meireles *et al.* (2020) e Nascimento (2021).

Paixão, Patias e Dell’aglio (2018) explicam, ainda, que, durante esse período da vida, as pessoas se expõem a emoções pouco conhecidas e ainda não experimentadas, como aquelas

que derivam dos vínculos de namoro ou da conquista de um primeiro posto de trabalho. É ainda nesse momento de suas trajetórias que os jovens são impactados pela pressão de escolhas nem sempre fáceis, como aquelas ligadas à expressão e vivência da sexualidade, da identidade de gênero, de uma profissão, de uma formação específica em nível superior, de posicionamentos políticos, religiosos e assim por diante.

Outro conjunto de autores consultados deu suporte às reflexões sobre a necessidade de o corpo docente de qualquer instituição de ensino estar sempre complementando e atualizando seus saberes, em constante processo de formação continuada. Nesse conjunto de teóricos, incluem-se Tardif (2000), Charlot (2005), Gatti (2008; 2020) e Nóvoa (2009).

Com relação à questão da ausência de propostas curriculares que venham a formar adequadamente os docentes que atuam na Educação Profissional e Tecnológica, abrangendo tanto os saberes específicos de cada área, quanto uma preparação didática, quanto os conteúdos mais humanistas e mais pautados na sociologia e psicologia da educação, diversos autores trouxeram suas contribuições críticas, como Machado (2008), Moura (2008), Gatti (2010), Oliveira e Silva (2012), Urbanetz (2012), Carvalho e Souza (2014) e Alves *et al.* (2020).

Sobre o tipo de atendimento prestado aos estudantes do IFFluminense *campus* Cabo Frio que porventura são identificados como passando por sofrimento psíquico, contou-se com as reflexões pautadas em pesquisa realizada por Pessanha, Azevedo e Matos (2021) e também por Carvalho, Barreto e Rodrigues (2021).

Tais bases teóricas sedimentaram sólidas reflexões e ponderações, as quais foram exploradas e expostas no texto da dissertação e, concomitantemente, tornaram-se alicerces conceituais importantes para a concepção e construção deste material formativo sobre a abordagem do sofrimento psíquico no contexto escolar.

5.5 SOBRE A APLICAÇÃO

A Cartilha foi apresentada, e discutida com profissionais técnicos – assistente social e psicóloga - atuantes no setor de Saúde e Qualidade de Vida do discente, os quais realizam atendimento aos alunos, dando-lhes orientações e os encaminhando para atendimento especializado, oferecidos pelos órgãos de saúde pública. Por estar presente na instituição na ocasião da reunião, o coordenador do curso de Química Médio Técnico do IFFluminense, *campus* Cabo Frio, foi convidado pelos técnicos a participar. Isto porque a psicóloga e o assistente social julgaram interessante que as coordenações de ensino estivessem ali representadas. A reunião aconteceu de forma remota a partir da ferramenta *Google Meet*, no

dia vinte e cinco de abril de 2023, às 16h.

Na respectiva ocasião, apresentou-se o croqui do documento aos presentes, de modo que pudessem acompanhar o detalhamento da exposição realizada pela autora. Foram apresentados aos ouvintes os objetivos e procedimentos da pesquisa, bem como os seus principais resultados e achados. Houve um momento disponibilizado para serem retiradas as eventuais dúvidas e, posteriormente, foram realizados todos os esclarecimentos solicitados. Por fim, foi aberto um espaço para discussão e escuta, para ampliar o diálogo com os técnicos e com o coordenador de ensino, e assim angariar possíveis sugestões.

A psicóloga sugeriu que ampliássemos o material para incluir informações sobre medicalização do sofrimento psíquico dos estudantes, mediante diagnósticos assentados sobre uma abordagem psiquiátrica, bastante difundida entre profissionais que atuam em ambiente escolar. Foi explicado à interlocutora em foco que não havíamos desenvolvido suficientemente este assunto no escopo da dissertação, por não ser um aspecto central em nossa proposta de pesquisa. Em função disso, considerou-se que, embora tal questão seja muito relevante, tratar dela na cartilha fugiria aos objetivos definidos em nossa proposta de trabalho.

A mesma técnica sugeriu, ainda, que acrescentássemos à lista inicial de postos de atendimento que apresentamos, onde é possível obter ajuda em situações de sofrimento psíquico, os endereços e telefones disponíveis para atendimento em caráter de urgência ou emergência. Essa sugestão foi imediatamente acatada, uma vez que, de fato, trazia um complemento pertinente e significativo para os objetivos da cartilha.

Os demais participantes da referida reunião não apresentaram dúvidas nem sugestões, aprovando integralmente os materiais componentes da cartilha.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada para a presente dissertação oportunizou aprofundar, desdobrar e compartilhar o entendimento sobre o tema do sofrimento psíquico, especialmente quando ele atinge os jovens que, em maioria, estão frequentando as instituições escolares e acadêmicas. Partiu-se da percepção de que é muito importante ter um conhecimento apropriado para dar suporte a esses jovens com os quais se lida cotidianamente no ambiente escolar, pois é fundamental responder às funções educativa e social que repousam sobre as instituições de

ensino.

Nesse sentido, foram analisadas obras de especialistas que estudaram os processos de formação continuada de professores, elaborando-se críticas, comparações e propondo-se novas perspectivas, sobretudo quando se constata que, sejam licenciados, sejam bacharéis, não se pode dizer que os professores e professoras engajados na Educação Profissional e Tecnológica estejam didática, social e tecnicamente preparados permanentemente para atuar nesse segmento educacional.

De maneira mais específica, pode-se dizer que os professores e professoras pertencentes ao quadro do IFFluminense *campus* Cabo Frio, que foi o universo abrangido pela realização da pesquisa de campo, também não se mostram preparados para lidar com as situações dos alunos em sofrimento psíquico, quando ocorrem em suas próprias salas de aula, ou nas classes dos colegas, no âmbito do *campus*.

Esse panorama, que exhibe o despreparo acadêmico dos docentes para lidarem com as situações de sofrimento psíquico, no contexto da instituição estudada, foi sinalizado tanto pela literatura consultada quanto pelas respostas dadas pelos docentes às questões do questionário da pesquisa a que tiveram acesso, de modo digital, por meio do aplicativo *google forms*.

É possível afirmar que as pressuposições iniciais da pesquisa foram confirmadas, no sentido de que foi constatado que há pouco conhecimento sobre as formas de lidar com o sofrimento psíquico dos estudantes que frequentam os cursos do IFF *campus* Cabo Frio, comprovando a existência de uma lacuna que pode ser preenchida pelo uso do produto educacional elaborado.

No primeiro capítulo, desenvolveu-se uma exposição conceitual, pautada na literatura especializada, sobre o que as ciências humanas compreendem como “sofrimento psíquico”, sua caracterização e abrangência na sociedade, de modo especial, entre as pessoas jovens.

Levando-se em conta os dados que demonstram o quanto o segmento social denominado “juventude” é atingido pelo fenômeno do sofrimento psíquico, sentiu-se a necessidade de discutir, com maior detalhamento, quais significados sociais engendram a categoria *juventude*. Percebeu-se que, em dado nível de questões, se pode falar genericamente em *juventude* - no singular - especialmente quando se denota um sentido demográfico, ou seja, a população compreendida na faixa etária entre 15 e 29 anos. Entretanto os especialistas demonstraram que, num país cheio de especificidades regionais, de desigualdades econômicas, de processos de exclusão social baseados em gênero, cor, raça e demais signos de pertencimento étnico, de intolerância religiosa, dentre outros tipos de intolerância, não é possível estabelecer análises fidedignas baseadas em padrões, porque, na verdade, temos juventudes diferentes, assimétricas,

excluídas, intoleradas. *Juventudes* muito diferentes e não apenas *uma juventude*.

De posse dessas importantes ponderações, no segundo capítulo, foram trazidas, ainda, informações sobre as diferenças no tocante às oportunidades educativas das diversas juventudes, e se discutiu brevemente sua inserção no mercado de trabalho. Encerraram-se as discussões desse capítulo com considerações a respeito do aumento dos casos de sofrimento psíquico dessas juventudes no contexto da Covid 19, o que gerou consequências e preocupações para as instituições de ensino, quando do retorno às atividades presenciais. Os achados da pesquisa e a Cartilha formativa e informativa, elaborada enquanto Produto Educacional, possibilitam auxílio aos professores e a outros profissionais escolares no sentido de se habilitarem a lidar melhor com os estudantes com demandas de sofrimento psíquico derivadas dessas questões.

No terceiro capítulo, foi explorada a questão do sofrimento psíquico detectado entre os jovens frequentadores das escolas, articulando-se os argumentos desenvolvidos com a centralidade ocupada pela instituição escolar em nossa sociedade. Discutiram-se, concomitantemente, as relações que se travam no cotidiano escolar, que são apreendidas pela experiência, e o processo formativo dos docentes, que dificilmente contempla aprendizagens que os auxiliam na lida com as situações complexas que emergem neste ambiente. Destaca-se, portanto, que a problemática do sofrimento psíquico é uma dessas questões não abarcadas pelas formações docentes, seja a inicial, seja a continuada.

No capítulo quarto, são apresentados os resultados da pesquisa empírica, que oportunizaram recuperar questões importantes emergidas, em diversos momentos, durante a elaboração dos outros capítulos. As respostas obtidas por meio da aplicação do questionário aos docentes, e também durante as entrevistas presenciais realizadas com a psicóloga e com o Assistente Social, trouxeram subsídios enriquecedores tanto para a discussão com os achados encontrados na literatura consultada, quanto para inspirar a elaboração do Produto Educacional.

Mediante os dados provenientes da pesquisa realizada, detectou-se que os membros do corpo docente do IFFluminense *campus* Cabo Frio reconhecem que ocorrem casos de estudantes em sofrimento psíquico, com os quais vão lidando com poucos conhecimentos, utilizando saberes adquiridos por empenho pessoal, sem terem exatidão sobre os procedimentos mais acertados para abordar os alunos que apresentam tais sinais ou sintomas. Foi constatada, portanto, uma demanda por maior conhecimento sobre a temática do sofrimento psíquico. Notou-se também que os docentes percebem o ambiente escolar como um cenário favorável a formações, discussões e debates que venham a ampliar saberes que os capacitem a atuar melhor nesse tipo de situação.

Do ponto de vista das possibilidades de inovação do conhecimento trazidas pelos achados da pesquisa, é importante mencionar que existe, na literatura consultada, quase um consenso de que a maioria dos professores engajados na Educação Profissional e Tecnológica seriam formados como bacharéis, tecnólogos ou técnicos; e que poucos docentes nesta área possuiriam formação em licenciaturas. Essa afirmativa não se coaduna com os dados coletados nas entrevistas com professores do IFFluminense *campus* Cabo Frio, onde, na verdade, foi encontrada uma maioria de professores licenciados. Essa informação, porém, não se restringe aos respondentes da pesquisa, que não representam estatisticamente o cenário do *campus*.

Por outro lado, mesmo que se tenha constatado a prevalência de trajetórias formativas em licenciaturas, os dados da pesquisa aqui explicitada não contestam a compreensão revelada pelos pesquisadores citados no corpo da dissertação de que os docentes atuantes na EPT geralmente passam, em suas formações, por currículos que não os capacitam especificamente para atuar nessa modalidade de ensino. Da mesma forma que prevalecem as afirmações da literatura sobre o fato de que, mesmo nas licenciaturas, não são priorizadas as disciplinas de escopo social e psicológico, deixando os egressos entregues a iniciativas pessoais no que tange a questões sensíveis que surgem, inevitavelmente, no cotidiano escolar.

Nessa perspectiva, acredita-se que o presente trabalho angariou contribuições importantes para a atualização do conhecimento sobre os processos formativos dos professores da EPT no contexto estudado e sobre como esses docentes estão lidando com o sofrimento psíquico que reconhecem ter diversas vezes identificado, ou tido conhecimento em seu alunado.

Esta dissertação buscou, então, contribuir para os debates em torno da educação continuada dos professores pertencentes aos quadros do IFFluminense. Os resultados aqui comunicados servirão como referência para comparações com dados que venham a ser obtidos, inclusive, em outros segmentos e modalidades de ensino, na medida em que se aborda uma temática que vem sendo discutida por muitos profissionais dentro do campo da Educação, inclusive na EPT.

É importante destacar que a Cartilha intitulada *Como abordar os estudantes em situação de sofrimento psíquico nas escolas* foi desenvolvida como resposta às necessidades e ao interesse dos docentes em obterem oportunidades de formação que viessem a preencher a lacuna, por eles reconhecida, em relação a conhecimentos e informações que os capacitem a dar apoio aos estudantes em situação de sofrimento psíquico.

Ademais, é preciso sinalizar que, embora os dados da pesquisa com os professores contrastem em alguns pontos com afirmações da literatura, ao se demonstrar que a maior parte dos professores pertencentes ao quadro docente do *campus* estudado é proveniente de

licenciaturas, e não de bacharelados ou formações técnicas/tecnológicas, não se pode estender esta conclusão para além do universo estudado. Entretanto esse fato serve como inspiração para a realização de futuras pesquisas, as quais possam abarcar universos maiores, capazes de oferecer um diagnóstico mais ampliado sobre o perfil dos docentes da EPT, seja no *campus* do IFF em Cabo Frio, seja numa abordagem mais abrangente, incluindo todos os *campi* do IFFluminense.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SOUZA, Allan Nuno Alves de; LIMA, Fabiano de Souza; PINHEIRO, Leonardo de Castro. **Juventude, Juventudes: o que une e o que separa**. Brasília: UNESCO, 2006.

ANDRÉ, Marli. Formação de professores: a constituição de um campo de estudos. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 174-181, 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/8075>. Acesso em: 12 fev. 2022.

ANTUNES, Celso; GARROUX, Dagmar. **Pedagogia do cuidado**. Petrópolis: Vozes, 2010.

ALVES, Ursulina Ataíde; SILVA, Daniel Alves da; LEITE, Belchior Ribeiro; SILVA, Raphael Zenas Rocha da; SILVA, Claudio Nei Nascimento. Proletarização do trabalho docente e o notório saber: desafios e entraves para o resgate da valorização do professor. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, Vitória, v. 4, n. 2, p. 62-79, 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/download/535/537/2794>. Acesso em: 03 de out. 2022.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Psicologia escolar e educacional: história, compromissos e perspectivas. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 469-475, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/kgkH3QxCXKNNvxpbgPwL8Sj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 fev. 2022.

ASSUMPÇÃO, Gláucia Lopes Silva; OLIVEIRA, Luciele Aparecida; SOUZA, Mayra Fernanda Silva de. Depressão e suicídio: uma correlação. **Pretextos**, Belo Horizonte, v. 3, n. 5, p. 312-333, 2018. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15973>. Acesso em: 17 nov. 2022.

BALLESTER, Dinarte Alexandre; SOUZA, Alessandra Pereira de; SANTANA, Caique Soveral Fulco; BARROS, Cíntia Rodriguez; MOURA, Luís Henrique Oliveira de; BRAGA, Tatiane da Silva Araújo. Saúde mental na escola: resultados preliminares de uma ação entre professores e alunos do ensino fundamental. **Expressa Extensão**, Pelotas, v. 26, n. 2, p. 250-259, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/expressaextensao/article/view/20430>. Acesso em: 11 de out. 2022.

BARÃO, Marcus; RESEGUE, Mariana; LEAL, Ricardo (coord.). **Atlas das Juventudes: evidências para a transformação das juventudes**. São Paulo: Pacto das Juventudes pelos ODS, 2020.

BARÃO, Marcus; RESEGUE, Mariana; LEAL, Ricardo (coord.). **Atlas das Juventudes: evidências para a transformação das juventudes**. São Paulo: Pacto das Juventudes pelos ODS, 2021. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/06/ATLAS-DAS-JUVENTUDES-COMPLETO.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2022.

BARBOSA, Deborah Rosária; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Psicologia educacional ou escolar? Eis a questão. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 163-173, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/pee/a/jQhnhjsj8gZLFSXRPMCh7mc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2022.

BARBOSA, Hédlin Braga; MACHADO, Lucília Regina de Souza; AFONSO, Maria Lúcia Miranda. Reflexões sobre a docência na educação profissional e tecnológica. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 24, p. 62-81, 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/44352>. Acesso em: 10 dez. 2022.

BENEVIDES, Bruna G; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (org.). **Dossiê: assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

BENEVIDES, Bruna G; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (org.). **Dossiê: assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar, ética do humano, compaixão pela terra**. Petrópolis:

Vozes, 2003.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília: Diário Oficial da União. 2006. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_rcp0106.pdf?query=LICENCIATURA. Acesso em: 30 mai. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília: Diário Oficial da União. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 20 de mar. 2023.

BRASIL. **Estatuto da juventude:** atos internacionais e normas correlatas. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013a. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília: Diário Oficial da União. 2013b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm. Acesso em: 15 ago. 2022.

CANDAUI, Vera Maria Ferrão. Diferenças Culturais, Cotidiano Escolar e Práticas Pedagógicas. **Currículo sem Fronteiras**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 240-255, 2011. Disponível em: <https://saopauloopencentre.com.br/wp-content/uploads/2019/05/candau.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2022.

CAPONI, Sandra; DARÉ, Patrícia Kozuchovski. Neoliberalismo e Sofrimento Psíquico: A Psiquiatrização dos Padecimentos no âmbito Escolar. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 25, n. 2, p. 302-320, 2020. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/39721>. Acesso em: 12 fev. 2022.

CARVALHO, Emily Lima; BARRETO, Jussara; RODRIGUES, Davi. O desenvolvimento da extensão como estratégia de promoção à saúde no espaço escolar. *In*: CARVALHO, Emily Lima; ANJOS, Nívia Barreto dos. (org.). **Assistência estudantil: as múltiplas interfaces**. Curitiba: Appris, 2021, p. 153-171. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2021/03/Assistencia-Estudantil-Multiplas-Interfaces.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2022.

CARVALHO, Olgamir Francisco de; SOUZA, Francisco Heitor de Magalhães. Formação do docente da educação profissional e tecnológica no Brasil: um diálogo com as faculdades de educação e o curso de Pedagogia. **Educação & Sociedade – Revista de Ciência da Educação**, Campinas, v. 35, n. 128, p. 629-982, 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/jNK4nYMCKvZQLRT3kW3Qfm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2023.

CECCARELLI, Paulo. O sofrimento psíquico na perspectiva da psicopatologia fundamental. Maringá, **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 3, p. 471-477, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722005000300015>. Acesso em: 08 dez. 2022.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o Saber, Formação dos Professores e Globalização**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.

CID, Maria Fernanda Barboza; SQUASSONI, Carolina Elisabeth; GASPARINI, Danieli Amanda; FERNANDES, Luiza Helena de Oliveira. Saúde mental infantil e contexto escolar: as percepções dos educadores. **Pro-Posições**, Campinas, p. 1-24, v. 30, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2017-0093>. Acesso em: 03 set. 2022.

D'ABREU, Lylla Cisne Frota; MARTURANO, Edna Maria. Associação entre comportamentos externalizantes e baixo desempenho escolar: uma revisão de estudos prospectivos e longitudinais. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 15, n. 1, p. 43-51, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2010000100006>. Acesso em: 05 ago. 2022.

D'AVILA-BACARJI, Keiko Maly Garcia; MARTURANO, Edna Maria; ELIAS, Luciana Carla dos Santos. Suporte parental: um estudo sobre crianças com queixas escolares. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 1, p. 107-115, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722005000100013>. Acesso em: 12 jun. 2022.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022.

DUNKER, Christian Ingo Lenz; NETO, Fuad Kyrillos. A crítica psicanalítica do DSM-IV: breve história do casamento psicopatológico entre psicanálise e psiquiatria. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 611-626, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/CqzGb8Lb4yr7P6grYVTMszg/?lang=pt>. Acesso em: 08 abr. 2022.

FATORI, Daniel; BRENTANI, Alexandra; GRISI, Sandra Josefina Ferraz Ellero; MIGUEL, Euripedes Constantino; GRAEFF-MARTINS, Ana Soledade. Prevalência de problemas de saúde mental na infância na atenção primária. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 9, p. 3013-3020, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/fhGKyYWLvkGdjH4NMYmMvGR/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2022.

FERREIRA, Jonatas. Sofrimento e Silêncio: apontamentos sobre sofrimento psíquico e consumo de psicofármacos. **Forum Sociológico – Série II**, Lisboa, n. 24, p. 121-128, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 58. ed.

São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GATTI, Bernadete A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 57-186, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000100006>. Acesso em: 06 mai. 2022.

GATTI, Bernadete A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/R5VNX8SpKjNmKPxxp4QMt9M/>. Acesso em: 10 mai. 2022.

GATTI, Bernadete A. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 34, n. 100, p. 29-41, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/7M6bwtNMyv7BqzDfKHFqxflh/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 12 fev. 2022.

GOMES, Christianne Rocha; ALVES, Manuela Vilanova Barbosa; SIQUEIRA, Thiago Santos; FORMIGA, Giceli Carvalho Batista; BARBOSA, Ana Cecília Campos. Estudo da condição de saúde mental do estudante do IFS. **Revista Expressão Científica**, Aracaju, v. 1, n. 1, p. 511-514, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ifs.edu.br/periodicos/SNCT/article/view/1190>. Acesso em: 12 fev. 2022.

GONÇALVES, Carolina Stéphanie Rodrigues. Os "LGBT+" como novos sujeitos coletivos de direitos: Lutas Políticas e Construções Jurídicas. **Revista Ensaios**, Niterói, v. 12, p. 99-118, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensaios/article/view/37234>. Acesso em: 08 jan. 2023.

GONÇALVES, Cintia Adriana Vieira; MACHADO, Ana Lúcia. Depressão, o mal do século: de que século?. **Revista de Enfermagem da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 298-304, 2007. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-475665>. Acesso em: 10 mar. 2023.

GUARIDO, Renata. A medicalização do sofrimento psíquico: considerações sobre o discurso psiquiátrico e seus efeitos na Educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 151-161, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022007000100010>. Acesso em: 03 dez. 2022.

IFF - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. **Histórico do IFFluminense**, 2021a. Disponível em: <https://portal1.iff.edu.br/conheca-o-iffuminense/historico-do-iffuminense>. Acesso em: 30 out. 2021.

IFF - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. **Guia do aluno – saúde e cidadania**. Rio de Janeiro: IFF, 2021b.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LYRA, Gabriela Franco Dias; ASSIS, Simone Gonçalves de; NJAINE, Kathie; PIRES, Thiago de Oliveira. Sofrimento psíquico e trabalho docente: implicações na detecção de

problemas de comportamento em alunos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 724-744, 2013. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812013000200017.
 Acesso em: 30 nov. 2021.

MACÊDO, Shirley. Sofrimento Psíquico e Cuidado com Universitários: Reflexões e intervenções fenomenológicas. **Revista ECOS**, v. 8, n. 2, p. 265-277, 2018. Disponível em:
<http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/2844>. Acesso em: 22 jan. 2023.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Diferenciais inovadores na formação de professores para a Educação Profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 8-22, 2008. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/rev_brasileira.pdf. Acesso em: 18 dez. 2022.

MÄDER, Bruno Jardini (org.). **Psicologia escolar/educacional: ações e debates em psicologia escolar/educacional**. Curitiba: Conselho Regional de Psicologia-PR, 2016.

MÄDER, Bruno Jardini (org.). **Psicologia e relações Étnico-Raciais: Diálogos sobre o sofrimento psíquico causado pelo racismo**. Curitiba: Conselho Regional de Psicologia-PR, 2019. Disponível em: https://crppr.org.br/wp-content/uploads/2019/05/AF_CRP_CadernoEtnico_Social_pdf.pdf. Acesso em: 08 jun. 2022.

MEIRELES, Elaine de Souza Sena; RYTHOWEM, Marcelo; CAVALCANTE, Rivadavia Porto; MALDANER, Jair José. Trabalho, sofrimento psíquico e educação profissional: possíveis relações. **Revista Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 7, n. 7, p. 421-431, 2020.

MOURA, Dante Henrique. A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 1, n. 1, p. 23-38, 2008. Disponível em:
<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2863>. Acesso em: 22 abr. 2022.
 NASCIMENTO, Alessia. **Expectativas e perspectivas de futuro para os jovens brasileiros**. 15 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia). Centro Universitário de Anápolis. Anápolis, 2021. Disponível em:
<http://repositorio.aee.edu.br/jspui/handle/aee/18427>. Acesso em: 17 mar. 2023.

NEGREIROS, Fauston; FERREIRA, Breno de Oliveira (org.). **Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia?**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.

NOVAES, Regina. Notas sobre a invenção social de um singular sujeito de direitos. Juventude, juventudes. **Revista de Ciências Sociais**, Uruguai, n. 25, p. 10-20, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4536/453644787002.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2023.

NÓVOA, António. **Professores: Imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes. Identidade, narrativa e desenvolvimento na adolescência: uma revisão crítica. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 2, p. 427-436, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000200022>. Acesso em: 24 fev. 2023.

OLIVEIRA, Viviane S.; SILVA, Rosa F. Ser Bacharel e Professor: dilemas na formação de docentes para a educação profissional e ensino superior. **HOLOS**, Natal, v. 2, p. 193-205, 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=481549265017>. Acesso em: 15 mai. 22.

OMS – Organização Mundial de Saúde. **World mental health report: transforming mental for all**. Geneva: *World Health Organization*, 2022.

PAIS, José Machado. A construção social da juventude: alguns contributos. **Análise Social**, Lisboa, v. 25, n. 105-106, p. 139-165, 1990. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf>. Acesso em 10 jul. 2022.

PAIS, José Machado. Círculos de afetos juvenis: identidades, relacionamentos e imagens de si. In: GARBIN, Elisabete Maria; PRATES, Daniela Medeiros de Azevedo (org.). **Juventudes Contemporâneas: emergências, convergências e dispersões**. Porto Alegre: Cirkula, 2020, p. 51-76.

PAIVA, Ilana Lemos de. **Em defesa da Reforma Psiquiátrica: por um amanhã que há de renascer sem pedir licença**. 174 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia, Sociedade e Qualidade de Vida). Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Natal, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/17431/1/IlanaLP.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

PAIXÃO, Raquel Fortini, PATIAS, Naiana Dapieves; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Autoestima e Sintomas de Transtornos Mentais na Adolescência: Variáveis Associadas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 34, e34436, p. 1-8, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistaptp/article/view/27917>. Acesso em: 21 nov. 2021.

PATRIOTA, Cecília Montenegro de Menezes. **A face da violência transfóbica: um estudo sobre a violação dos direitos humanos e fundamentais das pessoas trans no Brasil**. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito). Universidade Federal da Paraíba – UFPB. João Pessoa, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpr.br/jspui/handle/123456789/12856>. Acesso em: 11 mai. 2023.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 35, p. 167-198, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141999000100017>. Acesso em: 14 dez. 2021.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: Histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

PESSANHA, Josemara Henrique da Silva; AZEVEDO, Amanda Bersacula de; MATOS, Lenon Araújo de. Assistência Estudantil e Demandas de atendimento em saúde: construções do Serviço Social no IFFluminense. In: MORAES, Carlos Antônio de Souza (org.). **Serviço social e trabalho profissional na área da saúde**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021, p. 176-188.

PINHEIRO, Clara Virgínia de Queiroz; AGUIAR, Isabella Maria Augusto; MENDES, Laysa

Castelo Branco. O Sofrimento Psíquico e as Novas Modalidades de Relação entre o Normal e o Patológico: Uma Discussão a Partir da Perspectiva Freudiana sobre o Caráter do Psicopatológico. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 12, n. 2, p. 299-305, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/viewFile/10269/10259>. Acesso em: 21 set. 2022.

PINTO, Antonio Germane Alves; JORGE, Maria Salette Bessa; VASCONCELOS, Mardenia Gomes Ferreira; SAMPAIO, José Jackson Coelho; LIMA, Gláucia Posso; BASTOS, Valéria Carneiro; SAMPAIO, Helena Alves de Carvalho. Apoio matricial como dispositivo do cuidado em saúde mental na atenção primária: olhares múltiplos e dispositivos para a resolubilidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 653-660, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/ymH4kZf58j9Mxq5kRNrHsCr/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 06 out. 2022.

RIBEIRO, Eliane; MACEDO, Severine. Notas sobre políticas públicas de juventude no Brasil: Conquistas e desafios. **Revista de Ciências Sociais**, Uruguai, v. 31, n. 42, p. 107-126, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.edu.uy/pdf/rcs/v31n42/1688-4981-rcs-31-42-107.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2023.

SAGESSE, Edson. Uma Juventude à Flor da Pele: o dilema de adolecer ou adoecer. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 1-11, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-6236109166>. Acesso em: 06 out. 2022.

SANTOS, Élem Guimarães dos; SIQUEIRA, Marluce Miguel de. Prevalência dos transtornos mentais na população adulta brasileira: uma revisão sistemática de 1997 a 2009. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 238-246, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0047-20852010000300011>. Acesso em: 09 out. 2021.

SANTOS, Maria Manuela dos; GONDIM, Liberalina Santos de Souza. Contribuições da relação professor-aluno no cuidado à saúde mental de estudantes: revisão da literatura de 2015 a 2020. **Construção psicopedagógica**, São Paulo, v. 30, n. 31, p. 82-100, 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542021000200009. Acesso em: 20 mar. 2023.

SCHMIDT, Beatriz; CREPALDI, Maria Aparecida; BOLZE, Simone Dill Azeredo; NEIVA-SILVA, Lucas; DEMENECH, Lauro Miranda. Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 37, p. 1-13, 2020. Disponível em: www.scielo.br/pdf/estpsi/v37/1678-9865-estpsi-37-e200063.pdf. Acesso em: 24 abr. 2023.

SCHMIDT, Eder. Melancolia, depressão e suas narrativas. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 89-99, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-47142013000100007>. Acesso em: 13 jan. 2022.

SCHYMURA, Luiz Guilherme. **Desemprego alto é desafio para governo em 2022, e pode persistir até 2026**. Blog do IBRE, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/desemprego-alto-e-desafio-para-governo-em-2022-e-pode-persistir-ate-2026>. Acesso em: 24 abr. 2023.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 2006.

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 5-24, 2000. Disponível em: educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n13/n13a02.pdf. Acesso em: 17 nov. 2022.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

TORRE, Saturnino de la. Adversidade e diversidade criadoras: desenvolvendo outra consciência. In: TORRE, Saturnino de la; ZWIEREWICZ, Marlene; FURLANETTO, Ecleide Cunico. **Formação docente e pesquisa transdisciplinar: criar e inovar com outra consciência**. Blumenau: Nova Letra, 2011, p. 47-74.

TSUNEMATSU, Josiane de Paula Jorge; PANTONI, Rodrigo Palucci; VERSUTI, Fabiana Marins. Saúde mental discente na educação profissional e tecnológica: experiências de estudantes e docentes dos cursos técnicos integrados. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, Vitória, v. 5, n. 2, p. 70-90, 2021. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/753>. Acesso em: 19 nov. 2022.

URBANETZ, Sandra Terezinha. Uma ilustre desconhecida: a formação docente para a educação profissional. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 12, n. 37, p. 863-883, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189124308014.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2022.

WEIHMÜLLER, Valentina Carranza; VERMELHO, Sônia Cristina S. D.; FIGUEIREDO, Gustavo de Oliveira; SIQUEIRA, Vera Helena Ferraz de. Rodas culturais, resistência e juventudes: reflexões político-pedagógicas. **Estudios sobre las Culturas Contemporáneas**, Colima, v. 25, n. 49, p. 67-84, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/316/31658531003/31658531003.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2022.

ZANATTA, Cléia; SANTANA, Cláudio Manoel Luiz de; DOMINGOS, Luiz Fábio; DAVICO, Clarissa de Araújo; SANTOS, Maila Cândido Ferro. Sofrimento psíquico, envelhecimento e finitude. **Revista Valore**, Volta Redonda, v. 6 (edição especial), p. 92-108, 2021. Disponível em: <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/1022/804>. Acesso em: 10 jan. 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL



ELIANE ANTUNES MARINHO DO PRADO

COMO ABORDAR O SOFRIMENTO PSÍQUICO NAS ESCOLAS

PRODUTO EDUCACIONAL

CARTILHA DO PROFESSOR

Campos dos Goytacazes/RJ
2023



APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O (A) Sr. (a) está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa “Formação docente para a educação profissional tecnológica e a (in) visibilidade dos alunos em sofrimento psíquico no Instituto Federal Fluminense *Campus* Cabo Frio”, de responsabilidade da discente Eliane Antunes Marinho do Prado e do docente Dr. Jonis Manhães Sales Felipe.

A pesquisa tem como objetivo Investigar de que forma se dá a abordagem do sofrimento psíquico presente entre estudantes no âmbito do Instituto Federal Fluminense *campus* Cabo Frio, especialmente no que tange à atuação docente.

Explico que esta pesquisa não lhe implicará nenhum custo, pois será voluntário (a), bem como não será pago qualquer valor em dinheiro como compensação pela participação. Você será ressarcido de qualquer custo que tiver relativo à pesquisa e será indenizado por danos eventuais decorrentes da sua participação na pesquisa. É de suma importância ressaltar que todas as ações da pesquisa estão em conformidade com as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº 466/2012 e nº 510/2016, e, dessa forma, todas as ações são pautadas no respeito pela dignidade humana e pela especial proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos, salientando-se também, que, em caso de recusa na participação, não haverá penalização alguma.

Você receberá uma via deste termo com o e-mail de contato dos pesquisadores que acompanharão a pesquisa para maiores esclarecimentos. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Fundação Cultural de Campos - Centro Universitário Fluminense (Uniflu), Avenida Visconde de Alvarenga, 143/169, Parque Leopoldina, Campos dos Goytacazes (RJ) – CEP: 28053-000 - Telefones: (22) 2732-2090/2732-4630, de segunda a sexta-feira, das 15 às 19 horas, ou por meio do e-mail: cep@uniflu.edu.br. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão que controla as questões éticas das pesquisas na instituição e tem como uma das principais funções proteger os participantes de qualquer problema. Este documento apresenta duas vias, sendo uma sua e a outra da pesquisadora responsável.

Assinatura do pesquisador responsável

Instituição: IFFluminense

Nome do pesquisador: Eliane Antunes Marinho

Tel: (22) 974-025959

E-mail: elianeantunes84@yahoo.com.br/ antuneseliane67@gmail.com

Declaro que entendi os objetivos, os riscos e os benefícios da pesquisa, tendo ciência de que meus direitos serão preservados como participante da pesquisa, concordando assim em participar. Destaco que participarei como voluntário e que fui devidamente informado (a) e esclarecido(a), pela pesquisadora responsável Eliane Antunes Marinho, sobre o estudo, os procedimentos e métodos nele envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios dele decorrentes. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso resulte em qualquer penalidade.

Nome do Participante da pesquisa

_____, __ de _____ de 2022.

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA DO TÉCNICO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL

Perfil do entrevistado

- 1_ Nome
- 2_ Formação acadêmica
- 3_ Quanto tempo atua na EPT

A ocorrência dos fatos relacionados ao sofrimento psíquico

- 1_ Quais os tipos de demanda mais comuns?
- 2_ Os encaminhamentos que recebem partem diretamente dos alunos?
- 3_ Quais os profissionais que mais encaminham alunos ao setor?
- 4_ Qual a recorrência dos atendimentos realizados?

Sobre os alunos encaminhados

- 1_ Qual o perfil dos alunos que recebem atendimento do setor por demandas de sofrimento psíquico?
 - 1.1 Idade?
 - 1.2 Gênero?
 - 1.3 Raça?
 - 1.4 Perfil socioeconômico?
 - 1.5 Em quais cursos há mais incidência?
 - 1.6 Outras características marcantes.

Sobre as ações e intervenções

- 1_ Em média, quantos atendimentos relacionados ao sofrimento psíquico foram realizados nos anos de 2019 e 2020? Há regularidade?
- 2_ Com que média há necessidade de atendimento externo?
- 3_ Quando há necessidade de atendimento externo, para onde são encaminhados os alunos? Se sim, como se dá o acompanhamento da equipe do IFF em relação aos encaminhamentos?
- 4_ Quais interlocuções e os tipos de assistência são realizados com os professores?
- 5_ Cite alguns relatos mais frequentes dos professores em relação à temática.

APENDICE D – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA O DOCENTE**Perfil do entrevistado**

1_ Nome

2_ sexo:

() masculino () feminino

3_ Idade

() 21 a 30 anos

() 31 a 40 anos

() 41 a 50 anos

() 51 a 60 anos.

() 61 anos ou mais.

4_ A sua formação acadêmica inicial é em:

() Licenciatura () Bacharelado ou Curso Superior de Tecnologia

5_ Escolaridade

() Ensino Superior

() Pós-graduação *Latu sensu*

() Mestrado

() Doutorado

6_ Quanto tempo atua na EPT?

() Menos de 2 anos

() 2 a 5 anos

() 6 a 10 anos

() 11 anos ou mais

7_ Antes de atuar no IFF, já atuou como professor em algum outro nível ou modalidade de ensino? (É possível marcar mais de uma opção)

() Na educação básica () No ensino superior

() Na educação profissional () Outro . Qual? _____

7.1_ Quantos anos de experiência como professor você tinha antes de entrar no IFF?

() Nunca havia atuado como professor antes do IFF

() Até 3 anos

() 4 a 9 anos

() 10 a 15 anos

() 15 anos ou mais

A ocorrência dos fatos no IFF

1_ Quantos casos de alunos em Sofrimento psíquico já identificou na sala de aula dentro da sua trajetória profissional no IFF?

- () 1 a 3
 () 4 a 5
 () 6 a 10
 () 11 a 20
 () 21 ou mais

2_ De quantos casos de alunos em Sofrimento psíquico teve conhecimento mesmo o estudante não sendo da classe em que você atua no IFF?

- () 1 a 3
 () 3 a 5
 () 5 a 10
 () 10 a 20
 () 20 ou mais

Sobre as ações e intervenções

1_ Que atitudes toma ao identificar um aluno em Sofrimento psíquico na sala de aula? (É possível marcar mais de uma opção).

- () Encaminha aos técnicos do IFF_ pedagogos, assistentes sociais, psicólogos
 () Aborda o aluno diretamente
 () Conversa com a família
 () Desenvolve projetos que trabalhe a temática
 () Outra. Qual? _____

2_ Acredita que a escola é um espaço adequado para o debate sobre o sofrimento psíquico?

- () sim () não

3_ Participou de alguma formação continuada (Atualização, Treinamento, Capacitação) envolvendo a temática nos últimos 3 anos?

- () sim () não

4_ Teve contato com alguma discussão sobre esse assunto durante a sua formação inicial como professor?

- () Sim () Não

5_ Tem interesse em participar de um curso sobre esta temática?

- () sim () não

6_ O IFF promove curso de formação continuada envolvendo a temática ?

() sim () não

7_ Quais as principais queixas que possibilitam identificar o aluno em sofrimento Psíquico?

8_ Quais principais mudanças de comportamento nota nesses alunos em sofrimento psíquico?

9_ Considerações relevantes à temática.

APÊNDICE E – PÁGINA ELABORADA PARA ENVIO DAS RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO DISCENTE

FORMAÇÃO DOCENTE PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL  



Perguntas Respostas **44** Configurações

Seção 1 de 2

PESQUISA DE MESTRADO: FORMAÇÃO DOCENTE PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA E A (IN) VISIBILIDADE DOS ALUNOS EM SOFRIMENTO PSÍQUICO NO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE CAMPUS CABO FRIO



Esta pesquisa tem como objetivo Investigar de que forma se dá a abordagem do sofrimento psíquico presente entre estudantes no âmbito do Instituto Federal Fluminense campus Cabo Frio, especialmente no que tange à atuação docente, que será realizada pela Psicóloga/pesquisadora Eliane Antunes Marinho. Sua participação na pesquisa consiste no preenchimento deste questionário cujo público –alvo são os docentes do Instituto Federal Fluminense_ Campus Cabo Frio. O objetivo geral da pesquisa, Investigar de que forma se dá a abordagem do sofrimento psíquico presente entre estudantes no âmbito do Instituto Federal Fluminense campus Cabo Frio, especialmente no que tange à atuação docente. Sua participação contribuirá para o bem estar coletivo, uma vez que as informações coletadas servirão de base para a formação de um curso de capacitação para docentes sobre o sofrimento psíquico no âmbito escolar.

ANEXOS

ANEXO A – VISITAÇÕES AO CAMPUS

